

U. PORTO

incipit

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2018 | 10ª EDIÇÃO



COORDENAÇÃO DE
ANDRÉ SILVA, FRANCESCO RENZI, J. CARLOS TEIXEIRA, JOÃO
MARTINS FERREIRA, MARIANA LEITE E LEANDRO FERREIRA.

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2019

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal
www.gihmedieval.com

Incipit 7 ***Workshop de Estudos Medievais da*** ***Universidade do Porto, 2018***

COORDENADORES

André Silva

CITCEM – Universidade do Porto

CIDEHUS – Universidade de Évora

Carlos Teixeira

CITCEM – Universidade do Porto

Francesco Renzi

CITCEM – Universidade do Porto

João Martins Ferreira

CEPESE – Universidade do Porto

Leandro Ferreira

CEPESE – Universidade do Porto

Mariana Leite

Instituto de Filosofia – Universidade do Porto

Porto, 2019

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

ISBN: 978-989-8969-13-2

Apoio:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

IF

Instituto de Filosofia



U. PORTO

 **AEFLUP**

Ficha técnica

Título: Incipit 7. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2018

Coordenadores: André Silva, Carlos Teixeira, Francesco Renzi, João Martins Ferreira, Leandro Ferreira, Mariana Leite

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2019

ISBN: 978-989-8969-13-2

Capa: Silvana Sousa

Composição e paginação: André Silva

Grupo Informal de História Medieval

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Sumário

Lista de autores.....	6
INCIPIT – Apresentação	7
André Silva, Francesco Renzi, João Martins Ferreira, José Carlos Teixeira, Leandro Ferreira, Mariana Leite	
<i>Per violentiam</i> : usos y funciones del estudio de la violencia en el Noroeste ibérico (ss. IX-XI)	8
Abel Lorenzo Rodriguez	
El asalto a la Morería de València de 1455: perspectivas de estudio.....	21
Alejandro Moreno Gironés	
Analfabetismo y alfabetización en la València de los albores del Renacimiento	31
Alfredo García Femenia	
A Companhia Neroni-Salviati de Pisa e as relações comerciais com a Península Ibérica (1454-70)	48
Ana Clarinda Cardoso	
A Peste Negra no Portugal de Trezentos: Impacto e Consequências – Um projeto de doutoramento	58
André Filipe Oliveira da Silva	
«As representações do saber. Uma visão dos letrados nas crónicas portuguesas tardomedievais». Preâmbulo a um projeto	69
José Manuel Simões	
A aristocracia e o poder: parentesco e reprodução social na nobreza medieval portuguesa (1385-1521)	76
Miguel Aguiar	
O estudo de um corpo militar: os espingardeiros (c.1437- 1518) Metodologias, abordagens e hipóteses de um projeto de dissertação de mestrado.....	89
Pedro Filipe Fernandes Sebastião	
La propiedad aristocrática en el Reino de Granada (siglos XIII-XVI): una propuesta de análisis	101
Sandra Suárez García	

Lista de autores

Abel Lorenzo Rodríguez

Universidade de Santiago de Compostela

Alejandro Moreno Gironés

Universidad Nacional de Educación a Distancia

Alfredo García Femenia

Universitat de València

Ana Clarinda Cardoso

Universidade do Porto

André Filipe Oliveira da Silva

Universidade do Porto

José Manuel Simões

Universidade de Évora

Miguel Aguiar

Universidade do Porto

Pedro Sebastião

Universidade de Coimbra

Sandra Suárez García

Universidad de Granada

INCIPIT – Apresentação

O 7º número da Incipit reúne nove textos resultantes das apresentações e discussões que tiveram lugar na 10ª edição do Workshop de Estudos Medievais (WEM), evento que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 5 e 6 de abril de 2018. Organizado anualmente pelo Grupo Informal de História Medieval (GIHM), o WEM estabeleceu-se já como uma referência entre os cursos de pós-graduação ligados aos Estudos Medievais. A sua 10ª edição, com cariz fortemente interdisciplinar, contou com treze comunicações. Este 7º volume da Incipit recebeu contribuições das áreas da História, da História da Arte e da Literatura, da responsabilidade de autores portugueses e espanhóis, mantendo a periodicidade anual assumida a partir do 4º volume. O sucesso da 10ª edição do WEM não teria sido possível sem a participação empenhada dos estudantes e professores envolvidos, estendendo-se o reconhecimento da organização à assistência numerosa e participativa que se manteve ao longo dos dois dias do workshop. A concretização deste volume foi possível graças ao apoio e à colaboração de diversas pessoas e entidades. Por isso, e após o WEM completar a sua primeira década de existência, os seus coordenadores agradecem reconhecidamente: ao Prof. Doutor Luís Miguel Duarte, responsável científico pelo WEM; aos participantes, tanto alunos como professores, na edição de 2018 do workshop; ao Dr. João Emanuel Leite, que uma vez mais viabilizou a sua publicação na Biblioteca Digital da FLUP; à direção do Mestrado em Estudos Medievais e do Doutoramento em História da FLUP; à diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; à Reitoria da Universidade do Porto; ao Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto; à Associação de Estudantes da FLUP. Todos eles têm garantido os apoios indispensáveis à realização destas iniciativas.

Porto, março de 2019

André F. Oliveira da Silva
J. Carlos Teixeira
Francesco Renzi
João Ferreira
Leandro Ferreira
Mariana Leite

Per violentiam: usos y funciones del estudio de la violencia en el Noroeste ibérico (ss. IX-XI)

Abel Lorenzo Rodríguez
Universidade de Santiago de Compostela¹

RESUMEN:

La realidad de la violencia medieval siempre está ligada a algún tipo de exageración cruel, por ello y para analizar la realidad de una forma cuantitativa y cualitativa se ha decidido investigar en este artículo la transmisión de la memoria de los crímenes (homicidios, heridas, asaltos, crímenes sexuales, etc.) así como matizar el tópico de la violencia penal mediante la demostración del carácter tardío de la pena capital y del empleo de tortura, mucho menos comunes que la compensación económica entre particulares o representantes de la justicia en la Galicia y norte de Portugal durante la Alta Edad Media. Primeramente, se definirá un período y territorio, Galicia y Portugal desde el siglo VIII hasta finales del siglo XI, para después observar las evidencias de violencia interpersonal transmitidas mayormente a través de los cartularios, así como de crónicas y hagiografías. Frente al carácter más abundante de las noticias y referencias documentales bajomedievales, se mostrará en este trabajo la importancia de las noticias cualitativas y cómo tratar este tipo de información mediante una comparación con el resto de las evidencias documentales cuyo objetivo era en primer término preservar propiedades, derechos y donaciones otorgadas. La integración de fuentes primarias de la realidad social debe ir acompañada de un minucioso estudio no solo del sistema judicial sino de la totalidad del sistema disciplinario, bien sea el *Liber Iudicum* o las leyes canónicas y penitenciales. Por último, se concluirá tras mostrar la marginalidad y casi inexistencia de la pena de muerte en el período con el cambio gradual del siglo XII en relación con la composición corporal y el giro penal del pleno-feudalismo.

PALABRAS CLAVE:

violencia interpersonal, Alta Edad Media, Galicia y Portugal, sistema penal.

ABSTRACT:

The reality of medieval violence is always linked to some kind of cruel exaggeration. For that reason, and to analyse the reality in a quantitative and qualitative way, it has been decided to investigate in this paper the transmission of the memory of the crimes (homicides, wounds, assaults, sexual crimes), as well as nuance the topic of criminal violence by demonstrating the late nature of the death penalty and the use of torture, much less common than economic compensation between individuals or representatives of justice in Galicia and northern Portugal during the Early Middle Ages. First, a period and territory will be defined (Galicia and Portugal between the 8th century and the end of the 11th century), to later observe the evidence of interpersonal violence transmitted mainly through the cartularies, as well as chronicles and hagiographies. Faced with the more abundant nature of the late medieval documentary news and references, the importance of qualitative news and how to deal with this type of information will be shown in this paper by a comparison with the rest of the documentary evidence whose

¹ La siguiente información de este artículo se enmarca en el proceso investigador del trabajo de fin de máster dirigido por el profesor catedrático Ermelindo Portela Silva dentro del programa de máster en *Estudios Medievales Europeos: Imágenes, Textos y Contextos* de la Universidad de Santiago de Compostela (2017-2018). El siguiente trabajo forma parte de la tesis doctoral en ejecución sostenida por el apoyo de las bolsas predoctorales Fundación de promoción de la investigación José Luis de Oriol – Catalina de Urquijo, bajo la dirección de los profesores Ermelindo Portela e Israel Sanmartín dentro del grupo de investigación *Medievalismo: espacio, imaxe e cultura* (GI-1507)

objective was primarily to preserve properties, rights and granted donations. The integration of primary sources of social reality must be accompanied by a thorough study not only of the judicial system, but also of the totality of the disciplinary system, being it the *Liber Iudicum* or the canonical and penitential laws. Finally, it will be concluded after demonstrating the marginality and the almost non-existent of the death penalty in this period with the gradual change of the 12th century in relation to body composition and criminal of the end of High Middle Ages.

KEYWORDS:

interpersonal violence, Early Middle Ages, Galicia and Portugal, penal system.

INTRODUCCIÓN: DEFINICIÓN ESPACIAL, TEMPORAL Y TEMÁTICA A LA VIOLENCIA

La aproximación al estudio de la violencia en la Edad Media ha tenido que superar, a lo largo de su desarrollo, numerosos accidentes referidos no tanto al objetivo como a la metodología. Guerras, ejecuciones sumarísimas, crueles torturas, penas imaginadas, señores feudales cabalgando y arrasando aldeas... forman parte del imaginario sobre la violencia medieval.¹ Sin embargo, la única aproximación que puede resultar útil a la violencia no es el macabrisimo sino el estudio de la sociedad y su vinculación con la violencia ligada al derecho, las costumbres, la economía y los discursos legitimatorios así como el recuerdo que produce la misma y las consecuencias corporales, económicas y políticas.

Los objetivos de esta investigación se centran en recopilar y crear un corpus con todas las referencias a la violencia en el occidente peninsular (Galicia y norte de Portugal) desde el comienzo de la tardoantigüedad, con las obras de Hidacio de Chaves o Paulo Orosio (ca. 400-450), hasta fines del siglo XI, con el tránsito de la nueva dinastía Jimena-Navarra² y la aplicación de nuevos cuerpos legislativos³. Los objetivos de esta temporalización están estrechamente ligados al parcial vacío documental que existe sobre la violencia social altomedieval frente a la bajomedieval⁴.

¹ En el siglo XIX, el Romanticismo y las novelas góticas de origen inglés, alemán o francés pasaron al ámbito literario gallego con autores como B. Vicetto y su novela *Rogín Rojal o el paje de los cabellos de oro. Historia caballerescas del siglo XI* (Montevideo: La España, 1899). También otros como A. de San Martín en *La Edad de Hierro: dramas feudales* (Madrid: Urbano Manini, 1874), *El fratricida: memorias de un verdugo feudal* (Madrid, Urbano Manini, 1874) y *Los hidalgos de la muerte: leyenda del siglo XII* (Madrid: Manuel Martínez, 1876). Incluso en aquellos ámbitos no literarios dedicados al estudio de la Edad Media desde una aproximación historiográfica positivista, el gusto por lo macabro aparece evidente, en un acercamiento a la violencia sorpresivo y cualitativo. A. Lorenzo Rodríguez, «Galicia Diplomática (1882-1893): imaxe, discurso e identidade. A xénese da lectura historicista como proceso identitario na Galicia decimonónica», *Madrygal. Revista de Estudos Gallegos* 2017, 20, 2017, 53-71.

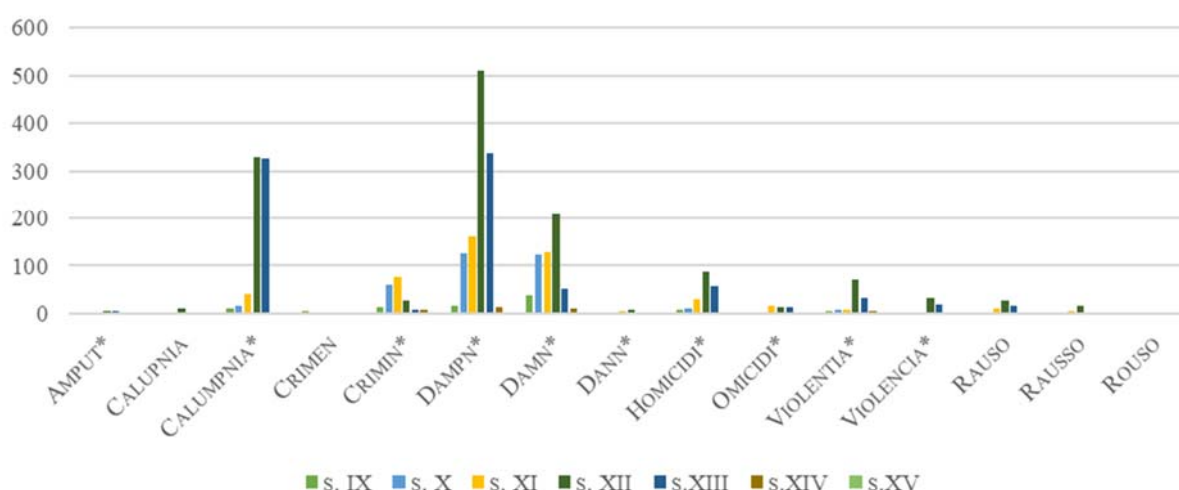
² El cambio de dinastía no fundamenta una transición inmediata en el estudio legal de la violencia exactamente, mas instituye un hito temporal necesario. El último monarca de la dinastía astur-leonesa fue Vermudo III, muerto en la batalla de Tamarón contra su sucesor, Fernando I (1016-1065), casado con la hermana del anterior monarca. Es el mismo marco cronológico que establece C. Balañas Pérez, *Defensores e traditores, un modelo de relación entre podermonárquico e oligarquía na Galicia altomedieval (718-1037)* (Santiago de Compostela: Consellería da Presidencia e Administración Pública, Servicio Central de Publicacións, 1988). Cf. con el marco cronológico del milenio en W. Davies, *Windows on justice in Northern Iberia, 800-1000* (London ; New York: Routledge, 2016).

³ Un caso concreto es el Fuero de León (1017), primer proyecto legislativo de un monarca en el reino de León desde la época visigoda. En este fuero, Alfonso V (994-1028) no solo regula a la ciudad de León sino también aspectos generales del reino como los homicidios. L. García de Valdeavellano, M. Isabel Alfonso Antón, y R. Pérez-Bustamante, eds., *El Fuero de León: comentarios* (Madrid: Seminario de Historia Medieval de España, 1983).

⁴ Una de las primeras aproximaciones desde el punto de vista jurídico fue de J. Orlandis, “Sobre el concepto de delito en el derecho de la Alta Edad Media”, *Anuario de historia del derecho*

Se debe comenzar ofreciendo una definición acotada de la violencia. Esta palabra femenina de la primera declinación latina provendría de *vis*, ímpetu o fuerza, y, a su vez, del griego *βία* en su acepción de fuerza, coacción, ímpetu.¹ Según lo anterior, podría ser sinónimo en forma de adjetivo con los términos *crudelis*, *malus*, *infrenis*, *indomitus*, *ferox*, *immoderatus*.² Estas definiciones coinciden con lo expuesto en las *Etymologiae* de Isidoro de Sevilla al sentenciar *violentus* como *quia vim infert*.³ A pesar de ser la forma clásica *violentia* la más utilizada con diferencia,⁴ se debe señalar que desde principios del siglo XI se tiene testimonio en la documentación de la forma *violencia* como en *levavit se ipsa domna Esemena per **violencia** et persumse illum de meo iure usque pervenit a veritate*.⁵ Por lo tanto, dentro de la violencia se entendería aquellos crímenes punibles (principalmente homicidios, heridas, violación o robo) y las consecuencias penales de la violencia legal en la ejecución del castigo. En el siguiente cuadro se analiza el principal “vocabulario de la violencia” y sus cambios gráficos a lo largo de la documentación medieval principalmente gallega (Gráfico 1):

GRÁFICO 1. CUANTIFICACIÓN DE LAS VARIACIONES LÉXICAS SEGÚN SIGLO (SS. IX-XV) (SEGÚN LA BASE DE DATOS CODOLGA)



El corpus de referencias no solo nos debe ayudar a crear una visión holística de lo que las fuentes materiales pueden ofrecer a los crímenes y castigos, sino ser también la

español, XVI, 1945, 112-192. Pero el grueso de estudios sobre violencia y sistema penal se remite a la Baja Edad Media, como los interesantes artículos de L. M. Duarte, “The Portuguese justice in the Middle Ages (An inventory of doubts)”, *Cuadernos de Historia del Derecho*, 2004, 11, 87-97 o del mismo autor, “Um luxo para um país pobre? A pena de morte no Portugal medieval”, *Clío & Crimen* 4, 2007, 63-94.

¹ “Violentia” en E. Forcellini y I. Perin, *Lexicon totius latinitatis*, (Padua: Typis Seminarii, 1940), 1001.

² “Violentus” en B. Merrilees y W. Edwards (eds.) *Fermini Verris Dictionarius dictionnaire latin-français de Firmin Le Ver*, (Turnholt: Brepols, 1994), 530.

³ *Etymologiae*, X, V en J. Oroz Reta y M. A. Marcos Casquero (ed. y trad.) *San Isidoro de Sevilla. Etimologías*, (Madrid: B.A.C., 2009), 279.

⁴ Las dos principales formas en las cuales aparece *violentia* y sus derivados es como *violentia* y como *violencia*. Este fenómeno de mutación se corresponde a una palatalización del grupo -ci ante vocal, de la misma forma ocurre con *tertia* que pasa a *tercia*.

⁵ Documento del año 1001 de San Xulián de Samos, doc. S-10, en M. Lucas Álvarez, *El tumbo de San Xulián de Samos (siglos VIII-XII). Estudio introductorio. Edición diplomática. Apéndices e índices* (Santiago de Compostela: Caixa Galicia, 1986), 457. Es verdad que podríamos aludir a que *violentia* o *violenter* no es solo un adverbio de modo para una actitud que produce heridas o sangre, sino también un modo de decir que se tomó algo por la fuerza.

herramienta fundamental para calibrar la diferencia entre las actividades violentas relacionadas con el desarrollo de la justicia y la resolución de conflictos establecida en los códigos de leyes, sobre todo en la utilización y aplicación del *Liber Iudicum*.¹

La principal problemática de la investigación reside en la evolución de la resolución de conflictos y la importancia o no de la aplicación del *Liber Iudicum*, base jurídica del noroeste hispano altomedieval. No obstante, no se busca un enfoque legalista sino social ya que no solo se utilizan fuentes provenientes del derecho sino también aquellas otras que, aun regulando la vida de las personas, no constituyen un artículo de ley sino de fe (siendo ambas indiferenciables) como son los penitenciales.² Estas fuentes, que no deben resultar baladís, son el resultado de un estudio de la regulación de las actitudes sociales no fundadas sobre la tradición legal y regia del derecho post-visigótico, pero están más cerca de la realidad social en su tarificación del delito.

UNA CRONOLOGÍA ACOTADA POR LA EVIDENCIA DOCUMENTAL

Todo estudio sobre la primera etapa altomedieval gallega debe comenzar en los inicios del reino suevo, cesura que marca en el establecimiento de este pueblo, un desarrollo diferente de la romanidad que perdurará en la configuración espacial de la *Gallaecia*.³ Sin embargo, el grueso de las fuentes documentales no se encuentra en el siglo V o VI sino a principios del s. IX, obligando ello a desplazar el centro del análisis según la información documental extraída del grueso de los cartularios de los monasterios gallegos y portugueses.⁴ La llamada revelación documental influye en nuestro análisis al estar gran parte de referencias a finales del s. X-XI, si no consideramos el siglo XII. Dos momentos límite que enmarcan tanto el principio de lo considerado medieval (instalación sueva y goda) como el principio de la plenafeudalidad en la cesura del año 1000 o 1032 con el fin de la dinastía asturleonés.

MICROESPACIO Y MACROESPACIO: DEL *REGNUM* AL *CAUTUM*

Dos variables influyen en la delimitación del espacio acotado para el estudio. Por un lado, el número de referencias dentro del propio espacio delimitado (esto es, los cartularios gallegos y del norte de Portugal) y, por otro, las referencias debidas a conflictos o hechos ocurridos en dichos territorios registrados fuera de este espacio,

¹ Algunos autores han puesto en duda la aplicación fáctica del *Liber Iudicum*, A. Isla Frez, «La pervivencia de la tradición legal visigótica en el reino asturleonés», *Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série*, 41-2 (1 de noviembre de 2011): 75-86. No obstante, es evidente de la existencia y utilización de este código de leyes como demuestran la existencia de donaciones del libro entre particulares, M. C. Díaz y Díaz, «La *Lex Visigothorum* y sus manuscritos. Un ensayo de interpretación», *Anuario de Historia del derecho español* 46, 1 (s. f.): 163-224.

² En el caso del estudio de los penitenciales véase la obra de F. Bezler, *Les pénitentiels espagnols. Contribution à l'étude de la civilisation de l'Espagne chrétienne du Haut Moyen Âge*, 1.^a ed. (Münster: Aschendorffsche, 1994). La obra de Bezler es una síntesis de su tesis de doctorado desarrollada sobre la problemática documental y temática de los penitenciales en lo que es un excelente trabajo. Para el resto de Europa, en especial para el occidente atlántico e insular véase A. Erin V., *Anticipating Sin in Medieval Society. Childhood, Sexuality, and Violence in the Early Penitentials*, Knowledge Communities (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017).

³ El primer gran debate o disputa sobre la violencia en el mundo historiográfico galaico y peninsular trató sobre la instalación y la llegada de los suevos. Dos posturas contrapuestas entre Hidacio de Chaves y Paulo Orosio demuestran lo poliédrico que puede ser el cambio de legitimidad y la violencia que conlleva sobre la población local y el metarrelato adyacente. En el caso de Paulo Orosio, defendiendo a pesar de todo a los ocupantes, y en el caso de Hidacio de Chaves siendo crítico y profeta del desarrollo fatídico del reino occidental. A. Tranoy, *Cronique/Hydace* (Paris: Editions du Cerf, 1974) y C. Torres Rodríguez, *Paulo Orosio. Su vida y sus obras* (A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1985). Sobre las problemáticas del metarrelato en el estudio de la violencia histórica véase, F. Laplantine, *El filósofo y la violencia* (Madrid, EDAF, 1977).

como sucede, por ejemplo, en León.¹ El área galaico-portuguesa (aproximadamente hasta Coímbra), es, por otro lado, un área geográfica coherente a nivel histórico con la visión de gestión del territorio hasta después del reinado de García II de Galicia (1065-1073).

La coherencia territorial de este espacio no debe colisionar con la idea de que los lugares interiores de inmunidad y exención fiscal ante los gravámenes por delito (*raussum, homicidium, fossadera...*) se constituyeron como similares no solo dentro del reino de León sino también en el resto de la Europa latina occidental,² conocidos como coto o *cautum*. Así la antigua Galicia no posee características propias que la diferencien de otros espacios en la regulación espacial de la conflictividad³ aunque sí dinámicas cronológicas diferentes.

HISTORIOGRAFÍA: DEL HECHO JURÍDICO A LA CONSTATAción SOCIAL

El análisis de la violencia social, que no pertenece al aspecto militar, tiene básicamente dos vías de análisis. Primero, las más antiguas referidas a la historia del derecho y legalistas centradas en la utilización o no del *Liber Iudicum* como base y fuente de la legitimidad de la actuación judicial.⁴ El debate de esta primera época historiográfica se centró a finales del siglo XIX y principios del siglo XX sobre el origen germano o romano del derecho visigodo, mientras en otras latitudes el estudio del derecho se centraba en su evolución en lo referente al castigo, especialmente en la obra de Julius Goebel, de la escuela norteamericana.⁵ El bizantinismo de las disputas sobre el origen germano o romano del derecho se saltó el factor más importante de su análisis, el estudio de la aplicación en la sociedad.

Si bien es verdad que el conflicto y la violencia se estudian por las leyes, estas no solo se encuentran en los códigos o en los cartularios sino también en la épica medieval como muestra Menéndez Pidal al analizar la tradición del motivo de la *condesa traidora*,

¹ El 18 de marzo del 1019, Alfonso V y su mujer, la reina Elvira, donan a Cidi Doneliz la mitad de la villa de Bobadela, situada en el territorio de Castella, entre los ríos Miño y Barbantiño. El monarca la había obtenido de Anserigo Leovigildiz y Ecta Rademiriz que la perdieron por matar a Aloito Enecoz. Doc. 760 y 772 en J. M. Ruiz Asencio, *Colección documental del archivo de la catedral de León (775-1230)*, t. III (986-1031), (León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 1987), 336 y 352.

² B. Rosenwein, *Negotiating space: power, restraint, and privileges of immunity in early medieval Europe*, (Manchester: Manchester University Press, 1999).

³ Los sucesos de conflictividad de las élites del reino contra o a favor de los reyes asturleonese más que mostrar una deriva autónoma, refuerzan la idea de una implicación profunda en las dinámicas del *regnum* y su fuerte participación, R. Portass, "All quiet on the western front? Royal politics in Galicia from c. 800 to c. 950", *Early Medieval Europe*, 21, 3 (2013): 283-306.

⁴ Frente a la idea de una aplicación laxa pero a la vez transformadora del *Liber* como en Isla Frez, «La pervivencia de la tradición legal visigótica en el reino asturleonés». Otros autores defienden la materialidad y consulta del *Liber* aun cuando su ejecución en realidad fuese escasa, C. Rodiño Caramés, «A *Lex gotica* e o *Liber Iudicum* no Reino de León», *Cuadernos de Estudios Gallegos* 46, n.º 109 (1997): 9-52. En el estudio del derecho post-visigodo son trascendentales las obras de E. de Hinojosa y Naveros, *El Elemento germánico en el derecho español* (Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1915). Mas próximo al interés de la realidad fáctica es la obra (casi primer ensayo de historia social) de T. Muñoz y Romero, *Del estado de las personas en los Reinos de Asturias y León en los primeros siglos posteriores a la invasión de los árabes*, 2ª ed (Madrid: Imprenta de D.G. Hernando, 1883). Debemos atender más que a su estricto uso y ejecución, a un valor de la ley como valor de pasado y reivindicación del origen romano y godo en el *Liber Iudicum*, A. Rucquoi, "Maintien et création du droit dans l'Espagne chrétienne (950-1050)", in *Guerre, pouvoirs et idéologies dans l'Espagne chrétienne aux alentours de l'an mil*, eds. Thomas Deswarte & Philippe Senac, 123-140 (Turnhout, Brepols, 2005).

⁵ J. Goebel (Jr.), *Felony and Misdemeanor: A Study in the History of English Criminal Procedure* (University of Pennsylvania Press, 1976).

un romance.¹ A pesar del desarrollo historiográfico del s. XX, la justicia siempre ha sido el lugar privilegiado de análisis de la violencia como se observó en la renovación de Claudio Sánchez-Albornoz en lo referente a los juicios,² continuadas en la actualidad por las revisiones críticas de Iñaki Martín Viso,³ Andrade Cernadas⁴, Fernando Corral,⁵ Álvaro Carvajal⁶ o Wendy Davies⁷ en especial relación a la propiedad y su intercambio.⁸ Esta serie de trabajos e investigaciones se encuadran en un plano europeo de interés por la aplicación de la justicia como demuestran el libro de Bruno Lemesle sobre las cortes judiciales en Anjou⁹ en la Temprana y Plena Edad Media. La ley, el delito, el proceso y los actores deben ser analizados en su conjunto ofreciendo un panorama no exclusivamente legalista pero tampoco otro fundado en estudio de casos aislados.

La amplitud casi inabarcable y lo poliédrico de la violencia conllevan a veces una ausencia metodológica¹⁰ debido a la variedad de los temas que desea tratar como se observa en Guy Hasall con una visión interdisciplinar de la violencia.¹¹ Una de las facetas más interesantes en este sentido es la relación entre sacralidad y violencia más allá de la idea de Cruzada, como en los casos franceses analizados por Dominique Barthélémy¹² y en el caso gallego especialmente Ermelindo Portela Silva¹³ con su último libro publicado que versa sobre el primer arzobispo de Santiago, Diego Gelmírez y el gobierno hierocrático.

¹ R. Menéndez Pidal, *Idea imperial de Carlos V: La Condesa traidora ; El Romanz del Infant García ; Adefonsus Imperator Toletanus* (Madrid: Espasa-Calpe, 1941). Revisiones actuales desde la historia de las mujeres resucitan el antiguo mito de la mujer épica como M. Ratcliffe, *Mujeres épicas españolas: silencios, olvidos e ideologías* (Woodbridge: Tamesis, 2011), 112-131.

² C. Sánchez-Albornoz, *Documentos para el estudio del procedimiento judicial en el reino asturleonés* (Madrid: Confederación Española de Cajas de Ahorro, 1975). También C. Sánchez-Albornoz, "Seis documentos judiciales del siglo XI del Monasterio de Celanova", *Homenaje a Fray Justo Pérez de Urbel*, v.I, (Burgos: Abadía de Silos, 1976), 153-164.

³ I. Martín Viso, «Authority and Justice in the Formation of the Kingdom of Asturias-León», *Al-Masāq* 29, 2 (4 de mayo de 2017): 114-32, <https://doi.org/10.1080/09503110.2017.1349979>.

⁴ J. M. Andrade Cernadas, «Villas regias y asambleas judiciales entre los siglos X y XI: el caso de Larín», *Signum*, 12, 2 (2011): 18-35 y del mismo autor «Baños, claustros y piedras: una aproximación a los escenarios de las asambleas judiciales en la Galicia altomedieval», *Studia Histórica. Historia Medieval*, 36, 1 (2018): 13-30.

⁵ F. Luis Corral y M. Pérez Rodríguez, «Negotiating Fines in the Early Middle Ages: Local Communities, Mediators and the Instrumentalization of Justice in the Kingdom of León», *Al-Masāq* 29, 2 (2017): 172-185.

⁶ A. Carvajal Castro, «Secular Sanctions and Sales in Early Medieval León (9th-11th c.): Beyond Diplomatic Practice», *Al-Masāq* 29, 2 (2017): 151-171.

⁷ Davies, *Windows on justice in Northern Iberia, 800-1000*.

⁸ J. María Mínguez, «Justicia y poder en el marco de la feudalización de la sociedad leonesa», *Giustizia nell'Alto Medioevo (secoli V-VIII)* 1, 42 (1995): 491-530.

⁹ B. Lemesle, *Conflicts et justice au Moyen Âge: normes, loi et résolution des conflits en Anjou aux XIe et XIIe siècles* (Paris: Presses Universitaires de France, 2008); Bruno Lemesle, «La postérité des lois barbares», 2011. Posiblemente una de las escuelas más interesantes de estudio de la justicia desde la antropología sea la Escuela de antropología legal de Limoges que publican los *Cahiers Antropologie Juridique Limoges* (PULIM).

¹⁰ Incluso la propia terminología está en debate entre la *History of Violence* como en W. C. Brown y su *Violence in Medieval Europe* (Oxfordshire: Routledge, 2014) hasta las perspectivas centradas en el crimen como T. Dean, *Crime in Medieval Europe, 1200-1550* (New York: Routledge, 2001) así como otras que prefieren utilizar el conflicto como centro de sus estudios, W. C. Brown y P. Górecki (eds.), *Conflict in Medieval Europe. Changing Perspectives on Society and Culture* (New York: Routledge, 2016).

¹¹ G. Halsall, ed., *Violence and society in the early medieval West*, (Woodbridge: Boydell Press, 2002).

¹² D. Barthélémy, *Caballeros y milagros: violencia y sacralidad en la sociedad feudal* (València: Universitat de València; Granada: Universidad, 2006); Dominique Barthélémy et al., *El año mil y la paz de Dios: la Iglesia y la sociedad feudal* (Granada: Universidad de Granada, 2005).

¹³ E. Portela Silva, *Diego Gelmírez (c. 1065-1140): el báculo y la ballesta* (Madrid: Marcial Pons Historia, 2016).

El problema de las fuentes en el período altomedieval radica en su interpolación o incluso falsificación durante los siglos XII y XIII. De todas formas, y como el historiador debe sondear todas las posibilidades por muy fragmentarias que sean que el pasado ha dejado, debemos utilizar todas y criticarlas diferencialmente según el objetivo buscado.

Las fuentes cronísticas y hagiográficas son las primeras y más frecuentes tras los cartularios. Las obras del taller historiográfico ligado a la diócesis de Santiago-Iria durante el siglo XII como el *Cronicón Iriense* o la *Historia Compostellana*¹ sobresalen por su amplitud y proximidad a los hechos tratados. Otras son hagiografías tardías que nos hablan sobre el pasado desde la alabanza del santo en un entorno social característico como la *Vita Rudesindi*,² la *Vita Sancta Seniorinae* y la *Vita Sancti Geraldi*.³

Si se utiliza de una forma auxiliar a las fuentes hagiográficas y cronísticas, ocurre todo lo contrario con las fuentes documentales de cartularios, tumbos, becerros y *Liber Fidei*. En el caso de los gallegos se tiene la posibilidad de investigar la documentación de San Paio de Antealtares o San Martiño Pinario, Celanova, Sobrado dos Monxes, Tumbo Vello de Lugo, Tumbo A de Santiago, Samos o San Vicente do Pino de una forma fiable desde el siglo IX.⁴ Como se ha explicado con anterioridad en lo referente al espacio que comprendemos, se debe también integrar las fuentes portuguesas hasta Coímbra, incluida esta, pero con registros más escasos para los siglos IX y X. Así, de norte a sur, estarían el *Liber Fidei* de la catedral de Braga, el *Livro Preto* de Coimbra y el *Liber Testamentorum* de Lorvão.⁵ Este tipo de fuentes referidas constituyen el grueso de

¹ Véanse E. Falque Rey (est.), *Historia Compostellana. Corpus Christianorum. Continuatio medievalis*, 70 (Turnhout: Brepols, 1988) y *Cronicón Iriense* en M. R. García Álvarez (ed.) *Memorial histórico español: colección de documentos, opúsculos y antigüedades que publica la Real Academia de la Historia*, vol. L, (Maestre: Madrid, 1963).

² A pesar de ser por primera vez editada en el *PMH*, existen dos nuevas versiones, la primera preparada por el Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos. *Vita et Miracula Rudesindi* en M. C. Díaz y Díaz et alii, *Ordoño de Celanova: vida y milagros de San Rosendo*, Colec. "Galicia Histórica", (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1990), 111-233, y la segunda con versión latina y portuguesa, más actualizada en M. H. da Rocha Pereira, (Trad. notas y pref.) *Vida e Milagres de São Rosendo*. (Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2010).

³ *Portugalliae Monumenta Historica a saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum* (1856) *Scriptores* I, (Lisboa: Universidad), 46-59.

⁴ C. Sáez Sánchez y M. V. González de la Peña, *La Coruña. Fondo antiguo (788-1065)*, (Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad, 2005), J. Miguel Andrade Cernadas et al., eds., *O Tombo de Celanova: estudio introductorio, edición e índices: (ss. IX-XII)* (Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995). P. Loscertales de García de Valdeavellano (ed.) *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*, (Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural, Archivo Histórico Nacional, 1976). J. Luis, López Sangil y Manuel Vidán Torreira, "Tumbo Viejo de Lugo (transcripción completa)", *Estudios Mindonienses*, 27 (2011), 11-373. M. Lucas Álvarez y M. C. Díaz y Díaz, *La Documentación del Tumbo A de la Catedral de Santiago de Compostela: estudio y edición* (León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», 1997). M. Lucas Álvarez, *El tumbo de San Julián de Samos (siglos VIII-XII). Estudio introductorio. Edición diplomática. Apéndices e índices* (Santiago de Compostela: Caixa Galicia, 1986). C. Rodríguez Fernández, *Colección diplomática de San Vicente del Pino*, Tesis de doctorado inédita, (Universidad de Granada, 1990). Para una perspectiva amplia y seriada sobre las fuentes medievales gallegas véase A. Castro Correa, "Fuentes bibliográficas para el estudio de la documentación Altomedieval gallega", *CODOLGA: Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*, nº 6 (2009), 57 (disponible en http://corpus.cirp.es/codolga/publicacions_principal.html octubre, 8, 2018).

⁵ A. de Jesus da Costa (ed.), *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae*, 2 tomos, (Braga: Junta Distrital de Braga, 1965-1978), hay una reedición mejorada y ampliada por José Marques y editada por la Arquidiócesis de Braga en el 2016. A. de Jesus da Costa (ed.), *Livro Preto. Cartulario da Sé de Coimbra*, (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999). M. Joao Branco et alii (eds.) *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, (León: Centro de Estudios e

donde extraer, a pesar de la marginalidad de muchas noticias, el estudio de la conflictividad antes del siglo XII.

Otras fuentes que han sido escasamente integradas en el estudio de la violencia, pero sí en otros ámbitos como la sexualidad, son los penitenciales. En el caso del noroeste ibérico los principales han sido el *Cordubense*, copiado o escrito en Galicia en el siglo XI.¹ La presencia y realidad fáctica de los penitenciales ha sido comprobada en una referencia documental del *Liber Fidei* de Braga donde a una pena de homicidio le corresponde una penitencia de doce años impuesta por el obispo.² Más allá de los penitenciales de factura hispánica se debe tener en consideración la introducción e inspiración de otros por su presencia en el entorno de la península Ibérica.³

METODOLOGÍA Y RECOPIACIÓN FRENTE A LA MARGINALIDAD DE LA NOTICIA DOCUMENTAL

El análisis documental de tipo cuantitativo debe tener en cuenta la marginalidad de la noticia que se busca, de ahí el carácter sistémico de la misma. Primero un análisis de los documentos revisando las transcripciones donde fuere posible debido a la posibilidad de los principales cartularios a través del portal PARES como de los diferentes servicios de digitalización si no se permite la visita al archivo.

En un segundo lugar, se debe crear un corpus de referencias que abarque temporalmente la época que interesa de una forma total, evitando la concentración de referencias en un solo espacio,⁴ sino distribuyendo siempre que se pueda a lo largo del territorio para evitar una concentración distorsionadora de referencias en un único lugar. Intentar evitar el uso anacrónico de los falsos donde se encuentran las informaciones sobre la violencia y especialmente en tipos de castigos y por qué han sido guardadas, transcritas y rememoradas.⁵ En la mayor parte de las referencias la violencia o el relato de la misma aparece de una forma marginal y secundaria ya que los cartularios y becerros constituían una prueba de propiedad inmueble de la tierra o de rentas, y no un registro cronístico o

Investigación San Isidoro, 2008). Estas fuentes referidas tan solo son una selección para una aproximación, para saber más sobre la sistematización de fuentes portuguesas antes del siglo XII tras el *Portugaliae Monumenta Historica*, véase A. Evangelista Marques, “Para um inventário da documentação diplomática anterior a 1101 conservada em arquivos portugueses”, in *Mundos Medievales. Espacios, sociedades y poder. Homenaje al Profesor José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre*, eds. Beatriz Arízaga Bolumburu et alii, 711 y ss. (Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, 2012).

¹ Para el estudio de los penitenciales resultan esenciales los estudios de F. Bezler, *Les pénitentiels espagnols : contribution à l'étude de la civilisation de l'Espagne chrétienne du Haut Moyen Âge* (Münster: Aschendorff, 1994) así como el artículo de J. Miguel Andrade Cernadas, “Textos penitenciales y penitencia en el Noroeste de la Península Ibérica” in *Latin culture in the eleventh century: proceedings of the third International Conference on Medieval Latin Studies*, ed. M W. Herren, 29-38 (Turnhout: Brepols, 2002).

² “*Peccato occidit hominem et proinde devenerunt ante pedes archiepiscopi domni Geraldí qui in hoc tempore obtinet sedem Bracarensem metrópolis ut penitentiam illi dare sicut et dedit XIIem annos*”, Doc.158 del 1101, julio, 8 en A. de Jesus da Costa (ed.), *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, t.1, (Braga: Junta Distrital de Braga, 1965), 185.

³ Este es el caso del penitencial de Burcardo de Worms custodiado en la Biblioteca Nacional de España el nombre de *Poenitentiale: Decretorum liber XIX Burchardus Wormaciensis*, Mss 6367 en copia de letra visigótica posiblemente proveniente de Cataluña o el sur de Francia.

⁴ Es muy frecuente en los estudios altomedievales la referenciación única de los Tumbos de Sobrado dos Monxes o Celanova olvidando otras fuentes que, aunque de menor cantidad documental pueden informarnos sobre comportamientos o actitudes como en el caso de Santa María de Meira (Doc.3, 1019) y la compensación por robo de un padre con sus hijas, M. Mercedes Domínguez Casal, *El monasterio de Santa María de Meira y su colección diplomática*, (tesis de licenciatura, Universidad de Zaragoza, 1952).

⁵ Así es lo que ocurre con las imaginativas referencias en el falso diploma de Adelgaster, hipotético hijo del rey Silo, en la fundación del monasterio de Santa María de Obona en el 780 (sic). A. García Leal, *El diploma del Rey Silo* (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2007), 198-199.

historiográfico.¹ Así, en la mayor parte de los casos la información sobre la violencia (asesinatos, heridas, secuestros, raptos, violaciones, robos, allanamientos, etc.) se producen de forma lateral o negativa bien porque la información es secundaria o porque lo prohíben normativamente donde antes se ha ejecutado.

Tras recopilar el corpus, la siguiente actividad consistirá en el análisis de causa, objeto, partes, resolución y cuantificación penal del hecho acontecido para poder desvelar que procesos se establecen y que código de leyes (en caso de estar identificado) siguen. A pesar de ser los cartularios fuente de legitimidad de la tierra y de las posesiones del monasterio o de la catedral, la inserción de historias justificando el proceso es común en Celanova o Sobrado dos Monxes. En el primer caso celanovés, la famosa historia de Odoíno² o en el caso de Sobrado dos Monxes la historia de la fundación de Santa Eulalia de Curtis en la época de San Pedro de Mezonzo, siendo obispo de Iria y sufriendo los ataques normandos y las disensiones entre los grupos de poder locales.³ Son tan solo algunos ejemplos que pueden dar el siguiente resultado, de carácter cualitativo representando la mayor concentración de homicidios registrada de forma documental en la documentación galaico-portuguesa analizada: los asesinatos y violencias de Sinando Galiáriz cuyo castigo (por la información del único documento) quedó resuelto con la expropiación de sus propiedades:

Tabla 1. Relación de crímenes cometidos por Sinando Galiáriz y sus cinco hermanos en la tierra de Santiago y limítrofes durante el reinado de Vermudo III (año 1032) en el doc. 67 del Tumbo A.⁴

ASESINATOS	HERIDAS	SECUESTROS	ROBOS	EXPROPIACIÓN
Adefonsus	Pelagio (amputación manos y lengua)	15 hombres en S. Felix	50 bueyes y vacas en <i>Sancti Felicis</i>	<i>Aocio</i>
Odorium presbiter	Tote (amputación pies)	10 hombres en Salnés	500 <i>solidos</i> en paños y ganado en S. <i>Felicis</i>	<i>Sancti Felicis</i>
Ermoigium	Asalto al vino del rey en Gomariz y apaleamiento de los arrieros.	2 hombres <i>inbuciatos</i> de Riale	100 <i>solidos</i> en ganado en salnés	<i>Monasterium Ranariz</i>
Ranemirum	Corta orejas y colas y a las 25 cabalgaduras en Gomariz.	Aspadicum presb. y 5 monjes	80 <i>solidos</i> en ganado a Sisnandi	Intento de agresión al templo y la jurisdicción de <i>Sancti Iacobi</i>
Ectam		6 hombres de Vimara Vistaraci (<i>sicut captivo</i>)	60 en <i>solidos</i> a Stephani	

¹ Que no sean exactamente un registro histórico no desvirtúa su carácter historiográfico o intercalador de la memoria ya que «the difference between hagiography and archival evidence is modern, not medieval one», P. Geary, *Phantoms of remembrance. Memory and oblivion at the end of the first millennium*, (Princeton: Princeton University Press, 1994), 159.

² J. Miguel Andrade Cernadas, “Algunhas historias por tratar da Historia Medieval de Galicia” en Isidro Dubert (ed.) *Historia das historias de Galicia* (Vigo: Xerais, 2016).

³ Doc. 137 del 995, julio, 1 en P. Loscertales de García de Valdeavellano, *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*, 177-182.

⁴ Seguimos la edición del Tumbo A de Lucas Álvarez y Díaz y Díaz, *La Documentación del Tumbo A*, 188-190.

Sisnandum			150 <i>solidos</i> en ganado a Guandile	
Gomaricum			50 <i>solidos</i> en ganado en <i>Riale</i>	
Argemirum			200 <i>solidos</i> en 2 caballos en Ranariz	
Aloitum mon			25 <i>solidos</i> en bueyes y vacas en Ranariz	
Alamirum			100 <i>solidos</i> en res minuta en Ranariz	
Vimaram			25 <i>solidos</i> en cerdos en Ranariz	
Aroaldum			1 en <i>venape pallea</i> en Ranariz	
			<i>Plumacum</i> en Ranariz	
			<i>Pallium, mantum, 2 mantas, 2 feltros</i> en Ranariz	
			1 caballo de 200 <i>solidos</i> de Vimara Vistaraci	
			25 iumentis en Gomariz	
TOTAL	12 asesinatos	39 secuestros	en <i>solidos</i> : ca.1490	4 lugares

ESTRUCTURA DE TRABAJO Y DESARROLLO TEMÁTICO

En primer lugar, se presentarán las definiciones y delimitaciones temporales (siglos VIII-XI), geográficas (noroeste península ibérica) y léxicas explicando dentro de estas últimas las evoluciones tardo-latinas en significado y significante. Una vez enmarcado el objeto de estudio se pasará a tratar la literatura anterior desde el siglo XIX en un repaso que incluye la realidad social estudiada, como la literatura gótica y su comprensión de la violencia altomedieval.

Tras la delimitación y exposición de los referentes de estudio anteriores, a continuación, se pasará a los casos de estudio concretos en relación con la heurística y el estado de las fuentes de donde han sido analizados. En los siguientes apartados la regulación canónica de origen conciliar y jurídica se analizará desde el problema de la pervivencia de la ley gótica o su apariencia legitimatoria y retórica y en relación con esto último la costumbre y flexibilidad en la actuación de la ley. A las regulaciones canónico-conciliares desde época sueva y los concilios de Braga se le unirán los penitenciales hispanos y el diálogo normativo establecido entre ellos como influencias mutuas.

En el apartado de tipologías se diseccionarán los diferentes delitos de tipología penal comenzando por los homicidios (voluntario o no), el infanticidio o el parricidio, así como los casos de aborto, tipificados en la normalización legislativa de época como un tipo de homicidio. En orden de gravedad para la integración corporal y de la vida siguen los casos de heridas y asaltos convenientemente explicados en su contexto de asaltos o revueltas interpersonal o colectiva. También los crímenes sexuales se deben analizar en relación con la violencia contra las mujeres, en especial la violación y el rapto. Por último, el robo sobre bienes de carácter mueble distinguiendo la substracción de bienes por razones de presión social (bienes de primera necesidad, alimentos) de aquellos de carácter vengativo o incluso ritual como el saqueo de iglesias o haciendas particulares en busca de bienes metálicos o robo masivo de ganado.

La estela criminal marca el paso hasta las consecuencias, en particular las multas y sociales hacia los responsables. La relación de casos está ligada a un sistema feudal pero también esclavista apreciando que el carácter económico del castigo influye en la resolución parcial de la causa, ya que esta se puede ver alargada por cárcel o dependencia servil si no se satisface la multa por la pena estipulada. La tesis central en este apartado radica en que los delitos al ser regulados por multas acaban siendo una fuente de fiscalidad penal que beneficia a los propietarios en la constitución de sus territorios a partir de las faltas de los dependientes en ellos.

El apartado de conclusiones será también el momento de mostrar los giros y cambios que harán mutar al mundo altomedieval hispano con la aparición de fueros y la importancia del castigo corporal sin olvidar la consolidación del rey y su ira regia como fuente de castigo.

CONCLUSIONES: SOBRE LA TRANSICIÓN HACIA UN MODELO PUNITIVO CORPORAL EN EL REINO DE LEÓN (1100-1150)

A través de la documentación analizada, la perspectiva de una ejecución de la ley se muestra atenuada por una interpretación más laxa provocando que las penas capitales se evidencien casi ausentes, sobre todo en los delitos de sangre y homicidios, los que podrían parecer más graves. Los casos de penas corporales y pena capital son casos especiales relacionados con castigos ejemplares a nobles, y, aun así, muy escasos. Al asesino de Alfonso V tampoco le dan muerte, sino que le amputan las manos según los mandatos de Fernando I¹ representando más que un proceso penal, una venganza familiar que legitime al nuevo rey de la dinastía navarra en el trono de León. Existen, no obstante, castigos mayores como la pena de extracción de ojos y la *decalvatio* de tradición visigoda en algunas referencias cronísticas² aunque la *decalvatio*, pese al supuesto neogoticismo desapareció como forma de infamia y castigo tras el fin del reino godo.

Otra particularidad que podemos resumir en estas conclusiones es la generalización de la composición entre agresor y víctima y destino de la pena pecuniaria al *dominus terrae*, no a la víctima, como forma de calaña. Si en la tradicional tesis germánica del *wergeld*³ la dirección de la composición por delito se dirige a la familia de

¹ Según el relato de la *Historia Silense* en A. Viñayo González, Fernando I (1035-1065) (Burgos: La Olmeda, 1999), 150.

² Sobre los castigos corporales en época visigoda véase J. Arce, Esperando a los árabes. Los visigodos en Hispania (507-711) (Madrid: Marcial Pons, 2017), 147-171. P. D. Kingdom, *Law and Society in the Visigothic Kingdom* (Cambridge: University Press, 1972), 251-263. En las crónicas asturianas también aparecen algunos castigos, especialmente la extracción de ojos como forma de punición de los traidores, rebeldes o insubordinados al poder regio, Yves Bonnaz, *Croniques Asturiennes (fin IXe siècle)* (Paris: CNRS, 1987), 21, 25, 33, 37.

³ Ya presente en el análisis de E. Gibbon de las mutaciones del derecho contraponiendo el procedimiento germano al bárbaro, E. Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire*, vol. IV (London: Methuen & Co., 1909), 133-135.

la víctima o a ella misma (en caso de que pueda disfrutarla), lo que encontramos en la documentación es que el beneficio extraído de la mediación, juicio o protección se extiende a cualquier tipo de incidente violento acaecido en los dominios concretos del monasterio o del señor. Una deriva de esto se concretará en los espacios de inmunidad consolidados en el siglo XII cuando determinados emplazamientos no deban tributar al rey por los crímenes sucedidos en sus límites.

Todo lo anterior lleva a considerar que, frente al tradicional fórmula documental *sicut lex gothorum*, la ley no se aplica como un calco penal en la mayoría de los casos de violencia y delitos de sangre debido al interés de las partes y al principio del propio *Liber* por una ejecución moderada de los preceptos.¹ Esto es, el *Liber* ya establece una ley que por su draconismo deba implicar una moderación en su ejecución para evitar no solo corregir el delito sino también incitar a una rápida resolución aun sin cumplir exactamente la ley.

Sin que este mundo (como en el resto de Europa occidental) desapareciese, la relación intrínseca entre la aparición de las penas corporales y la consolidación legislativa del mundo urbano a mediados del siglo XII vino a mutar determinadas aptitudes penales. Las primeras referencias que atestiguan el uso de castigos sobre el cuerpo se encuentran en el ámbito gallego y portugués en Santiago de Compostela bajo el gobierno del arzobispo Diego Gelmírez² y en Coímbra en los fueros urbanos de Alfonso Henríquez.³ El *Liber Testamentorum* de Lorrão constituye una excepción debido a las penas de latigazos establecidas desde el siglo X,⁴ aunque estas tan solo como recuerdo formulario de la ley gótica. Lo que importa como momento de transición serán las disposiciones en pro del uso de la horca por parte de Alfonso VII (1105-1157)⁵ casi a la vez que aparecían ya representadas en las piedras de la catedral de Santiago ese nuevo paisaje penal de la plenofeudalidad (Imagen 1).

¹ “*victas tamen personas ac presertim paupertate depressas seueritatem legis aliquantulum temperare*”, *Liber Iudiciorum*, XII, 1, 1 en la recomendable edición de R. Ramís Barceló y P. Ramís Serra, *El libro de los juicios. El Liber Iudiciorum* (Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2015).

² “*De iustitia in Compostellana Civitate servanda. (...) quod villicus civitatis iureiurando firmet quod iustitiam teneat, et ab ea neque amore neque odio neque pecunia neque rogatu alicuius persone a iustitia deviet. Et similiter in detruncando et cecando et in suspendendo, prout iustitia exegerit, nullatenus deviet, sed equa lance et iusto iudicio unicuique prout iustum fuerit reddat*”, E. Falque Rey (est.), *Historia Compostellana. Corpus Christianorum. Continuatio medievalis*, 70 (Turnhout: Brepols, 1988), 365.

³ “*solidos pro damno et suspendatur in illo tormento quod vulgo dicitur picota. item interdicimus ut nullus ingrediatur vineam alienam cum accipitribus*” en A. de Jesus da Costa (ed.) (1999) *Livro Preto. Cartulario da Sé de Coímbra* (Coímbra: Arquivo da Universidade de Coímbra), 781-784

⁴ El Doc.17 del 957 y el Doc. 26 del 981 establecen penas de “*C flagellas*” para la falsificación y deturpación de documentos. Maria João Branco, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis* (León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008), 621 y 632.

⁵ “ellos administraron justicia colgando a unos en maderos, dejando a otros las manos o los pies cortados, no perdonando a los ricos o influyentes” M. Pérez González, ed., *Crónica del emperador Alfonso VII*, 71, (León: Universidad de León, 2015), 116.

Imagen 1. Ilustración con la supuesta condena del avaro (al cual le falta la característica bolsa sobre el cuello) ahorcado en el capitel contiguo a la capilla de la Santa Cruz, crucero de la Catedral de Santiago de Compostela, alrededor del 1102. Fuente imagen: románicoaragones.com (consulta en línea: 12-6-2018).



El asalto a la Morería de València de 1455: perspectivas de estudio

Alejandro Moreno Gironés

Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED)

Resumen:

A partir del examen del documento *Remissió general a l'insult e robo de la morería de 1455*, el artículo propone el análisis de la lógica y rasgos históricos que propiciaron este hecho. El asalto de 1455 muestra cómo tras la aparición de un acontecimiento acaecido por motivos ideológicos, este hunde sus raíces en las principales contradicciones del reino de Valencia y en el papel de los sarracenos en el territorio estudiado. Complementaremos nuestro análisis documental con los registros de *Manuals de Consell* del Archivo Municipal de Valencia y de la *Reial Cancelleria* del Archivo del Reino de Valencia, además, utilizaremos la documentación editada por la producción historiográfica que aborda la temática.

Palabras clave:

morerías, sarracenos, nobleza, corona.

Abstract:

Based on examination of the document *Remissió general a l'insult e robo de la morería de 1455*, the article proposes an analysis of the logic and historical features that encouraged this phenomenon. The attack of 1455 shows how an event occurred for ideological reasons took root in the main contradictions of the Kingdom of Valencia and in the role of the Saracens in the territory studied. We shall complement our documentary analysis with the records of the *Manuals de Consell* from the Municipal Archive of Valencia and the *Royal Chancellery* of the Archive of the Kingdom of Valencia, we shall also use published documentation from historiography production that deals with the subject.

Keywords:

Moors, Saracens, nobility, the Crown

Este artículo se ha realizado dentro del Proyecto de Investigación “HAR2016-80354-P. IMPI. Antes del orientalismo: Las “imágenes” del musulmán en la Península Ibérica (siglos XV-XVII) y sus conexiones mediterráneas” (Investigador Principal: doctor Borja Franco) y basado en el Trabajo Final de Máster realizado por el presente alumno en el marco del Máster en Métodos y Técnicas Avanzadas de Investigación Histórica, Artística y Geográfica de la UNED, dirigido por la doctora Ana Echevarría Arsuga y titulado: “El asalto a la morería de Valencia de 1455: causas y factores”.

El objetivo del artículo es presentar los resultados del mencionado Trabajo Final de Máster debido a que suponen el punto de inicio en la construcción de nuestra hipótesis de investigación. El artículo muestra de forma práctica la metodología que pretendemos utilizar para realizar nuestra tesis doctoral y presenta, en su parte final, las preguntas de investigación que la estructurarán.

El asalto a la morería de Valencia en 1455 ha sido uno de los hechos destacados por parte de la producción historiográfica dedicada al reino de Valencia desde el siglo XIX y por los historiadores que desde la segunda mitad del siglo XX trabajan la especialidad denominada “mudejarismo”¹. Los historiadores especializados han

¹Empleamos el término “mudéjar” únicamente en esta parte del texto y debido a que así se generaliza la mencionada especialidad. Los habitantes de las morerías son nombrados en la documentación, tanto de la ciudad y reino de Valencia como del resto de dominios de la Corona de Aragón, como “sarraïns” o “moros”. Esta forma de nombrar los siervos musulmanes tras la

centrado sus investigaciones en las diversas causas que provocaron el asalto. Los historiadores de la segunda mitad del siglo XIX centran las causas en el proceso de conquista y las condiciones sociales de los sarracenos; destacaremos entre ellos a Manuel Danvila¹, Gual Camarena² o Roca Traver³. Los historiadores posteriores analizan las causas del asalto en el contexto del siglo XV y valoran las condiciones sociales que se dan en la cronología próxima al asalto; destaca la producción de Manuel Ardit⁴, Carmen Barceló⁵ y, especialmente, la de Manuel Ruzafa⁶.

La relevancia del asalto está ligada a la condición de siervos de estos sarracenos, tanto en dominios de realengo como de señorío, siendo imprescindibles para las actividades productivas: agricultura, artesanado y comercio. En el ámbito del comercio las rutas que consideramos destacables son las que recorren los dominios de la Corona de Aragón, el reino de Granada, Berbería, la Corona de Castilla, Florencia, Pisa o Génova⁷.

Estos sarracenos fueron ubicados en morerías, los espacios geográficos fruto del concilio de Letrán convocado por Inocencio III - 1215-1216 -⁸, donde, en su mayoría, quedaron confinados tras la conquista cristiana de Valencia en 1238. Estas morerías

conquista del siglo XIII se mantuvo hasta el siglo XV en el reinado de Fernando II de Aragón, cuando se generaliza el término “mudéjar”. Por tanto, a lo largo del artículo emplearemos el término sarraceno cuando nos refiramos a los musulmanes que permanecieron en el reino de Valencia tras la conquista de 1238. En: Ana Echevarría Arsuaga, *La minoría islámica de los reinos cristianos medievales* (Málaga: Sarrià, 2014), 13-22.

¹ Francisco Danvila y Collado, “Saco de la morería de Valencia en 1455”, *Almanaque de “Las Provincias”*, 1895.

² Miguel Gual Camarena, “Los mudéjares valencianos en la época del Magnánimo,” en *IV Congreso de Historia de la Corona de Aragón: Actas y comunicaciones, Mallorca, 25 de septiembre-2 octubre de 1955*. Vol. I, 467-495 (Barcelona: Archivo de la Corona de Aragón, 1970).

³ Francisco A. Roca Traver, *Un siglo de vida mudéjar en la Valencia Medieval (1238 - 1338)* (Zaragoza: Escuela de Estudios Medievales, 1952).

⁴ Manuel Ardit Lucas, “El asalto a la morería de Valencia,” *Ligarzas* 2 (1970): 127-139.

⁵ Carmen Barceló, “La morería de Valencia en el Reinado de Juan II,” *Saitabi* 30 (1980): 49-71.

⁶ Manuel Ruzafa García, “El asalto a la morería de Valencia en 1455” (memoria de Licenciatura s.p, Universitat de València, Departamento de Historia Medieval, 1982); Ibid., “façen-se cristians los moros o muyren!,” *Revista d'història Medieval* 1 (1990): 87-110; Ibid., “Los mudéjares en las sociedades peninsulares de la Baja Edad Media: La Corona de Aragón,” en *Aragón en la Edad Media. Rentas, producción y consumo en España en la Baja Edad Media. Seminario de Historia Medieval*, 89-107 (Zaragoza: Universidad de Zaragoza, Departamento de Historia Medieval, Ciencias y técnicas historiográficas y Estudios árabes e islámicos, 2001); Ibidem. “La Morería de Valencia en la Baja Edad Media: Aljama, municipio y ciudad (1300-1500),” en *El món urbà a la Corona d'Aragó de 1137 als Decrets de Nova Planta: XVIII Congrés d'Història de la Corona d'Aragó. Barcelona. Poblet. Lleida, 7 al 12 de setembre de 2000*, Coord. Salvador Claver, 353-360 (Barcelona: Universitat de Barcelona, 2003).

⁷ Sobre estudios que abordan la producción manufacturera y el comercio de la morería de Valencia: Paulino Iradiel, “En el Mediterráneo Occidental peninsular: dominantes y periferias dominadas en la Baja Edad Media,” en *Desigual y Dependencia. La periferización del Mediterráneo Occidental (S.XII-XIX)* 14-16 de mayo 1984, ed. María Teresa Pérez Picazo, Guy Lemeunier y Pedro Segura, 64-77 (Ares: Universidad de Murcia, 1984); Manuel Ruzafa García, “Los operadores económicos de la morería de Valencia,” en *IV Simposio Internacional de Mudéjarismo: Economía: actas: Teruel, 17-19 de septiembre de 1987*, 247-260 (Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1992); Ibid., “Patrimonio y estructuras familiares (1370-1500),” 2 vols. (tesis doctoral, Universidad de Valencia, 1988); Ibid., “Las actividades industriales en la Morería de Valencia,” en *El món urbà a la Corona d'Aragó del 1137 als decrets de Nova Planta: XVII Congrés d'Història de la Corona d'Aragó: Barcelona, Poblet, Lleida, 7 al 12 de desembre del 2000*, 269-285 (Barcelona: Universitat de Barcelona, 2003); Carmen Barceló, “La Morería de Valencia en el Reinado de Juan II”.

⁸ José Ramón Hinojosa Montalvo, “cristianos contra musulmanes: La situación de los mudéjares,” en *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV / XIV Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 4 al 8 de agosto de 2003*, 335-392, (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2004).

estaban regidas por la aljama cuya estructura era la de asamblea de la comunidad o consejo de ancianos¹.

El análisis que realizaremos del asalto referenciado toma como punto de partida el documento *Remissió General a l'insult e robo de la morería de 1455*² para extraer los rasgos que muestren la lógica histórica del hecho que tratamos. A partir del trabajo con el documento, que pasaremos a denominar *Remissió General*, trabajamos documentación relacionada, destacando los fondos del Archivo Municipal de Valencia correspondientes a la sección de *Manuals de Consell*, de la *Reial Cancilleria* del Archivo del Reino de Valencia y la documentación editada sobre la temática.

La *Remissió General* fue emitida por el rey Juan II de Aragón en el año 1460. La cronología del documento nos muestra que el asalto se perpetró en el reinado de Alfonso V de Aragón y finalizó durante el reinado de su hermano, Juan de Navarra, futuro Juan II de Aragón. El papel de Juan II de Aragón abarca tanto el momento de asalto como su posterior resolución debido a que ostentaba el cargo de lugarteniente del reino de Valencia desde 1454.

El documento que analizamos ha sido trabajado bajo la denominación de “perdón general”³. Por nuestra parte, siguiendo al historiador y lexicógrafo José March⁴, encontramos diferencias entre el término “perdón” y el de “remisión”. La “remisión” describe “la consecuencia de un crimen, y tiene una relación particular con la pena que merece castigarse, lo concede el príncipe o el magistrado, e impide la acción de la justicia”⁵. El “perdón” es “la consecuencia de una ofensa, y produce la reconciliación cuando sinceramente se concede o pide”⁶. El término “remisión” clarifica el papel del monarca en los hechos del asalto.

La *Remissió General* es la plasmación de la negociación entre los oficiales de la ciudad de Valencia⁷ y Juan II tras la sentencia donde este ordena la ejecución de cien personas por su implicación en el asalto de la morería⁸. La mencionada sentencia provoca la súplica de los *Jurats* y el *Consell* hacia el rey, iniciando las negociaciones entre el monarca y los ya dichos oficiales de la ciudad⁹.

El rey Juan II ofreció dos opciones de remisión: la primera, mantener la elección de parte del monarca sobre las personas que ejecutar y, la segunda, trasladar esta decisión a los *Jurats* y el *Consell* a cambio de ocho mil florines¹⁰. Finalmente, los oficiales

¹ Ana Echevarría Arsuaga, *La minoría islámica de los reinos cristianos medievales* (Málaga: Sarrià, 2014), 13-22.

² Archivo Municipal de Valencia (A.M.V.), *Cartas Reales*, h3- 2, ff. 183v-187r. A partir de esta cita nominaremos el documento como “Remissió General”.

³ Los historiadores que han trabajado el documento como “Perdón general” son: Miguel Gual Camarena en “Los mudéjares valencianos en la época del Magnánimo” y Manuel Ardit Lucas, “El asalto a la morería de Valencia”.

⁴ José March, *Sinónimos de la lengua castellana, adición a las obras publicadas por J. López de la Huerta y Santiago Jonama* (Barcelona: Imprenta de Antonio y Francisco Oliva, 1834). Destacamos la obra de este lexicógrafo e historiador porque realiza una adición a los estudios de López de la Huerta quien es parte de toda una corriente de inaugurada en los siglos XVIII y XIX donde se presenta la sinonimia perfecta como imposible y que tuvo el afán por distinguir los rasgos significativos de palabras afines

⁵ Ibid., 171.

⁶ Ibid., 170.

⁷ Entendemos por oficiales de la ciudad de Valencia a los componentes del “Consell”, el órgano directivo de la ciudad: “Jurats”, “Racional” supervisor de las finanzas municipales, “Sindic” encargado de la representación del *Consell* frente otras instituciones, los “advocats” (abogados de la ciudad) y “escrivà de Sala” (escribano de la Sala). Ignacio Villalonga Villalba, *Los jurados y el Consejo* (Valencia: Tipografía Moderna, 1916).

⁸ A.R.V., *Real Cancillería*, reg^a 232, ff. 34r.-35v. En: Manuel Ruzafa García, “El asalto a la morería de Valencia en 1455”, 450-455.

⁹ A.M.V., *Lletres Missives*, vol. g3/23, f. 258 r. En: Manuel Ruzafa García, “El asalto a la morería de Valencia en 1455”, 455-456.

¹⁰ A.R.V., *Real Cancillería*, reg^a 90, ff. 38r.-38v. En: Manuel Ruzafa García, “El asalto a la morería de Valencia en 1455”, 457-458.

de la ciudad eligen la segunda opción, pudiendo hacerse pública la definitiva *Remissió General*¹.

El documento está dividido en dos partes. La primera parte muestra la versión definitiva del asalto de la morería de 1455. La segunda parte justifica la ausencia de los diversos reyes en el reino de Valencia y el retraso en la sentencia sobre el asalto, además, narra un ataque sarraceno en la ciudad de Valencia días después de los hechos del asalto contra la morería y, sobre todo, enumera los condenados y subraya los exculpados del asalto.

La primera parte de la *Remissió General* aborda cómo el asalto a la morería de 1455 fue provocado por un grupo de *fadrins e minyos*² que en las proximidades de los portales de la morería de Valencia increpaban a los sarracenos y lanzaban amenazas de muerte para que estos se convirtieran al cristianismo. Los mencionados *fadrins* fueron detenidos por los *Jurats*, provocando gran indignación entre *hòmens strangers, vagabunts e tacanys, macips e altres de pobra condició*³ que serán los que perpetrarán el asalto. El resultado del asalto será que *moriren-hi hun o dos cristians e dos o tres moros [...] molts portells e forats en les parets de la dita moreria e encara romperen les portes e portals de aquella. Hoc encara, derrocaren moltes parets de les cases del dits moros e en la casa de l'alcadí meteren foch e cremaren aquella per entrar e robar la dita casa*⁴.

El documento enumera y describe las medidas tomadas por los *Jurats*: cerrar las puertas de acceso a la morería para evitar la huida de los culpables; impedir el robo de los bienes de los sarracenos; enviar cartas al rey y a sus representantes en el reino de Valencia para que juzgaran a los asaltantes; nombrar doce hombres honrados, seis caballeros y seis ciudadanos, con potestad para impartir justicia criminal y realizar llamadas *-crides-*, con sanción para quienes evitaran obedecerlas, a fin de que se devolvieran los bienes robados a los sarracenos: bienes muebles, joyas, ropa y diversas mercancías. Por último, los *Jurats* indican que los habitantes de la ciudad obedecieron y acataron sus órdenes para sofocar el asalto, reiterando la culpabilidad de las indicadas gentes de *poca e pobra condició*⁵.

La segunda parte del documento se inicia con la justificación de la ausencia de los diversos reyes. El rey Alfonso V se ausentó por atender asuntos de mayor envergadura en Nápoles y la demora en la resolución por parte de Juan II hasta 1460 es explicada por la plaga de peste que azotaba la ciudad en 1458, año de su coronación.

Esta sección del documento también aporta información sobre un ataque por parte de los sarracenos en el día de la procesión del *Corpus Christi*⁶, pasados cuatro días desde el asalto, el 5 de junio de 1455. Los hechos se desarrollan durante la procesión mencionada, en la que se avisó que *moros venien a la dita ciutat* y que esta *campanya de moros* tenía como objetivo que *venien per pendre la dita ciutat per causa del insult e robo que era stat fet contra aquells*. La reacción de la ciudad fue *coger armes e anat per los carrers de la dita ciutat armants de diverses armes offensives e defensives, cercant los dits moros*. El documento muestra la reacción de los *Jurats* y una actitud de la ciudad igual a la producida durante asalto, siendo apaciguada por los *officials, jurats e regidors*

¹ A.M.V., *Manuals de Consells*, A/36, segunda mano, ff. 210v.-213r. En: Manuel Ruzafa García, "El asalto a la morería de Valencia en 1455", 459-465.

² *Diccionari català-valencià-balear*, s.v. Antoni María Alcover, Francesc de Borja Moll, <http://dcvb.iec.cat/results.asp>. Siempre que aportemos una definición utilizaremos el citado diccionario si no se indica lo contrario. Encontramos que "fadri" y "minyons" son sinónimos cuando se refieren a adolescentes en edad de casarse o solteros.

³ A.M.V., *Cartas Reales*, h3- 2, ff. 183v.

⁴ A.M.V., *Cartas Reales*, h3- 2, ff. 183r.

⁵ A.M.V., *Cartas Reales*, h3- 2, ff. 184v.

⁶ Como *Corpus Christi* el documento de la "Remissió General" nos indica que es una procesión en la cual la ciudad acompaña el cuerpo de Jesucristo. En este momento el *Corpus Christi* carece del sentido que tendrá después del Concilio de Trento.

*desus dits, e encara per la molta obediencia que la dita gent popular de la dita ciutat hagué als dits oficials, tantost que conegueren lo [...] dessús dit*¹.

La *Remissió General* respalda la versión de los *Jurats* y sentencia, pese a su carácter general, a los asaltantes. Los ejecutados por el asalto fueron según el documento: *Johan Gonçalbo, obrer de vila, Ferràndez Maldonado, Jofre Gilabert, scuder, e Petro Negre, Johanico lo Despunyat, alcavot, Miquel Banyuls, Barber, Johan Coronado, Pere Pilars, Johanico de Troya, scerrador de draps, e Jacme Segarra, fill de na Segarra*. La sentencia continúa indicando que también serán ejecutados los *presents com absents, e altres qualsevol strangers de la dita ciutat e regne de Valencia, així presents com absents, e altres qualsevol stament de la dita ciutat e regne, oficials o privades persones, de qualsevol stament o condició sien, los quals dels dits insult e svahiment, dirrució de cases, incendis, morts, derrobaments, trencament de salvaguarda als dits moros atorgada e altres qualsevol dans dels dits moros e morería*². Muestra el documento, pues, el amplio espectro social que participó en el asalto, más allá de los señalados por los *Jurats*, y la implacabilidad del rey al sentenciar a todos los participantes en los hechos, independientemente de cargo y estamento. Para finalizar Juan II absuelve a todos los que realizaron acciones relacionadas con el pillaje y excesos contra los sarracenos *per bé e repòs de la cosa pública*, reitera la inocencia de la ciudad en los dos sucesos de junio y su lealtad a las acciones tomadas por los *Jurats* y a todos los oficiales de la ciudad de Valencia.

El análisis de la documentación relacionada muestra diferencias entre la versión de los *Jurats* y el *Mestre Racional*, Miquel Suau³. El mencionado *Mestre Racional* explicará a Alfonso V, por entonces rey, que las acciones emprendidas por los *Jurats* tras el asalto y los sucesos del *Corpus Christi* son falsas, además, expone que estas medidas estuvieron encaminadas a defenderse de la población de la ciudad que arremetió contra ellos tras el asalto⁴. El que fuera lugarteniente del reino y futuro rey, Juan de Navarra, escribe al Gobernador *della lo riu Xuaquar* una versión similar a la del *Racional* y explica que la ausencia de los *Jurats* durante el asalto y en los momentos posteriores provocó todos los altercados en la ciudad⁵.

El asalto de 1455 dejó a la morería en una situación de despoblación y supuso la pérdida de algunas de las actividades que en ella se realizaban. Esta situación perduró en el tiempo pese a las mencionadas llamadas para devolver los bienes de los sarracenos que se indican en la analizada *Remissió General* y a las posteriores medidas tomadas por la Corona.

Los sarracenos, tras el asalto, se dirigieron a poblaciones cercanas con morerías como Manises, Paterna o Benaguasil⁶. Los *adelantats* sarracenos reunidos en Manises nombraron procurador a Mateu Esteve, notario, para dar fe de los bienes que se les robaron, iniciar la reconstrucción del recinto asaltado y ser su representante frente a las autoridades cristianas⁷.

Las disposiciones realizadas tanto por Alfonso V como por Juan II buscaron restablecer la situación que había en la morería antes del asalto. Alfonso V encargó al *Batlle General* evitar el despoblamiento de la morería⁸ y retrasar el pago de las deudas

¹ A.M.V., *Cartas Reales*, h3- 2, ff. 185r.

² A.M.V., *Cartas Reales*, h3- 2, ff. 186v.

³ El “Mestre Racional” se introduce en el Reino de Valencia con la dinastía Trastámara. Este oficial, elegido por el rey, se encarga de controlar y supervisar las cuentas presentadas por el “Batlle General” del Reino de Valencia al rey.

⁴ A.M.V., *Lletres Missives*, g3/22, ff. 161-161v.

⁵ A.R.V., *Real Cancillería*, reg. 274, ff. 74v.-75r. En: Manuel Ruzafa García, *El asalto a la morería de Valencia en 1455*, 411-412.

⁶ Manuel Ruzafa García, “Las actividades industriales en la Morería de Valencia”, en *VI Simposio Internacional de mudejarismo* (Zaragoza: Instituto de Estudios Turolenses), 75.

⁷ Manuel Ruzafa García “Las aljamas mudéjares valencianas en la Baja Edad Media”, *Saitabi*, 43 (1993): 172.

⁸ A.M.V., *Cartas Reales*, h3-2, ff. 185r.

contraídas por los sarracenos debido al robo de las ropas y mercancías de estos¹, hechos que se repetirán un año después debido al estado de ruina de la morería de Valencia².

La actuación de Juan II se concretó en destinar una parte de los ocho mil florines pagados, en cumplimiento de la sentencia de la *Remissió General*, a la reparación de la morería y a conceder guajes³ para que acudieran a repoblar la morería sarracenos de las poblaciones rurales próximas. Estas medidas de atracción supusieron una leve recuperación de las actividades realizadas en ella en 1460, aunque el estudio de los tributos pagados muestra que estos fueron escasos, apuntando hacia el abandono de la morería⁴.

El intento más destacable para recuperar demográficamente la morería de Valencia fueron las ordenaciones realizadas en 1477, durante el reinado de Juan II, respondiendo a la situación de *total disminució, despoblació i destrucció*. Las ordenaciones se justifican con el argumento de que la situación de la morería tras el asalto se agravó también por el desorden en la administración de sus oficiales. Las ordenaciones se redactan y aprueban en casa del *Cadí*, Mohammat Bellvis, en presencia del Alfaquí, parte de los *adelantats* de la aljama y de vecinos de la morería. La principal reordenación que se realiza en la morería está destinada al cobro y control de las cargas que se debían pagar, por ello el *Cadí* y los *adelantats* elegirán a diez consejeros entre los habitantes de la morería. Las tareas por desempeñar de estos diez consejeros se realizarán en acuerdo con el *Cadí* y los *adelantats*. Entre las tareas por realizar figura elegir a dos *adelantats*, que se encargarán de controlar las tasas a pagar por la morería y hacer la función de *peyter* - recaudador de tasas -; también se elegirá un *clavari* a quien se le entregarán los impuestos para que realice todos los pagos destinados al rey, al pago de censales y a los oficiales; en último lugar se especifica que si sobrara dinero se destinaría a la aljama. Las ordenaciones especifican que el *Cadí* y los *adelantats* podrán arrendar la carnicería aunque el pago del arrendamiento irá al alfaquí⁵.

Las disposiciones suponen reforzar el papel de la familia del *Cadí*, la familia Bellvis, una de las eminentes familias comerciantes sarracenas. El *Cadí*, independientemente de ejercer su cargo, será uno de los diez nuevos consejeros elegidos; recordemos que estos consejeros actuarán en acuerdo con el propio *Cadí* y los *adelantats*.

Los diversos estudios sobre recaudación de tributos y censos de la morería nos indican que, a partir del asalto, este lugar pasa a estar habitado principalmente por artesanos, generalmente empobrecidos, y por mercaderes alejados de las grandes rutas comerciales. La conquista de Granada aceleró este proceso: si en la primera mitad del siglo XV se encontraban hasta 118 mercaderes realizando comercio con Granada, después de la conquista de 1482, este número se redujo a 32 mercaderes. En 1526 la morería aparece habitada principalmente por artesanos empobrecidos⁶.

La presión social contra los sarracenos de la morería continuó por parte de los estratos sociales señalados como provocadores del asalto y la baja nobleza, dificultando la recuperación del recinto sarraceno: *los moços e obrers dels menestrals de aqueixa ciutat, així çabaters, perayres com altres officis, avaloten de tots jorns per les carreteres de los moros qui passen per aquelles, així vasalls nostres com de cavallers e altres persones e aqueix regne, fent-lis moltes vexacions e inproperis*⁷.

¹ A.R.V., *Real Cancillería*, reg. 77, ff. 67r-68r en: Manuel Ruzafa García, *El asalto a la morería de Valencia*, 442

² A.R.V., *Real Cancillería*, reg. 77, ff. 67r-68r en: Miguel Gual Camarena, *Los mudéjares valencianos en la época del Magnánimo*, 482.

³ Los “guiatges” son las garantías que da el rey a los comerciantes sarracenos y judíos para poder realizar desplazamiento de carácter comercial.

⁴ Manuel Ruzafa García, “Las actividades industriales en la Morería de Valencia”, 275.

⁵ Las ordenaciones de 1477 se pueden encontrar transcritas y editadas en: Carmen Barceló, “La morería de Valencia en el Reinado de Juan II”, 71.

⁶ *Ibid.*, 69-71.

⁷ A.R.V. *Real Cancillería*, n°90, ff. 44v.

Independientemente de la versión que ofrece la *Remissió general* y los datos de la documentación complementaria sobre los hechos del asalto a la morería y la situación de destrucción y despoblación en que queda el recinto sarraceno, observamos que de su análisis se desprenden una serie de rasgos que nos aproximarán a su lógica histórica.

El primero de los rasgos es la relación entre asalto y llamada a cruzada. Los asaltos documentados indican que esta relación hunde sus raíces en el siglo XIII, tras el proceso de conquista del futuro reino de Valencia en 1238. El primer asalto documentado se produjo en el año 1276 y se realizó en el marco de las revueltas de los sarracenos en 1247, en el momento de estabilización de fronteras en el recién creado reino de Valencia¹.

El segundo asalto, en este caso intento, se produce en 1399 tras la fracasada cruzada, realizada ese mismo año, llevada a cabo por los reinos de Valencia y de Mallorca para someter las costas de Berbería y tener un mayor control del tráfico comercial en la parte más occidental del Mediterráneo².

Las amenazas por parte de los *fadrins e minyos* el día 1 de junio de 1455, y que supusieron el inicio del asalto, coinciden con las realizadas para el intento de asalto de 1399, como muestra la carta enviada por los *Jurats* de Valencia al Gobernador del reino de Valencia: *alguns fadrins, tro en nombre de XII, cavalgan en àsens ab I mal penonet que portaven, anaven entorn a la morería, o vers aquella partida, dients "muyren los moros"*³. La diferencia entre los dos documentos radica en que en 1455 los *fadrins* portan con motivo de la elección de Calixto III *penonets grochs e banderetes e senyals de tiars de papa*⁴.

El hecho de la llamada a cruzada por papa Calixto III, nacido en la localidad valenciana de Torreta de Canals y obispo de Valencia desde 1430 hasta 1455, provocó una profunda repercusión en el reino de Valencia. La noticia de la elevación del prelado a papa se celebró profusamente en la ciudad junto con la intención de realizar cruzada para recuperar Constantinopla, ocupada por *lo enemich e fill del diable Mohamet, sènyer dels turchs*, llegando a decretarse diez días de festejo⁵. En 1454 se disponía a predicar la cruzada al reino de Valencia el obispo de Barcelona, ante lo cual los *Jurats* de la ciudad de Valencia rogaron al rey Alfonso V que tratara de anularlo o retrasarlo debido a que los sarracenos desde la llamada a la conquista de Constantinopla *gossen parlar et obrar en estranya manera, ultra lo acostumat*⁶.

El segundo rasgo lo situamos en las disputas que se producen en el ámbito de la producción artesana. La documentación sobre la temática nos muestra que ciertos gremios se oponían a la producción artesanal sarracena e impedían que estos se incorporaran al gremio si no se convertían al cristianismo. El gremio de zapateros es una muestra de lo indicado: elevarán tres protestas en 1454 al lugarteniente del reino, Juan de Navarra, para que los sarracenos tengan prohibido establecer obradores fuera de la morería de Valencia. El *Batle* recogerá la orden y la aplicará⁷. Esta animadversión se observa en cómo el *mustaça* o almotacén⁸ ejercía sus competencias en relación con las

¹ Robert I. Burns, *Avalots socials a la Valencia del segle XIII, Jaume I els valencians del Segle XIII* (Valencia: Tres i Quatre, 1981).

² Ernest Belenguer, coord., *Historia del País Valencià, vol. II. De la Conquesta a la federació Hispànica*. (Barcelona: Edicions 62, 1989).

³ Rubio Vela, Agustín, *Epistolari de la València Medieval (I)* (Valencia/Barcelona: Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, 2003): 239.

⁴ A.M.V., *Cartas Reales*, h3- 2, ff. 183v.

⁵ Rubio Vela, Agustín, *Alfons de Borja y la ciudad de Valencia (1419-1458). Colección de documentos del Archivo Municipal de Valencia* (Valencia: Fundación Valencia Tercer Milenio, 2000): 77-82.

⁶ Ibid., 77-82.

⁷ Francisco Almela Vives, *Llibre del Mustaça de la ciutat de València* (Valencia: Ajuntament de Valencia, Acció Cultura, Delegació de Cultura, 2003), 38

⁸ Entendemos como *Mustaça* al oficio encargado del control de los pesos y medidas y de evitar el engaño en lo producido por los maestros artesanos de la ciudad; evitar la edificación de casa contra fuero y demás aspectos de la ordenación de la vía pública y velar por el cumplimiento de fueros y ordenaciones que el *Consell* y los *Jurats* creaban y le encomendaban.

actividades productivas de los sarracenos. El *mustaqaf* tenía jurisdicción en todos los espacios de dominio real, incluyendo la morería y la judería, llegando a oponerse Pedro II en las Cortes Generales del 24 de septiembre de 1371 a la creación de un *mustaqaf* para el mayor control de las actividades y fraudes que se pudieran cometer en la morería y judería¹. El rey ordena que este oficial permita que los sarracenos puedan abrir los obradores que, en los límites de la morería, consideren sin que el *Batle*² de la ciudad pueda inmiscuirse³.

La posible implicación de ciertos comerciantes en el asalto nos presenta otro de los rasgos de este hecho. Este rasgo lo relacionamos con los ataques a la casa del *Cadí* en el intento de asalto de 1399 y en el asalto de 1455. El *Cadí* generalmente pertenece a una de las familias comerciantes sarracenas, en este caso a la familia Bellvis, y que, además, en este momento, ostenta la representación ante el rey de todas las morerías de la Corona de Aragón⁴. La indicada importancia de los sarracenos en el comercio de la ciudad y de la totalidad de la Corona de Aragón es destacada tanto por Alfonso V como por Juan II en su correspondencia tras el asalto⁵; además esta importancia también se puede apreciar en la documentación sobre las regalías que los reyes de la Corona de Aragón otorgaban a importantes familias sarracenas comerciantes⁶.

El rey Juan II destacará la capacidad de los sarracenos de acaparar mercancías para después comerciar con ellas, subrayando en ella la importancia que tienen para el reino y ciudad de Valencia⁷. Este comercio desarrollado desde las propias morerías y el Puerto de Valencia se realiza bajo autorización real hacia el reino de Granada y el norte de África, de donde se obtendrán dos mercancías de gran importancia para el reino de Valencia: la seda y el cereal, del cual el reino es deficitario⁸. Por tanto consideramos que puede ser importante para el asalto la relación entre el monarca y las eminentes familias sarracenas comerciantes de la Corona de Aragón.

La participación de la nobleza es el último rasgo que extraemos del documento. El análisis de la documentación relacionada con el asalto a la morería confirma la participación de este estamento. En el transcurso de la tramitación se irán exculpando nobles de señoríos cercanos a la ciudad de Valencia. Los nobles exculpados a cambio del correspondiente pago son Otón de Borja, Galceran de Borja, Isabel de Borja, alias Bernardona de Castellar viuda del señor de Picassent y Galceran de Castellar, todos ellos familiares del papa Calixto III. Los señoríos que estos nobles tienen bajo su dominio destacan por ser reducidos en tamaño, pero de gran productividad y con población sarracena. En la documentación que exculpa a la nobleza encontramos lo definitorio del asalto a la morería de Valencia: Juan II indica que es un ataque contra sus siervos y el espacio de su posesión, que él protege y, por lo tanto, un ataque a su persona⁹.

¹ Francisco Almela Vives, *Llibre del Mustaqaf de la ciutat de València*, 39.

² Batle: oficial encargado desde 1239 de velar por los bienes del rey. Hay que indicar que existe un *Batle General del Reino de Valencia* junto con los *Batles* de cada localidad.

³ Francisco Almela Vives, *Llibre del Mustaqaf de la ciutat de València*, 39.

⁴ Manuel Vicente Febrer Romaguera, *Aljames mudejars valencianes en el segle XV* (Valencia: Universitat de València, 2007), 74-76.

⁵ Ibid; 74-76.

⁶ Manuel Ruzafa García, "La familia Xupió en la morería de Valencia (1362-1463)," en *Biografías mudejares o la experiencia de ser minoría: biografías islámicas en la España cristiana*, Ana Echevarría Aruga, 233-290 (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008).

⁷ A.R.V., Real Cancillería, reg. 77, ff.67 r.-68r.

⁸ Manuel Ruzafa García, "Las relaciones económicas entre los mudejares valencianos y el reino de Granada en el siglo XV," en *Relaciones exteriores del Reino de Granada: IV del Coloquio de Historia Medieval Andaluza*, Coord. Cristina Segura Graiño, 343-381 (Almería: Instituto de Estudios Almerienses, 1988).

⁹ A.R.V., Real Cancillería, reg. 280, ff. 158r-159v y A.R.V.; Real Cancillería, reg. 281, ff. 164r.-167r. y 170r.-171r.

La aprobación y reconocimiento de la “Jurisdicción Alfonsina”¹ - 1323 - entre Alfonso IV y el Papa Juan XXII esclarece la participación de la nobleza en el asalto y muestra las disensiones entre rey y nobles por el dominio de la tierra. Esta jurisdicción se debe contextualizar en las reticencias de numerosos señores a renunciar al Fuero de Aragón en un momento de expansión de la aplicación de los *Furs* de Valencia². La antedicha jurisdicción reconocía a la nobleza aragonesa el señorío jurisdiccional y la participación en el gobierno de la ciudad y villas amén de tener consecuencias para los sarracenos. Esta potestad otorgaba la jurisdicción civil plena a cambio de la observancia de los *Furs* de Valencia y el requisito necesario de poblar el señorío con un determinado número de vasallos. Los sarracenos que debían poblar los dominios de señorío eran siete y tres en los de realengo. La población sarracena ante esta jurisdicción vio afectada su movilidad y aumentaron las obligaciones de carácter individual a favor del señor, siendo consecuencia de esto las huidas de dichos sarracenos hacia tierras de realengo³.

La contradicción entre nobles y rey surge en el momento de la conquista del reino de Valencia. El proceso de conquista y expansión de tierras requirió del pacto entre nobleza y rey. El final de las acciones de la conquista abre la disputa por el reparto de tierra y el tipo de fuero que regirán los nuevos dominios conquistados. Los *Furs* de Valencia se promulgaron en la práctica totalidad del reino de Valencia, proceso que provocará los diversos enfrentamientos entre nobles y rey⁴.

La existencia en la ciudad de Valencia del sarraceno aporta una base material suficiente para que se diera el asalto por motivos de fe, pero situamos su lógica histórica en la conjunción de los rasgos históricos extraídos. Entre los rasgos analizados destacamos el llamamiento a cruzada, siendo esta la forma que toma la contradicción entre el poder papal y el rey.

Los pactos y conflictos entre el papado y la Corona de Aragón fueron un hecho constante desde el siglo XI. La conquista de Valencia del siglo XIII fue posible por la llamada a Cruzada. Las capitulaciones tras la conquista con los sarracenos fueron incumpléndose a lo largo del proceso de afianzamiento de las conquistas. Las revueltas musulmanas amenazaron con la expulsión de estos sarracenos, sin que se llegaran a efectuar: el papado llegó a imponer la expulsión de estos. Aunque, finalmente las expulsiones fueron parciales y las órdenes del papado se incumplieron en vistas del provecho que suponía para los nobles y el rey la actividad de los musulmanes en sus prestaciones. Otro ejemplo lo encontramos a finales del siglo XIII y relacionado con la política expansiva de la Corona de Aragón en Sicilia. El papa excomulgó a Pedro III permitiendo que los nobles rompieran su vasallaje con el rey. Además, las peticiones del rey en las Cortes para sufragar los gastos de la mencionada expansión mediterránea hicieron que los nobles organizaran una Unión de Nobles contra el rey lo que llevó a la

¹ Sobre la “jurisdicción alfonsina” destacamos: Silvia Romeu Alfaro, “Los Fueros de Valencia y los Fueros de Aragón: “Jurisdicción Alfonsina,” *Anuario de Historia del Derecho Español* XLII (1972): 75-115; Vicente Manuel Febrer Romaguera, “Orígenes y configuración jurídica del feudalismo foral valenciano,” en *Estudios en homenaje a la profesora Teresa Puente*, coord. Lorenzo Prats, 421-456 (Valencia: Universidad de Valencia, 1996).

² Sobre las reticencias de los señores a renunciar al Fuero de Aragón: Antonio Gil Olcina, “La propiedad de la tierra en los señoríos de jurisdicción alfonsina,” *Investigaciones Geográficas* N°1 (1983): 7-24

³ Miguel Gual Camarena, “Los mudéjares valencianos en la época del Magnánimo”: 467-495.

⁴ Sobre el conflicto entre corona y nobleza tras la conquista de 1238: Manuel Sanchis Guarner, *La ciutat de Valencia. Síntesi d'història i de geografia urbana* (Valencia: Ajuntament de València, 1972); Antonio Ubieto Arteta, *Orígenes del reino de Valencia. Cuestiones cronológicas sobre la reconquista* (Valencia; Anuar, 1975); Enric Guinot Rodríguez, *Els límits del regne. El procés de formació territorial del País Valencià medieval (1238-1500)* (Valencia: Generalitat Valenciana, 1991); Robert I. Burns, *El regne croat de València: un país de frontera al segle XIII* (Valencia: Tres i Quatre, 1993); Pedro López Elum, *La conquista y repoblación valenciana durante el reinado de Jaime I* (Valencia: Federico Doménech, 1995).

“Guerra de la Unión” en 1347, durante el reinado de Pedro IV, quien los derrotó militarmente¹.

En el momento del asalto de 1455 las relaciones entre el Papado y los reyes de la Corona de Aragón, tanto Alfonso V como Juan II, son conflictivas. El objetivo de ambos reyes fue conseguir, mediante Calixto III, una iglesia subyugada a la Corona de Aragón. El conflicto se desata con la negativa de Calixto III a investir obispo de Valencia a Alfonso V e hijo del futuro Juan II, otorgándosela a su sobrino Roderic de Borja. Siendo el obispado de Valencia uno de los motivos directos de conflicto. La tensión se trasladó a la ciudad de Valencia, haciendo que los *Jurats* fueran tomando partido por el rey o por el papa dependiendo de sus intereses².

En este clima encuadramos los motivos de la posición de la nobleza, ligada al interés de mantener a los sarracenos en sus dominios y que pudo crear el ambiente social en que se dio el asalto al recinto sarraceno en 1455. Para finalizar, cabe concluir señalando que el examen de la *Remissió General* y el análisis del asalto a la morería de 1455 muestra cómo los hechos históricos responden generalmente a las cristalizaciones de las contradicciones de los procesos en desarrollo, aunque la forma que toman nos pueda llevar a interpretarlos como fruto únicamente del momento concreto o aislados de las dinámicas generales.

Las hipótesis expuestas nos llevan a plantearnos una serie de preguntas que suponen el decurso de nuestra tesis: ¿cómo influyen las diversas morerías del reino de Valencia en su contexto inmediato y qué relaciones tienen entre ellas?; ¿cuáles son las peculiaridades, si existiesen, de la servidumbre sarracena?; ¿se producen cambios, y de qué tipo, con la entronización de los Trastámara, y en concreto Juan II, en relación con los sarracenos?; ¿cuál es la percepción y la visión que de los sarracenos se tiene en el siglo XV?; ¿cuál es el papel de la ideología dominante?

Por todo lo expuesto, espero que esta investigación pueda aportar una profundización en la lógica histórica del reino de Valencia hasta el siglo XV y, a nivel general, poder realizar el estudio de los sarracenos en un territorio donde profesan una religión distinta a la dominante.

¹ Jesús Lalinde Abadía, “Los derechos individuales en el Privilegio general de Aragón,” *Anuario de historia del derecho español* N°50 (1980): 55-68; Ferran Soldevila, *Pere el Gran* (Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 1995).

² Rubio Vela, Agustín, *Alfons de Borja y la ciudad de Valencia (1419-1458)*: 77-82.

Analfabetismo y alfabetización en la València de los albores del Renacimiento

Alfredo García Femenia
Universitat de València – Estudi General

Resumen:

La documentación administrativa de diversas instituciones valencianas, especialmente las hospitalarias, es de gran ayuda para analizar los niveles de alfabetización de la sociedad del otoño medieval. A través de los albaranes, pretendemos mostrar las diversas estrategias seguidas por los analfabetos para salvar el obstáculo del desconocimiento escriturario, analizar las distintas habilidades gráficas que poseen los alfabetizados y ver quién y por qué escribe en un ambiente dominado por la burocracia.

Palabras clave:

Analfabetismo, alfabetización, València, *delega grafica*, escritura.

Abstract:

The administrative documentation of various Valencian institutions, especially hospital ones, is of great help to analyze the literacy levels of the medieval autumn society. Through the delivery notes, we intend to show the various strategies followed by the illiterate to overcome the obstacle of literary ignorance, to analyze the different graphic skills possessed by the literate and to see who writes in an environment dominated by bureaucracy and why.

Key words:

Illiteracy, literacy, València, graphic delegation, writing.

1. INTRODUCCIÓN

Con el presente trabajo pretendemos analizar los niveles de alfabetización de la sociedad valenciana en los siglos a caballo entre la Edad Media y el Renacimiento a través del estudio de los albaranes. Este aspecto de la cultura escrita ha sido tratado por numerosos investigadores, aunque, a nuestro parecer, las fuentes utilizadas no han sido las más apropiadas.

En un primer bloque, trataremos de definir conceptos necesarios para el desarrollo del trabajo, además de mostrar las fuentes con las que hemos escrito las presentes páginas. Seguidamente, analizaremos las formas con las que los analfabetos, mediante la *delega grafica*, salvan el obstáculo del desconocimiento de la escritura para plasmar la acción económica realizada entre ellos y la institución correspondiente. Esto nos llevará a examinar las distintas habilidades gráficas que poseen todos aquellos que, gracias a sus conocimientos escriturarios, pueden redactar los albaranes, tanto para ellos como para otros. Con toda la información recogida, corresponde averiguar, en cifras, los niveles de alfabetización y de analfabetismo de la sociedad valenciana de los inicios de la modernidad.

2. CONTEXTUALIZACIÓN

Aclarando conceptos

Para poder realizar dicho estudio, primero debemos esclarecer algunos conceptos. ¿Qué es la alfabetización? ¿A quién consideramos alfabetizado? ¿Y

analfabeto? No son cuestiones sencillas de responder, y más cuando numerosos investigadores han debatido sobre el tema y no han llegado a un acuerdo unánime. El *Literacy Dictionary: The Vocabulary of Reading and Writing* hace uso del término «alfabetización» en plural –alfabetizaciones¹–, y, entre sus 38 acepciones, se dice que «un consenso sobre una definición única de alfabetización es casi imposible». El *Diccionari normatiu valencià* tiene una acepción más allá de decir que el analfabeto es todo aquel que no sabe leer/escribir: «ignorante, sin cultura», proponiendo la misma definición que el *Diccionario de la lengua española*. Esta última aclaración, menos excluyente, se acerca más a lo que, a nuestro parecer, es ser analfabeto. Caeríamos en el equívoco si pensásemos que este es simplemente aquel que no tiene la capacidad de leer y/o escribir. Si el término «alfabetización» es conflictivo para definirse, también deben de serlo los otros dos.

El albarán está elaborado en un contexto y por una razón muy bien definidos: la justificación del acto administrativo. ¿Podemos afirmar que aquellos que saben redactarlo/interpretarlo son alfabetizados, y aquellos que no pueden son analfabetos? Volveríamos a errar. Deberíamos tener presente el contexto socio-profesional del autor material de la fuente, su procedencia geográfica y otros diversos factores para considerar a alguien alfabetizado o analfabeto², pues dependiendo de las necesidades de cada individuo, se poseería o no la capacidad para descifrar un tipo de texto u otro, poder realizar cuentas, saber leer/escribir un tipo de escritura u otra, etc. Es lo que se conoce como «alfabetización funcional»³.

Obviamente, la delicadeza de estos términos, en cuanto a su definición, debe llevar a no crear categorías estancas y separadas entre ellas. No se pretende hacer una distinción entre alfabetizados y analfabetos, pues, como veremos, los límites entre ambos se difuminan en cuantiosas ocasiones. Es probable que muchas de las manos localizadas simplemente tuviesen conocimientos de su escritura y de la elaboración de los recibos justificativos. Tal vez, si los tuviésemos que incluir en otros contextos escriturarios, por ejemplo, literarios, o tener que leer en otra escritura, estas manos, en vez de estar en el grupo de «alfabetizados», se les debería de colocar en el equipo contrario, pues serían incapaces de comprender nada. Esta misma lógica tendríamos que proponerla con todos aquellos de quienes no disponemos de testimonios escritos, claro está.

Por comodidad, y sin dejar de lado todo lo que acabamos de decir, utilizaremos los términos alfabetizado/analfabeto para diferenciar los que saben o no escribir los albaranes, pues es en el contexto de su elaboración para la gestión administrativa donde pretendemos analizar los distintos niveles de alfabetización de la sociedad valenciana de los siglos XV y XVI.

El albarán como fuente de estudio

Las fuentes de análisis utilizadas son los diversos albaranes y libros que los engloban y que la institución concebía, a través del clavario o del administrador, para su correcta administración. Dichas instituciones son los hospitales de En Clapers y de la Reina, el Hospital General, los conventos del Carme y de la Saïdia, y los libros de Fábrica y Tesorería de la Catedral de València⁴. Pero, ¿qué es un albarán? Se trata de una «quietanza rilasciata all'ente pagatore da chi avesse riscosso un compenso per

¹ Antonio Viñao hace uso de la pluralización del término en diversas publicaciones, afirmando que el vocablo en singular ha quedado obsoleto. Antonio Viñao Frago, *Leer y escribir. Historia de dos prácticas culturales* (México: Fundación Educación, voces y vuelos, 1999), 160.

² Esta necesidad de distinción la observamos en Harvey J. Graff, “On literacy in the Renaissance: review and reflections”, *History of Education*, 12(2) (Junio 1983): 69-85.

³ Antonio Viñao Frago, *Leer y escribir*, 160.

⁴ La documentación para los hospitales de En Clapers y de la Reina la encontramos en el Arxiu Històric Municipal de València (AHMV), la correspondiente al Hospital General, en el Arxiu de la Diputació Provincial de València (ADPV), la de los conventos en el Arxiu del Regne de València (ARV) y la de la Catedral, en el Arxiu Capitular de València (ACV).

l'esecuzione di un determinato lavoro»¹. Y, ¿por qué el albarán como fuente de estudio? Son diversos los trabajos que han remarcado la importancia de esta fuente documental para el estudio de la alfabetización y el analfabetismo, pues «ci permettono di conoscere una situazione particolare e comune nelle società passate: il momento di incontro, ma sarebbe meglio dire di scontro, fra due sistemi culturali opposti, l'oralità e la scritturalità»². Esto se debe a que se trata de documentación de carácter autógrafo, reflejando en muchas ocasiones la incapacidad o ausencia del interesado, quien tiene que acudir a alguien para que escriba en su nombre.

Como iremos viendo en las páginas siguientes, los textos presentan una secuencia textual estereotipada, pero encontramos distintos niveles, dependiendo de la habilidad gráfica y de la educación que hayan adquirido aquellos que se han vinculado a las instituciones arriba mencionadas. Estos, como queda reflejado en la documentación, no solo proceden de la ciudad de València, sino que llegan de prácticamente todos los rincones del reino y, en algunas ocasiones, del resto de la península y del continente³. Esto nos ayudará, más adelante, a establecer, con precauciones, una geografía del analfabetismo/alfabetización.

Desgraciadamente, no hemos podido encontrar registros de albaranes autógrafos – nos referimos a recibos escritos por los interesados, no por un escribano encargado de redactar el libro de albaranes – correspondientes a los años comprendidos entre las fechas sobredichas. La cantidad de albaranes localizados asciende a 5201, cifra que no se distribuye equitativamente entre los años señalados. Estos se concentran a partir de 1485 y, especialmente, desde 1512, con la creación del Hospital General.

3. SALVANDO EL OBSTÁCULO DEL ANALFABETISMO

Precisados los términos y las fuentes de estudio, se mostrarán, brevemente, las estrategias que los analfabetos utilizaron para hacer uso de la escritura en el momento en el que el administrador de la institución les pidió escribir un albarán. Un iletrado jamás podría escribir dicho recibo; por esta razón acudió a aquellos que sí que tenían esta capacidad, realizando lo que se conoce como *delega grafica*, en muchas ocasiones traducida en una *rogatio* al alfabetizado para que realizase el albarán en su nombre. Un buen ejemplo lo tenemos en un recibo escrito el 14 de septiembre de 1454 por el tendero Joan Llopis, donde declara que *com Daniell no sabia escriure, pregà a mi, damunt dit, que li escribís lo dit albarà*⁴.

Los casos que citamos a continuación nos muestran diversas estrategias seguidas por los analfabetos, obligándonos a cuestionarnos si estos tenían libertad a la hora de elegir al delegado o, por el contrario, la administración les obligaba a seleccionar a unas personas determinadas. Encontramos casos en los que el *illiteratus* acudía a un familiar, como cuando Jeroni Roures declaró el 25 de septiembre de 1516 haber recibido 50 sueldos *per lo tirar de la fusta que a fet mon sogre, Francés Rodríguez*⁵. El 25 de abril de 1486 Miquel Valls acudió al clérigo Antoni Mateu para redactar la venta de *noranta-vuit cantes de vi*⁶. Cristòfol acudió a un compañero de oficio, Alonso Vicent, para redactar que el clavario del hospital le había entregado *tres lybres per qustures de les robes de los pobres*⁷. También acudían al personal del hospital: *Johan de Muntalbà, quynar e pastador de la casa-espital dels Ygnocents*, pidió a *Johan Carreres, espitaler*, escribir

¹ Francisco M. Gimeno Blay, "Gli analfabeti e l'amministrazione: note sui loro rapporti attraverso la scrittura", *Notizie del Seminario permanente di Alfabetismo e cultura scritta*, 7 (1986): 11.

² *Ibid.*, 10.

³ Mayoritariamente lo hacen del norte peninsular, especialmente de Aragón y Catalunya. Entre los «extranjeros» encontrado un pintor portugués y un mercader italiano.

⁴ AHMV. *Hospitals*, 349 (3), núm. 10.

⁵ ADPV. *Hospital General, Llibres de conte i raó*, V-1/102, f. 19v.

⁶ ADPV. *Hospital General, Llibres de conte i raó*, V-1/68, *Llibret d'albarans*.

⁷ ADPV. *Hospital General, Llibres de conte i raó*, V-1/102, f. 32r.

en su nombre el 30 de junio de 1485¹. Por último, citaremos a los profesionales de la escritura, como cuando el sastre Daniel Giménez dejó constancia en su albarán que había sido *scrit de mà de Antoni de Maillén, notari*².

Las soluciones que utilizan son varias y no nos ayudan a averiguar si tenían preferencias sobre unos u otros. Para intentar resolver esta incógnita nos serviremos de un fragmento de *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha* en el que Teresa Panza se ve en la necesidad de escribir, pero al ser analfabeta debe pedírselo a otra persona:

«El Bachiller se ofreció de escribir las cartas a Teresa de la respuesta; pero ella no quiso que el Bachiller se metiese en sus cosas, que le tenía por algo burlón, y así dio un bollo y dos huevos a un monacillo que sabía escribir, el cual le escribió dos cartas...»³.

Es probable que el criterio a seguir lo determinase la confianza depositada en familiares, vecinos o compañeros de oficio, ya que serían los más próximos a los iletrados. Pero cuando tenían que ir más allá de estos círculos íntimos, lo más lógico sería pensar que acudirían a aquellos cuyo cargo daba a entender que no mentirían u ocultarían nada al analfabeto, tales como eclesiásticos o notarios. Si observamos los albaranes redactados en nombre de otros –2928 de los 5201– y nos fijamos en el oficio del delegado – en el caso de estar registrado –, se advierte que casi el 40% de estos han sido escritos por miembros del clero. Así pues, la decisión tomada por Teresa Panza refleja muy bien aquello que ocurría en la realidad, ya que los eclesiásticos, debido a su *status* socio-profesional, garantizaban una confianza adecuada que no pasaba desapercibida por los analfabetos cuando salían de sus esferas de confianza.

Son numerosos los casos en los que encontramos a procuradores que acuden en nombre del interesado para recibir la satisfacción económica, pero si debemos citar un ejemplo paradigmático de esta procuración es el llevado a cabo por las nodrizas. Hemos podido constatar que, entre la documentación analizada, no aparecen amas de cría con conocimientos de escritura. Muchas de ellas, especialmente cuando proceden de rincones alejados de la ciudad de València, envían a alguien en su nombre, normalmente a su marido, para que recibiese el salario que les corresponde por haber criado y amamantado a los expósitos⁴. *Alonso Luquet de Chelva*, por ejemplo, aparece en un albarán datado el 27 de marzo de 1517 recibiendo 45 sueldos *per lo aletar sa muller Àngela orffa del spital*, es decir, su mujer –Catalina, quien aparece en otros albaranes –, debería ser quien recibiese dicho salario por amamantar a la huérfana Àngela, pero ha sido su marido quien ha acudido a València para realizar dicha acción administrativa⁵.

4. HABILIDADES GRÁFICAS

Una vez conocidos los criterios seguidos por los analfabetos para acercarse a la escritura, debemos ver las habilidades gráficas que tenían aquellos que escribían. Las manos que aparecen en los albaranes ascienden a 972⁶. El único criterio que podemos utilizar para agruparlas en categorías diferenciadas es reconociendo el modelo gráfico o polo de atracción al que se aproximan. Los «polos» para nuestro arco cronológico y zona geográfica son dos: la escritura gótica y la humanística. Estas llegan a nuestro territorio

¹ ADPV. *Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/67, Llibret d'albarans*.

² AHMV. *Hospitals*, 349 (3), núm. 9 (albarán suelto).

³ Miguel de Cervantes, *El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha*, dirigida por Francisco Rico (Barcelona: Galaxia Gutenberg, II, cap. L, 2004), 1140.

⁴ Sobre el analfabetismo de las nodrizas valencianas, Francisco M. Gimeno Blay, “Analfabetismo e alfabetizzazione femminili nella Valencia del Cinquecento”, *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, 23(2) (1993): 563-609.

⁵ ADPV. *Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/102, f. 46v*.

⁶ Dos de las manos utilizan formas de la escritura árabe, mientras una tercera hace uso de la mercantesca. Estas no serán tratadas en el presente trabajo.

en períodos distintos y por causas diversas; no obstante, nuestra etapa coincide con la coexistencia de ambas¹.

Un total de 155 manos presentan formas semejantes a la escritura gótica. Por el contrario, el número de personas que utilizan la escritura humanística es de 814. Muchas de ellas, tanto góticas como humanísticas, muestran fuertes influencias del otro polo de atracción existente en el momento; sin embargo, esto no nos ha impedido discernir entre una u otra escritura. Corresponde ahora realizar una división interna de cada «polo» atendiendo a la habilidad gráfica de cada mano. Para llevarla a cabo, haremos uso de la terminología utilizada por Petrucci, quien distingue cuatro categorías: *profesional*, *pura*, *usual* y *elemental de base*².

Consideramos oportuno comenzar la descripción paleográfica de las manos con aquellas que están más en contacto con la escritura, es decir, los notarios y escribanos. Para poder mostrar mejor la habilidad gráfica más profesional³, nos ayudaremos de unos albaranes escritos por diversos profesionales de la escritura. El primero de ellos está escrito por el notario Antoni de Maillén, el segundo lo redacta el notario Joan de Sentfeliu, y, por último, nos encontramos con el notario de la Catedral de València, Felip d'Abella.

El continuo trato con la escritura obliga a optimizar el tiempo, provocando una gran cursividad en los trazos y aumentando el número de abreviaturas y de ligaduras. Como consecuencia de esta economía de la escritura, encontramos manos que optan por una dualidad tipológica en aquellas consonantes que puedan enlazarse con la letra siguiente, tanto por arriba como por abajo, como el caso de la letra c. La s se nos presenta de dos maneras, una alta y una baja, dependiendo de su posición en la palabra⁴.

Debido a la rapidez a la hora de escribir y a la cursividad que de ella se desprende, se provoca una deformación en las letras realizadas por estos profesionales de la escritura⁵. Esto nos puede llevar a la duda – y consiguiente error – de identificarlas como escrituras elementales, pero una vez observamos la gran cantidad de abreviaturas utilizadas, la calidad en la redacción del texto y, por supuesto, la profesión, el titubeo desaparece.

Por lo que respecta a la habilidad gráfica más canónica, la pura, hemos localizado 48 manos. De ellas hemos seleccionado al notario Domingo Sancho, al cirujano Francesc Bonet y al presbítero Jeroni de Sentjust. Del análisis de las manos góticas podemos deducir las siguientes características: contraste de trazos, fractura de las curvas y reducción de alzados y caídos. Un ejemplo lo vemos en la letra p, realizada en dos tiempos, uno para el trazo vertical y otro para el ojo. Debido a la forma de dibujar la d no hemos encontrado ninguna ligadura con las vocales. Las formas humanísticas son más redondeadas y elegantes. La mayor o menor cursividad está presente en la mayoría de ellas y la fluidez a la hora de escribir se ve en la simplificación de algunas grafías, como la p, la g, la b y la d.⁶

Los dos primeros albaranes presentan una escritura gótica, la primera cursiva y la segunda textual, mientras el tercero se asemeja más a las formas humanísticas⁷. Hemos decidido elegir a estas tres profesiones para demostrar que, aunque algunos de ellos, como los eclesiásticos y los fedatarios públicos están más en contacto con la

¹ Francisco M. Gimeno Blay, *La escritura gótica en el País Valenciano después de la conquista del siglo XIII* (València: Universitat de València, 1485); M.^a Luz Mandingorra, *La escritura humanística en Valencia: su introducción y difusión en el siglo XV* (València: Universitat de València, 1986).

² Armando Petrucci, “Scrittura, alfabetismo ed educazione grafica nella Roma del primo Cinquecento: da un libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere”, *Scrittura e Civiltà*, 2 (1978): 181-183.

³ Aunque no todos los profesionales de la escritura presentan esta habilidad gráfica, en esta sólo encontramos a notarios y escribanos.

⁴ Cf. Anexo, fig. 1.

⁵ Anexo, fig. 2 a 4.

⁶ Anexo, fig. 5.

⁷ Anexo, fig. 6 a 8.

escritura y por ello presentan una mejor calidad gráfica, hay otros individuos, como el cirujano, con una escritura pura, poco común en su profesión.

Las manos con una escritura usual ascienden a 772. Entre ellos hemos seleccionado a la monja Catalina Muñoz, al obrero Joan Ferrer y a la vendedora de oro Joana Martorella. Estas manos se caracterizan por poseer formas muy próximas al canon, pero en muchas ocasiones presentan alguna semejanza con la habilidad gráfica inferior. Esta mejora se debe a la práctica continuada de la escritura, cosa que se ve reflejada, además en la agilidad a la hora de escribir, la presencia de algunas ligaduras, una mayor cursividad y una mejor redacción del documento. La manera de dibujar las *r* góticas es muy parecida en todas las manos, zigzagueando y en tres trazos, con formas angulosas o redondeadas. La *b* gótica presenta una alternancia en el trazado de la misma. La sencillez a la hora de escribir letras humanísticas como la *a* y la *e* es constante, siempre respondiendo al mismo patrón¹.

La gran presencia de artesanos y mercaderes en este apartado se explica por la necesidad que tenían algunas de estas profesiones, como los boticarios o los libreros, de llevar las cuentas de su negocio y, por ende, aprendían escritura y contabilidad sin ir más allá de lo esencial para salir adelante. Entre todos los albaranes analizados, solo hemos encontrado dos mujeres que escriben. La primera de ellas, la mencionada Catalina, es monja del convento de la Saïdia y, aunque pueda parecer que tenga una escritura muy elemental, su forma de redactar la aleja completamente de la categoría inferior. Por lo que respecta a Joana, suponemos que es una viuda que ha tenido que hacerse cargo del negocio familiar y por ello sabe manejar correctamente la escritura².

El último apartado corresponde a la habilidad gráfica más baja, la elemental de base. Utilizaremos tres albaranes redactados por el carnicero Lluís Martí, un vendedor de aceite llamado Pineda y el corredor *d'orella*³ Alonso de León. Si analizamos las profesiones que se mencionan en los albaranes correspondientes a las manos con esta habilidad gráfica, observamos que en 9 casos no se aluden. Seguramente, el hecho de no especificar su oficio sea la ausencia de un trabajo fijo con el que poder identificarse; es lógico pensar que serían jornaleros dedicados a realizar diversas actividades a lo largo del año. Tenemos una gran variedad de oficios, existiendo un importante número de proveedores de materias primas o poco manufacturadas. Estos, debido a que su profesión no requiere el uso continuo de la escritura y que pueden ejercerla prescindiendo de ella, a diferencia de lo que ocurría en otras habilidades donde los artesanos y tenderos utilizan esta herramienta para llevar sus propias cuentas, estos sólo necesitan aprender a escribir de la manera más elemental posible. Por ello, además de tener una escritura muy rudimentaria, la forma de redactar dista mucho de la de aquellos que tienen este instrumento más interiorizado.

Los ejemplos de escritura elemental de base ascienden a 42. Carecen de agilidad a la hora de escribir y, por falta de práctica o de no saber/poder representar las grafías de otro modo, presentan una caligrafía con trazos lentos, sin prácticamente ligaduras, y muchos de ellos no llegan, en algunos casos, a cerrar las letras, como algunas *e* y *f* góticas, las cuales las dibujan en diversos tiempos. Letras como la *c* y la *t* se realizan en dos trazos y prácticamente no se diferencian. Las humanísticas simplifican algunas letras, como la *b* o la *e*. Observamos dos tipos de *g* minúscula: la primera está formada en dos tiempos, el primero serviría para dibujar la mitad del cuerpo y el caído, el otro, horizontal, (casi)cerraría el cuerpo principal; la otra es plenamente humanística y se compone de un círculo para formar el cuerpo y de un caído que gira en el sentido de las agujas del reloj⁴.

Algunos de ellos se dedican simplemente a suscribir el documento, algunas veces con el nombre, otras con unas pocas palabras. El análisis de estas suscripciones nos lleva

¹ Anexo, fig. 9.

² Anexo, fig. 10 a 12.

³ Aquella persona que se encargaba de gestionar operaciones de compra-venta y préstamos, sirviendo de intermediario entre las partes contratantes; el término *d'orella* (de oreja) se refiere al carácter privado de sus gestiones.

⁴ Anexo, fig. 13 a 16.

a pensar si realmente deben considerarse como alfabetizados. Por lo que podemos intuir, simplemente han aprendido a escribir esas palabras y saben aquello que dicen porque quien les ha enseñado a rubricar se lo ha dicho. Nos apoyaremos en unos fragmentos de la obra cervantina donde, tras una reprimenda de don Quijote a Sancho por no saber firmar, este responde:

«-Bien sé firmar mi nombre, que cuando fui prioste en mi lugar, aprendí a hacer unas letras como de marca de fardo, que decían que decía mi nombre; cuanto más que fingiré que tengo tullida la mano derecha y haré que firme otro por mí...»¹.

Sancho Panza nos informa que aprendió a escribir su nombre tiempo atrás, para firmar/suscribir, pero afirma que él sabía aquello que escribía porque otros se lo habían dicho. Por tanto, podemos asegurar que, por mucho que supiese anotar su nombre, no estaba alfabetizado, como bien demuestra en el siguiente fragmento:

«En tanto que el mayordomo decía esto a Sancho, estaba él mirando unas grandes y muchas letras que en la pared frontera de su silla estaban escritas, y como él no sabía leer, preguntó que qué eran aquellas pinturas que en aquella pared estaban»².

A guisa de ejemplo analizamos el siguiente albarán, donde el presbítero Miquel Palós redacta un recibo para el fraile Pere de Garona. Justo debajo del asiento económico, dicho fraile suscribe con una escritura muy precaria confirmando la acción administrativa. Por lo que hemos podido deducir del estudio de todos los albaranes suscritos, estos “semianalfabetos” –por no decir analfabetos totales – no escriben nada más que su nombre y, en contadas ocasiones, una pequeña frase corroborando lo sobredicho³.

5. ¿UNA SOCIEDAD ALFABETIZADA?

De la aceptación de la firma...

Sobre la firma y su consideración como elemento para analizar los niveles de alfabetización ha habido mucho debate, aunque la postura de muchos investigadores es aceptarla como válida para realizar dicho análisis. El primero en admitir la firma como un indicador universal, estándar y directo para el estudio de la alfabetización fue Roger S. Schofield⁴. Esta idea la mantiene Antonio Viñao, «aclarando» todas las posibles dudas sobre si el uso de la firma era adecuado o no, pues, según él – y utilizando las mismas palabras que el anterior autor –, «la firma es un dato universal, estándar, directo, fácilmente cuantificable [...] y directamente relacionada con las aptitudes de leer y escribir». No estamos nada de acuerdo con esta afirmación, pero sí con que las rúbricas nos permiten establecer niveles sobre su calidad o habilidad⁵. Unos años después, Viñao hace un matiz por lo que respeta a la universalidad de la firma como fuente para el estudio de los niveles de alfabetización, especificando que con ella «lo que se mide es si se sabe o no firmar y, caso de saber, el dominio o calidad de la firma»⁶. Otros son más

¹ Miguel de Cervantes, *El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha*, 1066.

² *Ibidem*, 1083.

³ Anexo, fig. 17

⁴ Roger S. Schofield, “The measurement of literacy in pre-industrial England”, en *Literacy in traditional societies* (Cambridge: Cambridge University Press, 1968), 319.

⁵ Antonio Viñao Frago, “Del analfabetismo a la alfabetización. Análisis de una mutación antropológica e historiográfica”, *Historia de la educación: revista interuniversitaria*, 3 (1984): 162-163.

⁶ Antonio Viñao Frago, “Analfabetismo y alfabetización», en *Historia de la educación en la España contemporánea: diez años de investigación*, coords. Jean-Louis Guereña, Alejandro Tiana Ferrer y Julio Ruiz Berrio (Madrid: CIDE, 1994), 37.

categoricos en esta idea, como David Cressy, para quien el estudio de la alfabetización solo puede llevarse a cabo con el cómputo de firmas¹. Furet y Sachs nos informan que «la capacité à signer renvoie donc bien à ce que nous appelons aujourd'hui l'alphabétisation»².

Para la península Ibérica existen diversos estudios que merece la pena citar, aunque solo sea someramente, donde se muestran los niveles de alfabetización a través del uso de la firma. La capacidad de firmar en la Galicia de inicios del XVII ha sido analizada por Eloy Gelabert, dando como resultados una clara diferenciación entre el ámbito rural – con un 7,8% de alfabetizados – y el urbano, con cifras que ascienden al 51% en Ourense, el 30% en Baiona y Vigo, o el 28% para Santiago de Compostela³. En la cornisa cantábrica, observamos que ciudades como Oviedo y Avilés presentan unos porcentajes de alfabetización superiores al 40% durante el siglo XVII⁴, mientras que en Santander o en San Vicente de la Barquera, en esta misma época, los cabezas de familia capaces de firmar rondaban el 30-35%⁵.

Para Toledo y diversas ciudades de la Alta Andalucía, Marie-Christine Rodríguez y Bartolomé Bennassar estiman, para el período comprendido entre 1525 y 1817, unos porcentajes que oscilan entre el 51'5% y el 62%⁶. Ciudades como Cádiz o el Puerto de Santa María presentan, para los hombres, unos porcentajes de alfabetización del 61% y del 23'6% respectivamente, muy inferior en el caso de las mujeres⁷. Segovia y Ávila, según Serafín de Tapia, presentarían unos niveles de alfabetización bastante elevados durante el siglo XVI, oscilando entre el 45'6% en la primera y 51'1% en la segunda⁸.

Por lo que respecta al levante peninsular, se han realizado estudios donde se muestra que la alfabetización en la ciudad de Mataró durante el XVII oscilaba entre el 34'1% y el 47'1%⁹. Murcia y Lorca presentan unos porcentajes del 58'2% y del 35% respectivamente entre los años de 1760 y 1860¹⁰. Por último, citaremos el caso del reino

¹ David Cressy, *Literacy and the social order. Reading and writing in Tudor and Stuart England* (Cambridge: University Press, 1980), 53-61.

² François Furet y Wladimir Sachs, “La croissance de l'alphabétisation en France (XVIIIe-XIXe siècle)”, *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, 3 (1974): 721.

³ Juan E. Gelabert González, “Niveaux d'alphabétisation en Galice (1635-1900)”, en *De l'alphabétisation aux circuits du livre en Espagne: XVI-XIX siècles* (Toulouse: CNRS, 1987), 52-55, y “Lectura y escritura en una Ciudad provinciana del siglo XVI: Santiago de Compostela”, *Bulletin Hispanique*, 1982, 84 (3-4), 267-268.

⁴ Baudilio Barreiro Mallón, “Alfabetización y lectura en Asturias durante la Edad Moderna”, *Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, 4 (1989): 25-126.

⁵ Dejando de lado el tipo de fuente utilizada, estamos seguros que los porcentajes serían inferiores si se incluyese al resto de la población, y no solo al *pater familias*. Bartolomé Bennassar, *La España del Siglo de Oro* (Barcelona: Crítica, 1994), 285.

⁶ Marie-Christine Rodríguez y Bartolomé Bennassar, “Signatures et niveau cultural des témoins et accusés dans les procès d'inquisition du ressort du Tribunal de Tolède (1525-1817) et du ressort du Tribunal de Cordoue (1559-1632)”, *Cahiers du monde hispaniques et luso-brésilien*, 31 (1978): 23-24.

⁷ M.^a José de la Pascua Sánchez, “Aproximación a los niveles de alfabetización en la provincia de Cádiz: las poblaciones de Cádiz, El Puerto de Santa María, Medina Sidonia y Alcalá de los Gazules entre 1675 y 1800”, *Trocadero: Revista de historia moderna y contemporánea*, 1 (1989): 55-62.

⁸ Serafín de Tapia Sánchez, “La alfabetización de la población urbana castellana en el Siglo de Oro”, *Historia de la educación*, 12 (1993-1994): 282-286.

⁹ Montserrat Ventura i Munné, *Lletrats i il·letrats a una ciutat de la Catalunya moderna. Mataró, 1750-1800* (Mataró: Caixa d'Estalvis Laietana, 1991), 85-87.

¹⁰ Antonio Viñao Frago, “El proceso de alfabetización en el municipio de Murcia (1759-1860)”, *La Ilustración española: actas del coloquio internacional celebrado en Alicante, 1-4 octubre 1985* (Alacant: Diputació Provincial d'Alacant-Institut Alicantí de Cultura, 1986), 247. Pedro Luís Moreno Martínez, *Alfabetización y cultura impresa en Lorca* (Múrcia: Caja de Ahorros de Murcia, 1989), 79-80

de València a lo largo de los siglos XVI y XVII, dando cifras bastante bajas para las zonas rurales, como la Valldigna, con un 11'6%, o del 64'8% en la propia ciudad de València¹.

Todos estos muestran unos porcentajes más o menos elevados – y exagerados – si tenemos presente que diversos estudios afirman que el nombre de alfabetizados en «España» durante el siglo XVI oscilaba entre el 10% y el 15%². Además, tenemos que decir que en las estadísticas oficiales de 1870 se informa que la población española masculina analfabeta rondaba el 75%, mayor en el caso femenino³.

... a la duda y al rechazo

A medio camino entre la aceptación y la negación de esta fuente documental como herramienta para el estudio de la alfabetización está Attilio Bartoli, quien piensa que se ha discutido mucho al respecto y aporta los pros y los contras de utilizar la firma, dejando la elección final al investigador, siempre y cuando tenga claro el uso de la fuente para realizar este tipo de análisis, pero dando a entender que es muy difícil establecer una relación entre la capacidad de firmar y la de escribir y/o leer⁴. Del mismo modo, Lawrence Stone es cauto y dice que «we do not know now, and may never know, the precise relationship between the capacity to sign one's name [...] and true literacy»⁵. Ribeiro da Silva hace uso de las firmas para el estudio de la alfabetización en la ciudad de Porto y sus alrededores; pero, de una manera prudencial, sabe que podría «discutir-se e tem sido discutido o valor do indicador “assinatura” para conhecimento dos níveis de alfabetização [...]. De qualquer modo [...] para o período que nos propomos estudar não dispomos de outra via senão a da observação criteriosa dessas assinaturas e sinais», preguntándose al final, si «a utilização desse instrumento não nos fará correr o risco de misturarmos os quase analfabetos e os que são verdadeiramente alfabetizados»⁶.

Solo hemos localizado cinco investigadores que apoyen nuestras ideas y rechacen la capacidad de firmar como indicativo de alfabetización en la sociedad. El primero de ellos es Yves Castan, quien sostiene que, en el Languedoc del siglo XVIII, «la signature nous apparaît donc comme fonctionnelle [...]. Elle pourrait être une garantie de contrôle si elle attristait réellement une pratique de l'écriture et de la lecture, mais trop d'épreuves négatives interdisent du lui conférer cette valeur. Gardons-nous donc de mesurer par le nombre ou la proportion des signatures ceux des habitants capables d'écrire...»⁷. El segundo es Patrick Collinson, para quien puede haber algunas personas con capacidad para firmar su nombre sin poder leer o escribir nada más, u otras que, a pesar de saber firmar, no lo hacen, además de afirmar que la presencia o ausencia de un autógrafo en un documento medieval no puede decirnos sobre el nivel de alfabetización de su creador⁸. Roger Chartier muestra sus vacilaciones a la hora de aceptar la firma como herramienta para estudiar los niveles de alfabetización, sin «negar todo valor a los porcentajes de firmas que pacientemente se han recogido [...] sino, simplemente, a tomarlos como lo que son: indicadores culturales macroscópicos, heteróclitos, que no

¹ Eugenio Ciscar Pallarés, “Cruz o firma en la práctica procesal (contribución a la medición de la alfabetización en el reino de Valencia, siglos XVI-XVIII)”, *Estudis: Revista de historia moderna*, 24 (1998): 40-49.

² Manuel Fernández Álvarez, *La sociedad española del renacimiento* (Salamanca, Anaya, 1970), 193; Richard L. Kagan, *Universidad y sociedad en la España moderna* (Madrid, Tecnos, 1991), 65-66.

³ Lorenzo Luzuriaga Medina, *El analfabetismo en España* (Madrid, J. Cosano, 1919), 44.

⁴ Attilio Bartoli Langeli, “Historia del alfabetismo y método cuantitativo”, *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3 (1996): 93.

⁵ Lawrence Stone, “Literacy and education in England 1640-1900”, *Past and Present*, 42 (1969): 98.

⁶ Francisco Ribeiro da Silva, “A alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e da sua região (1580-1650)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 3 (1986): 109.

⁷ Yves Castan, *Honnêteté et relations sociales en Languedoc: 1715-1780* (París, Plon, 1974), 118.

⁸ Patrick Collinson, “The significance of signatures”, *Times Literary Supplement*, 12 (Enero 1981): 31.

miden con exactitud ni la difusión de la capacidad de escribir, más restringida de la que indican las cifras, ni la de la lectura, que es más amplia»¹. Antonio Castillo nos informa que la «vía más clásica y cada vez más insatisfactoria de la cuantificación de las firmas con la finalidad de proveer una aproximación estadística» de los niveles de alfabetización, pues, según el autor, «los recibos, albaranes o ápoas permiten observar, con mayores garantías, la alfabetización propiamente dicha, es decir los niveles de competencia gráfica y textual de las personas alfabetizadas y semialfabetizadas, o, en su caso, los procesos de delegación de escritura que permiten a los analfabetos cumplir con las formalidades de la praxis documental»². Por último, tenemos al portugués Justino Pereira, quien sabe perfectamente la problemática del uso de la firma para el estudio de la alfabetización y, según él, «a assinatura pode ser analisada quanto às seguintes dimensões (variáveis-critério): destreza e segurança do traço; correção gramatical; traçado e ligação das letras, alinhamento e harmonia/equilíbrio de conjunto», es decir, utilizarla solo para comparar las distintas habilidades a la hora de firmar, nada más³.

Afirmar que la capacidad de signar un documento es sinónimo de ser alfabetizado es, a nuestro parecer, peligroso, pues distorsiona completamente la realidad. Los únicos investigadores que han ido más allá de la utilización de la firma para el estudio de la alfabetización han sido Gimeno Blay y Mandingorra Llavata. Francisco M. Gimeno analiza los niveles de alfabetización femenina de la València del siglo XVI, concretamente los de las nodrizas del Hospital General, demostrando que el 100% de las amas de cría eran analfabetas⁴. M.^a Luz Mandingorra, por contra, se centra en los boticarios, explicándonos que todos ellos presentan unos altos niveles de ejecución gráfica, no habiendo encontrado ningún analfabeto⁵. ¿Por qué decimos que han ido más allá? Las fuentes de análisis utilizadas por estos autores son los recibos justificativos localizados en los libros de administración de diversas instituciones valencianas. El albarán, en cuanto a unidad documental y textual individualizada, nos aporta mucha más información para analizar la alfabetización que una mera firma. Con esto podemos ver el uso de mayúsculas/minúsculas, la calidad de la redacción, el uso de signos de puntuación o de abreviaturas, etc. El análisis de todos estos elementos que rodean la elaboración del albarán nos acerca más a la realidad del momento. Por eso, aunque no sabemos exactamente el número de habitantes de la ciudad y reino de València, y que solo hemos trabajado con las fuentes relacionadas con determinadas instituciones, pretendemos realizar un estudio cualitativo de los niveles de alfabetización de la sociedad valenciana en su conjunto, intentando no caer en la dicotomía blanco/negro – alfabetización/analfabetismo –, dejando de lado el estudio cuantitativo y centrándonos en el cualitativo⁶.

Teniendo presente que el número de analfabetos asciende a 1465 y el de alfabetizados es 972, aplicaremos el cociente convencional 1:4'5⁷ para el período

¹ Roger Chartier, “Las prácticas de lo escrito”, en *Historia de la vida privada. Del Renacimiento a la Ilustración*, coords. Philip Ariès y Georges Duby (Madrid: Taurus, 2001), 116.

² Antonio Castillo Gómez, *Escrituras y escribientes. Prácticas de la Cultura Escrita en una Ciudad del Renacimiento* (Las Palmas de Gran Canaria: Fundación de Enseñanza Superior a Distancia de las Palmas de Gran Canaria), 1997, 303-309.

³ Justino Pereira de Magalhães, “Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal”, *Análise Psicológica*, 44 (1996): 443.

⁴ Francisco M., Gimeno Blay, “Analfabetismo e alfabetizzazione femminili nella Valencia del Cinquecento” ..., 568-574.

⁵ M.^a Luz Mandingorra Llavatra, “Aproximación a la cultura gráfica de los boticarios a finales de la Edad Media” *Saitabi*, 1986, 36, 63-69. En el trabajo no llega a establecer porcentajes, sino más bien encontrar vinculaciones entre la extracción social y la habilidad gráfica del autor, en “Alfabetismo y educación gráfica en la Valencia del Quinientos. El libro de albaranes del convento del Carmen”, *Estudis castellanencs*, 6 (1994-1995): 790-795.

⁶ Attilio Bartoli Langeli, “Historia del alfabetismo y método cuantitativo” ..., 95-96.

⁷ Álvaro Santamaría Arández, “La demografía en el contexto de Valencia. Siglo XV”, *Medievalia*, 10 (1992): 373.

estudiado a la suma de ambos, dándonos como resultado 10997. Si tenemos en cuenta que de esta cifra teórica 972 son alfabetizados y el resto no, observamos que el primer grupo estaría formado por un 8'9% de la población, frente al 90'1% de indoctos. Estos porcentajes se aproximan más a la realidad mencionada anteriormente.

El notario Gaspar Eiximeno dejó escritas dos anotaciones el año 1489 en uno de sus protocolos. En la primera de ellas decía: *Se conta en la ciutat de València dins los murs vuit milia vui-cents coranta cases* – equivalente a 39780 almas – y, junto a esta, hacía referencia a un total de 50000 casas en el reino, es decir, 225000 habitantes¹. Si extrapolamos los porcentajes que hemos sacado de la documentación analizada a la población total de la ciudad y reino de València, el número de alfabetizados para la capital sería de 3702 alfabetizados frente a unos 36077 iletrados, y en el reino habría un total de 20948 entendidos en letras y 204052 analfabetos.

Por supuesto, las cifras mencionadas son orientativas, pues estamos jugando solo con las fuentes analizadas y con falta de información demográfica. Además, tenemos que decir que ni el 8'9% estaría completamente alfabetizado ni el 90'1% sería totalmente analfabeto. Como hemos dicho a lo largo de los párrafos anteriores, existiría un gran abanico de individuos situado en esos extremos imprecisos y difuminados – muchas veces amalgamados – de los grupos blanco y negro, creando la escala de grises de los semi-analfabetos.

6. UNA BREVE REFLEXIÓN

Hemos hablado de analfabetos salvando el obstáculo del desconocimiento de la escritura, de manos prolíficas y de otras que no lo son tanto, de las distintas habilidades gráficas presentes en territorio valenciano en los inicios del Renacimiento... y todo con un mismo elemento en común: el albarán. A pesar de su estructura textual estereotipada, esta fuente, de simple tipo económico a simple vista – obviamente, es su función inicial –, nos ha permitido realizar un estudio sobre el analfabetismo y la alfabetización que ha intentado ir más allá de las simples cifras aportadas por otros investigadores.

Hemos intentado romper la barrera tradicional que separaba ambos mundos, para demostrar que los límites entre los iletrados y los entendidos en letras no estaban nada claros. Somos conscientes que el uso de esta fuente documental puede ser, en algunas ocasiones, insuficiente para conocer todo lo necesario sobre sus autores – jurídico y/o material –, pues, como hemos podido observar, son cuantiosos los casos donde no se especifica la vinculación socio-profesional ni la procedencia del interesado. Juntamente con esta falta de información, se nos presenta el problema de los archivos donde hemos localizado las fuentes, pues solo hemos sacado a la luz a aquella gente que estuvo vinculada, en su momento, con los centros asistenciales y religiosos comentados al inicio del trabajo. Por desgracia, no existe ninguna otra institución valenciana, distinta a las sobredichas, que tenga entre sus archivos, series de albaranes como los que hemos analizado para esta época.

Por último, hemos pretendido mostrar cómo la escritura está presente en todas las esferas sociales y que, a pesar de que algunos no tienen conocimientos y habilidades necesarios para escribir, tienen la necesidad de hacer uso de esta herramienta, la escritura, para su día a día. Por otro lado, no podemos hablar de dos grupos diferenciados – analfabetos y alfabetizados –, pues la cantidad de habilidades y niveles gráficos localizados nos obliga a romper con esta dicotomía y hacer entender que la realidad es mucho más compleja que saber o no escribir.

¹ AHMV. *Protocols Gaspar Eiximeno, 1-9*. Estos datos fueron dados por Agustín Rubio Vela, “La población de Valencia en la Baja Edad Media”, *Hispania: Revista española de historia*, 55 (190) (1995): 495-525.

Fig. 1

Grafías profesionales.

[illegible]

Fig. 2

AHMV. *Hospitals*, 349 (3), núm. 9 (albarán suelto).

no John I. p. m. f. l. m. not far to a vos mult. bon. n. p. p. m. r. o. r. ad
n. p. f. o. r. p. l. o. b. h. o. n. o. r. a. b. l. e. p. i. n. a. b. l. e. A. m. n. a. b. l. e. b. a. t. h. y. d. e. p. a. r. t. e. d. e. r. e. p. o.
p. I. m. a. n. a. b. l. e. b. a. t. h. y. h. a. n. s. u. l. o. n. a. t. e. p. a. r. a. t. a. n. a. b. l. e. b. a. t. h. y. d. e. p. a. r. t. e. d. e. r. e. p. o.
A. m. n. a. b. l. e. p. r. i. s. l. a. m. o. d. o. r. b. a. t. h. y. q. u. i. n. s. p. e. l. d. o. l. o. b. a. t. h. y. d. e. p. a. r. t. e. d. e. r. e. p. o.
J. e. n. e. C. o. n. s. i. d. e. r. a. t. o. r. p. o. b. i. a. p. l. a. d. e. p. a. r. t. e. d. e. r. e. p. o. p. r. i. s. l. a. m. o. d. o. r. b. a. t. h. y. d. e. p. a. r. t. e. d. e. r. e. p. o.
y. e. s. t. p. r. i. s. l. a. m. o. d. o. r. b. a. t. h. y. d. e. p. a. r. t. e. d. e. r. e. p. o. p. r. i. s. l. a. m. o. d. o. r. b. a. t. h. y. d. e. p. a. r. t. e. d. e. r. e. p. o.
C. o. n. s. i. d. e. r. a. t. o. r. p. o. b. i. a. p. l. a. d. e. p. a. r. t. e. d. e. r. e. p. o. p. r. i. s. l. a. m. o. d. o. r. b. a. t. h. y. d. e. p. a. r. t. e. d. e. r. e. p. o.

Fig. 3

ADPV. Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/68, Librito de albaranes.

no p[ro]prio de abella nap far exp[re]ssion com lo
 h[ab]ent m[er]it p[er]e de la oron confessa hanc
 rebu[m] d[ic]t[is] m[er]it an[te] p[re]s[ent] om[ne]s reu[er]e[n]cia
 p[ro]p[ri]a adobar les des rancibres grans
 sola sen sen g[ra]tia de l[le]y p[ro]p[ri]a e
 ven p[ro]p[ri]a lo p[re]s[ent] p[ro]p[ri]a p[ro]p[ri]a
 a d[ic]t[is] de p[ro]p[ri]a an[te] m[er]it an[te] m[er]it

Fig. 4

ACV. Fábrika, 1512, f. 28v.

P d P S B D

Fig. 5

Grafias puras.

no domingo santo iure a v[er]it hanc rebu[m]
 de des m[er]it iure an[te] p[re]s[ent] d[ic]t[is] an[te] p[re]s[ent]
 lo an[te] p[re]s[ent] del sp[irit]ual g[ra]tia de v[er]it
 dos rancibres deor an[te] p[re]s[ent] p[ro]p[ri]a reu[er]e[n]cia
 de p[ro]p[ri]a m[er]it reu[er]e[n]cia de la sententia a
 b[er]it de alg[un]s p[re]m[ia] leg[is] e eura p[ro]p[ri]a
 quernar agnellis ep[iscop]o alg[un] p[ro]p[ri]a g[ra]tia
 h[ab]it h[ab]it a l[le]y de agnellis ep[iscop]o
 p[ro]p[ri]a eura p[ro]p[ri]a lo p[re]s[ent] de p[ro]p[ri]a
 ma eura p[ro]p[ri]a de agnellis an[te] p[re]s[ent]
 den p[ro]p[ri]a iure de l[le]y

Fig. 6

ADPV. Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/100, f. 17v.

170 nre fraires bonet celozgia fas testimonij rom
 lo hono en ^{mirau} ~~canzas~~ de alpont apaguar assen dader
 de alberuch sinquata sis sog y tres dines dirh n Leby.
 y. n. q. eson p tettez pello emys de guatties qha
 aprat p ~~obdel~~ spital genal araho de quatre
 sog y doo lo parzell y p q es vint yo ftre dir fas lo
 pnt albaza de valutat del dir mozo fet a rom
 de setebre any 1613.

Fig. 7

ADPV. Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/96, f. 13v.

yo feronjm de sent just pñere fas testimonij
 com mañen paguar a jamme ferreres e
 agaspas Monarro p poder dela aygna
 del pon del campomar p que sen po
 gues beure e nrejar tot allo de torn
 del pon que fiques ner res fons e
 p que es verinar fas lo pñer yo so
 bredit de propa ma a rom de
 jany any. As. D. e. de fer. ~
 Jacinto nrejal

Fig. 8

ADV. Fábrica, 1512, f. 29r.

Z z b b a e

Fig. 9

Grafías usuales.

ro catalina mltas mltas de
 la ploga atorge auezzebut
 de mltas mltas bave s'it'zebut
 itzer rous q'ustze d'aper
 per mltas mltas bave s'it'zebut
 de la ploga de ientze de
 la mltas mltas mltas mltas
 de mltas mltas mltas mltas
 de mltas mltas mltas mltas
 de mltas mltas mltas mltas

Fig. 10

ARV. Clergat, Llibre 4144, f. 34v.

popuhom ferez obres de mltas aro que auez
 debno de mltas mltas mltas mltas mltas
 uny de mltas mltas mltas mltas mltas
 res mltas mltas mltas mltas mltas
 pl' mltas mltas mltas mltas mltas
 de mltas mltas mltas mltas mltas
 mltas mltas mltas mltas mltas
 de mltas mltas mltas mltas mltas

Fig. 11

ADPV. Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/102, f. 52v.

Jofana mltas mltas a l'ozzebut d'
 vob mltas mltas mltas mltas mltas
 canonge mltas mltas mltas mltas mltas
 mltas mltas mltas mltas mltas
 mltas mltas mltas mltas mltas
 mltas mltas mltas mltas mltas
 mltas mltas mltas mltas mltas
 mltas mltas mltas mltas mltas
 mltas mltas mltas mltas mltas

Fig. 12

ACV. Tesorería, 1292, año 1517, f. 15r.

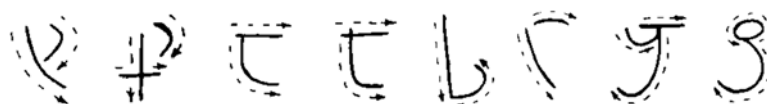


Fig. 13

Grafías elementales.

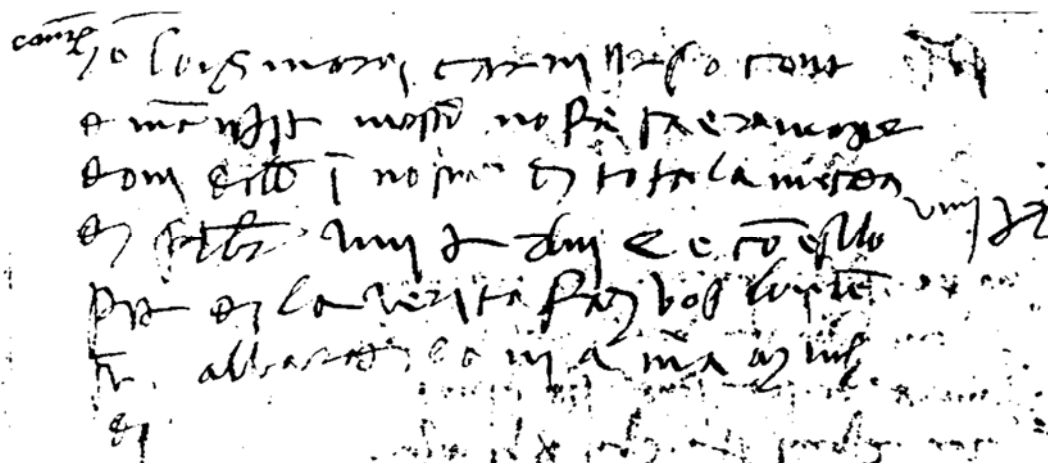


Fig. 14

ADPV. Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/82, Llibrito de albaranes.

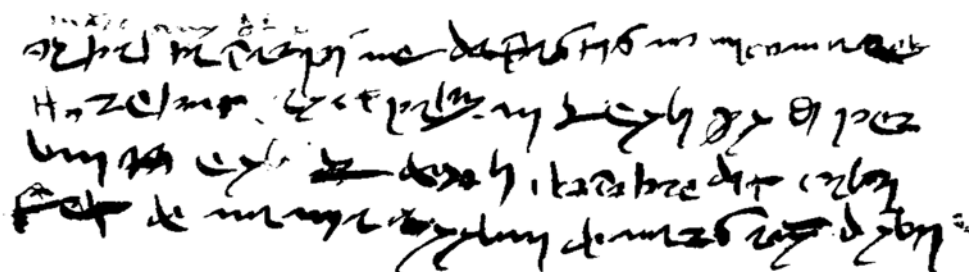


Fig. 15

ADPV. Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/102, f. 46v.

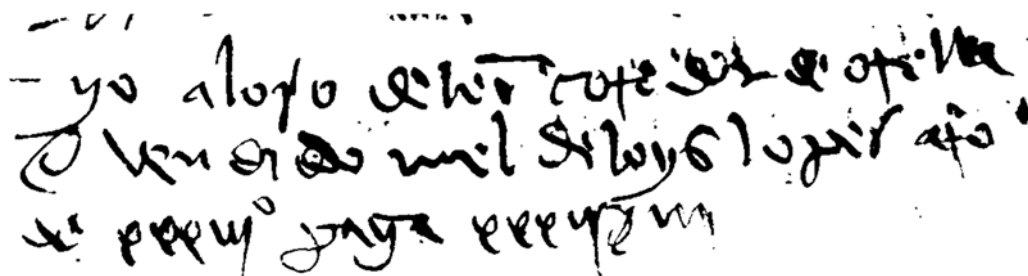


Fig. 16

ADPV. Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/102, f. 17v.

yo my quier pates fine alog de com lomag
 my alog de my quier alog de dal pont clabon
 del pates fine alog de paghae ha alog
 de del gnaoma de pates cabos rorery
 e bon y ha dobar alog me ye de ha dobar
 Les manichet de la pates de la
 alog de es beytat alog lo pates
 al bar alog de volentat de la
 alog de es pates de la ma de la
 bee de alog de alog de alog de alog
 bee alog de alog de alog de alog
 gazonat com alog de alog de
 alog de alog de alog de alog

Fig. 17

ADPV. Hospital General, Llibres de conte i raó, V-1/96, f. 64r.

A Companhia Neroni-Salviati de Pisa e as relações comerciais com a Península Ibérica (1454-70)

Ana Clarinda Cardoso¹
Universidade do Porto

Resumo:

A companhia Neroni-Salviati, pertencente a uma das principais famílias florentinas, foi protagonista de uma intensa atividade comercial e financeira que desde meados do século XV a colocou em contacto com as principais praças da Europa. Com sede em Pisa, especializou-se nas relações com a Península Ibérica, nomeadamente Barcelona, Valência, Cádiz, Lisboa e Porto. O presente projeto de doutoramento irá incidir nas relações comerciais com a Península Ibérica, e não apenas com Portugal. A principal fonte para o estudo da atividade desta companhia são os seus livros de contas, desde 1454 até 1470, depositados no Arquivo Salviati de Pisa. O trabalho dividir-se-á em quatro partes interligadas com os principais objetivos do projeto. A primeira parte será dedicada à análise do ponto de vista arquivístico e de tipologia das fontes em estudo, atendendo à sua particularidade técnica sem precedentes para a realidade ibérica do período em causa. A segunda passará por um estudo dos protagonistas, com a finalidade de perceber de que forma se processou a integração da companhia Neroni no grupo Salviati e qual a posição no seio deste grupo, bem como no panorama das companhias mercantis florentinas. A terceira e quarta partes dividem-se de acordo com o tipo de atividade económica: comercial ou financeira. A metodologia aplicada a ambas terá como finalidade traçar o perfil dos negócios da companhia através de um estudo transversal ao espaço geográfico abrangido neste projeto. Procurar-se-á identificar os agentes de negócios e definir os níveis de ligação existentes, com a finalidade de reconstituir a rede social de interesses da companhia, que ultrapassa o âmbito económico e nos permitirá entrever eventuais jogos políticos e institucionais que lhe estão associados.

Palavras-chave:

mercadores italianos, Península Ibérica, comércio, contabilidade

Abstract:

The Neroni-Salviati's company based in Pisa, belonging to one of the most important Florentine families, was the protagonist of an intense commercial and financial activity from the mid-15th century with the main European cities. Since this company specializes in relations with Barcelona, Valencia, Cadiz, Lisbon, and Oporto, this Ph.D. project will focus on trade relations with the Iberian Peninsula, and not just with Portugal. The primary source for the research of the activity of this company is their books of accounts, from 1454 until 1470, deposited in the Archivio Salviati at Scuola Normale Superiore in Pisa. The work will be divided into four parts connected with the main goals of the project. The first part will be dedicated to an archival and source's typology analysis since its unprecedented technical peculiarity to the Iberian reality for this period. The second part will focus on a study of the protagonists, in order to understand how the integration of the Neroni company in the Salviati's group took place, determine its position in this commercial group, as well as in the panorama of the other Florentine merchant companies. The third and fourth parts are divided according to the type of economic activity: commercial or financial. The methodology applied to both will have as purpose to trace the profile of the company's business through a cross-sectional study to geographical space covered in this project. One of the goals is to identify the business actors and agents set the existing connection levels. That allows us to reconstruct the

¹ Ana Clarinda Cardoso é licenciada em História e mestre em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade Porto. Tem vindo a desenvolver os seus trabalhos em torno da companhia Da Colle, pertencente ao grupo comercial Salviati, sobretudo no que à sua presença em Portugal diz respeito. Atualmente, é bolseira de doutoramento da FCT, integrada no CITCEM (U.Porto) e no CHAM (FCSH/NOVA – U. Aç.), com o projeto intitulado “A Companhia Neroni-Salviati de Pisa e as relações comerciais com a Península Ibérica (1454-70).”

company's social network of interests, beyond the economic sphere and will allow us to understand any political and social interests.

Keywords:

italian merchants, Iberian Peninsula, trade, accounting

*

FRANCESCO DE NERONE E A SUA COMPANHIA DE PISA

Francesco di Nerone, fundador da companhia Neroni-Salviati, era membro de uma das principais famílias florentinas ligadas à ascensão política dos Medici, e protagonista de uma intensa atividade comercial e financeira que, desde meados do século XV, o colocou em contacto com as principais praças comerciais da Europa.

A estreita proximidade com os Medici, sobretudo com a figura de Cosimo de Medici, patente no apoio concedido aquando do seu regresso do exílio em 1434¹, foi um dos pontos-chave para a aceleração do crescimento e afirmação dos Nerone, sendo referidos por Machiavelli, na sua *Istorie fiorentine*, como dos homens mais notáveis de Florença². Uma ligação que lhes proporcionou altos cargos políticos e administrativos, e conferiu benefícios para as suas atividades comerciais e financeiras³, foi também a responsável pela ruína que os Nerone conheceram a partir da década de 60 do século XV: momento conhecido como a *conjura anti-Medici* perpetrada pelos Pitti, no qual Dietisalvi de Nerone, irmão mais velho do mercador em estudo, desempenhou um papel ativo para a deposição da família Medici. Todos os membros da família Nerone foram presos, exilados e os seus bens apreendidos e vendidos publicamente. Durante este processo de julgamento, destaque para um pormenor curioso: os livros de contabilidade que possuíam na altura deveriam ser entregues para que fosse realizada uma verificação das suas contas – isto é - uma espécie de auditoria⁴. Apesar de a proximidade com a família Medici ter estado na base do seu rápido sucesso e ascensão político-social, importa destacar que a família Nerone não figurava entre as famílias nobres segundo a tradição florentina, sendo antes uma das muitas famílias que através do exercício de um ofício e *dalla mercatura* consegue alcançar poder e prestígio⁵.

Aquando do falecimento do patriarca da família (1444), Nigi de Nerone, os seus vários filhos ocupavam posições bem consolidadas na administração da cidade de Florença e tinham estabelecido inúmeras alianças matrimoniais com as principais famílias da oligarquia florentina: os Ginori, os Salviati, os Bonamici, os Alberti, os Borromei⁶. Importa destacar, no caso concreto deste projeto, a família Salviati, tendo em conta que a companhia de Francesco de Nerone que estudamos se encontra inserida neste grupo comercial e é no arquivo desta família que o fundo desta companhia se manteve preservado ao longo dos séculos. Ao contrário do que seria costume, a aliança matrimonial entre a família Nerone e a família Salviati só se verificou após a constituição

¹ Paola Benigni, "Appunti per la storia di un palazzo fiorentino" in *Palazzo Neroni a Firenze: storia, architettura, restauro* (Firenze: EDIFIR, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Sovrintendenza Archivistica per la Toscana, 1996), 3.

² Benigni, "Appunti", 3.

³ Cosimo de Medici, em 1457, investe 5.500 florins na companhia de Francesco de Nerone em Pisa, mas a ligação vem já desde 1455 quando esta companhia era um dos correspondentes do banco Medici na cidade pisana. Raymond De Roover, *Il Banco Medici: dalle origini al declinio (1397-1494)* (Florença: La Nuova Italia Editrice, 1970), 106 e 186.

⁴ Benigni, "Appunti", 12.

⁵ Luigi Borgia, "Notizie storiche, genealogie, insegne araldiche delle famiglie proprietarie del palazzo Neroni", in *Palazzo Neroni a Firenze: storia, architettura, restauro* (Firenze: EDIFIR, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Sovrintendenza Archivistica per la Toscana, 1996), 77.

⁶ *Ibid.*, 79.

da companhia Nerone-Salviati de Pisa (1454), através do casamento da filha de Francesco de Nerone, Maddalena, em 1457 com Averardo Salviati¹.

No desenvolvimento da sua atividade comercial e neste processo de estabelecimento de contactos e parcerias, para a segunda metade do século XV há ainda um destaque para a companhia florentina Cambini, também detentora de correspondentes em Barcelona, Valência e Lisboa. No caso de Portugal, os Cambini estavam ligados à pesca de coral numa exploração que assentava em dois grupos: o primeiro era constituído por Giovanni Guidetti e Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni, mercadores italianos estantes em Portugal; e o segundo era composto por Filippo Pierozzi, mercador-banqueiro detentor de uma companhia em Barcelona, e Francesco de Nerone². Data de 1460 o primeiro contrato de *accomandita*, registado em Florença, para exploração do coral português entre a companhia Pierozzi de Barcelona e a companhia Cambini de Roma por um lado, e Bernardo Vai por outro. Este último, por se encontrar em Valência, fez-se representar por um agente seu na cidade florentina e Filippo Pierozzi, que estava em Barcelona, fez-se representar por Francesco de Nerone, identificado como seu procurador, mas que, segundo S. Tognetti, seria também seu sócio³. Aqui temos a presença de um outro parceiro essencial nos negócios de Nerone na Península Ibérica, sobretudo na segunda metade do século XV: Filippo Pierozzi, agente da companhia Cambini em Barcelona, mas também parceiro de negócios de Francesco. No ano de 1462, a companhia com sede em Pisa de Francesco de Nerone surge como um dos correspondentes do banco Cambini na cidade pisana⁴.

A companhia de Francesco de Nerone, iniciada na segunda metade do século XV, não foi a sua primeira experiência enquanto mercador-banqueiro. Entre 1439 e 1442, Francesco, juntamente com o seu irmão Lottieri, investiu no mercado dos seguros nas viagens das galés da Catalunha para a Sardenha, Sicília e para o reino de Nápoles⁵. Em 1444, constituiu uma companhia em Barcelona com um mercador florentino presente nessa praça, Iacopo Nasi, que se manteve ativa até 1447, ano em que o rei de Aragão proibiu a presença de florentinos nos territórios aragoneses. Nesse ano, Nerone já negociava em várias praças ibéricas através de agentes próprios: Iacopo Nasi em Barcelona; Giovanni Cotrugli em Tortosa; Carlo Berbenzoli em Sevilha. A ligação à família Cotrugli verificou-se também na figura de Benedetto Cotrugli, um dos primeiros autores sobre as práticas contabilísticas por *partida dobrada*⁶. Benedetto fora outro agente de Nerone em Barcelona no final da primeira metade do século XV, destacando-se na correspondência que lhe fazia chegar, na qual lhe ia dando conta das mudanças políticas que estavam a ocorrer e que culminariam na já referida expulsão dos florentinos⁷. Esta correspondência permite-nos saber que Cotrugli exportou para Florença, enviando para Francesco, grandes quantidades de grã (*kermes vermilio*) e de *verzino*⁸, matérias-primas colorantes que interessavam à indústria têxtil florentina; e exportava, através da companhia de Nerone em Barcelona, panos de lã que, depois, fazia

¹ Pierre Hurtubise, *Une famille-Témoin: les Salviati* (Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1985), 497.

² Sergio Tognetti, *Il Banco Cambini. Affari e mercati di una compagnia mercantile-bancaria nella Firenze del Quattrocento* (Florença: Leo S. Olschki Editore, 1999), 223-224.

³ *Ibid.*, 238.

⁴ *Ibid.*, 227.

⁵ Maria Elisa Soldani, *Uomini d'affari e mercanti toscani nella Barcellona del Quattrocento* (Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010), 412.

⁶ Esteban Hernández Esteve, “Benedetto Cotrugli, precursor de Pacioli en la exposición de la partida doble”, *Cuadernos de Estudios Empresariales*, 2 (1992): 87-99.

⁷ Soldani, *Uomini*, 322.

⁸ Nome dado a uma madeira vermelha usada para tingir tecidos, também conhecida como *pau-brasil*. Dominique Cardon, “Échantillons de draps de laine des Archives Datini (fin XIVe siècle, début XVe siècle). Analyses techniques, importance historique”, *Mélanges de l'Ecole française de Rome. Moyen-Age* 103, n°1 (1991): 366.

chegar a Ragusa (atual Dubrovnik)¹. Segundo Luca Boschetto, a ligação ente estas duas figuras, Francesco de Nerone e Benedetto Cotrugli, revelou-se ainda no impacto na formação deste último enquanto mercador e que, posteriormente, culminaria na sua obra *Libro de l'arte de la mercatura*².

O interesse demonstrado por Francesco de Nerone no desenvolvimento da atividade mercantil na Península Ibérica é também visível através de uma outra companhia pisana, os Da Colle. Desde 1445 que os Da Colle, através do comércio de papel que produziam, estavam presentes em várias praças do Mediterrâneo, entre as quais Barcelona e Sevilha. Iacopo da Colle, um dos fundadores da companhia, colaborou com Francesco de Nerone, tendo chegado a constituir sociedade na década de 60 do século XV³. O ano de 1453 marca uma das primeiras operações em colaboração entre estes dois mercadores: a importação de couros a partir da praça de Lisboa, matéria-prima importante para a indústria florentina de então. Esta foi uma operação determinante para a atividade destes dois mercadores tendo conduzido a um acordo no qual se estabeleceu que Iacopo da Colle estaria encarregue dos negócios de couros da companhia Nerone⁴. A relevância deste negócio dos couros de Portugal está também patente quando Francesco de Nerone inaugurou a atividade da companhia em Pisa, tendo em conta que os primeiros registos do livro mastro do ano de abertura são relativos à compra e venda de couros vindos de Lisboa⁵. Estes primeiros registos dão-nos conta de que as aquisições continuaram dependentes de Iacopo da Colle, e dos seus agentes, até à abertura de uma filial Da Colle em Portugal, através do seu filho Michele da Colleatura em que transitou para uma atuação direta no mercado português. Os registos de Michele permitem-nos também conhecer a atuação da companhia Nerone de Pisa noutros negócios em Portugal, nomeadamente na venda de tecidos de seda e a sua ligação enquanto correspondentes financeiros no exterior para o desenvolvimento dos negócios de letras de câmbio⁶.

ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

O testemunho documental da atividade da companhia Neroni-Salviati encontra-se depositado na Scuola Normale Superiore de Pisa, no arquivo Salviati. Este arquivo possui uma impressionante coleção com cerca de 1700 livros de comércio, abrangendo um período cronológico que vai desde o século XIV ao XVIII, que pertenceram às companhias mercantis e bancárias que integraram este grupo comercial florentino. Tal como grande parte dos seus fundos, o conjunto Neroni-Salviati está ainda por explorar, sobretudo do ponto de vista do seu potencial para a história económica do Mediterrâneo Ocidental. A tipologia documental, tanto deste fundo em específico como no geral, não tem paralelo na Península Ibérica para o período em estudo e fornece dados excecionais sobre a realidade económica desse espaço geográfico. Sobre outros fundos deste arquivo

¹ Luca Boschetto, “Tra Firenze e Napoli. Nuove testimonianze sul mercante-umanista Benedetto Cotrugli e sul «Libro dell'arte di mercatura»”, *Archivio Storico Italiano* 163, nº 4 (2005): 699.

² *Ibid.*, 703-704.

³ Marcelo Berti, “La aziende da Colle: una finestra sulle relazioni commerciale tra la Toscana ed il Portogallo a metà del Quattrocento”, *Toscana e Portogallo: Miscellanea Storica* (Pisa: Edizioni ETS, 1994), 61-62.

⁴ *Ibid.*, 72-73.

⁵ Archivio Salviati, Serie I – Libri di Commercio, *Neroni e Salviati. Francesco Neroni e Averardo di Alamanno Salviati di Banco in Pisa*, reg. 11, c. 1.

⁶ Ana Clarinda Cardoso, “Os livros de contas do mercador Michele da Colle (1462-63): do registo contabilístico à atividade comercial e financeira na praça de Lisboa” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2016). Joana Sequeira, “A companhia Salviati-Da Colle e o comércio de panos de seda florentinos em Lisboa no século XV”, *De Medio Aevo* 7 (2015): 47-62. Joana Sequeira, “Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV” in *Con Gran Mare e Fortuna. Circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna*, ed. Nunziatella Alessandrini et al. (Lisboa: Cátedra A. Benveniste, 2015), 21-34.

destacam-se os trabalhos de Marcelo Berti¹ e Antonio Carlomagno². O primeiro foi pioneiro com um artigo sobre a companhia Da Colle em Portugal, revelando o potencial contido nessa documentação. Carlomagno, por sua vez, realizou um estudo de fundo sobre o Banco Salviati de Pisa, trabalho no qual era já salientada a pertinência de um estudo sobre o fundo Neroni-Salviati. Recentemente, o projeto internacional EnPRESa (2013-16)³, com a finalidade de analisar a ação do grupo Salviati nas várias praças europeias nos séculos XV e XVI, representou uma mudança metodológica no tratamento e interpretação deste tipo de fontes. Inseriram-se neste projeto, entre outros, os trabalhos de Joana Sequeira⁴ sobre os Da Colle e também a nossa dissertação de mestrado⁵. No que diz respeito à família Salviati e às relações familiares que estabeleceu ao longo da sua história, e que tiveram reflexos diretos na sua atividade comercial, contamos com a obra de Pierre Hurtubise⁶, apesar de não ter dados de relevo em específico sobre os Nerone. Em relação à família Nerone, o destaque vai para a obra sobre o *Palazzo Neroni* em Florença, edifício por eles habitado desde o século XV, na qual dispomos de um breve artigo no qual se procura abordar a história desta família, desde o seu aparecimento até à sua extinção⁷. Apesar de ser a obra que mais se dedicou à conhecer as origens e as trajetórias desta família, o principal foco dos autores é, sobretudo, a história do edificado.

No que diz respeito ao enquadramento bibliográfico para as relações entre Portugal e Itália durante a Idade Média, Virgínia Rau⁸ e Federigo Melis⁹ foram pioneiros na abordagem ao Arquivo Datini, mas a sua pesquisa ficou-se por uma fase preliminar. Luisa D'Arienzo, por seu turno, trouxe uma perspetiva de conjunto das relações dos grupos de italianos em Portugal e em Espanha, procurando uma análise cruzada de informações de fundos de vários arquivos¹⁰. São de destacar as conferências sobre as Relações luso-italianas do CHAM e ainda o projeto de abordagem prosopográfica da presença italiana em Portugal, que é o *Dicionário de Italianos Estantes em Portugal*¹¹. Sobre a presença de homens de negócios portugueses no Mediterrâneo Ocidental

¹ Berti, “La aziende da Colle”, 57-106.

² Antonio Carlomagno, *Il Banco Salviati di Pisa: commercio e finanza di una compagnia fiorentina tra il 1438 e il 1489*. Tomo I e II (Pisa: Universidade de Pisa, 2009).

³ *Entreprise, Négoce et Production en Europe (XIVe- XVIe siècles). Les compagnies Salviati*. Financiado pela Agence Nationale de la Recherche (ANR-12-BSH1-0010): <http://salviati.hypotheses.org/sample-page>

⁴ Sequeira, “A companhia Salviati-Da Colle”, 47-62. E Sequeira, “Michele da Colle”, 21-34.

⁵ Cardoso, “Os livros de contas do mercador”.

⁶ Pierre Hurtubise, *Une famille-Témoin: les Salviati* (Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1985).

⁷ Paola Benigni, *Palazzo Neroni a Firenze: storia, architettura, restauro*. (Firenze: EDIFIR, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Sovrintendenza Archivistica per la Toscana, 1996).

⁸ Virgínia Rau, “Aspectos do «trato» da «adiça» e da «pescaria» do «coral» nos finais do século XV.”, *Do Tempo e da História*, 5 (1972): 143-157. V. Rau, “Bartolomeu di Iacopo di ser Vanni mercador-banqueiro florentino «estante» em Lisboa nos meado do século XV”, *Do Tempo e da História*, IV (1971): 97-177. V. Rau, “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini”, *Estudos de História: mercadores, mercadorias e pensamento económico* (Porto: Editorial Verbo, 1968), 13-58. V. Rau, “Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato”, *Estudos de História: mercadores, mercadorias e pensamento económico* (Porto: Editorial Verbo, 1968), 21-22. V. Rau, “Privilégios e Legislação Portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (sécs. XV e XVI)”, *Estudos de História: Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico* (Lisboa: Editorial Verbo, 1968), 15-30.

⁹ Federigo Melis, “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo nel XV secolo” in *Fremde Kaufleute Auf Der Iberischen Habinsel*, ed. H. Kellenbenz (Colónia: Böhlau Verlag, 1970), 56-73.

¹⁰ Luisa D'Arienzo, *La presenza italiana in Spagna al tempo di Colombo* (Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2010). D'Arienzo, *La presenza degli Italiani in Portogallo al tempo di Colombo* (Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2003).

¹¹ “Dicionário de Italianos Estantes em Portugal”, Lisboa, CHUL, Universidade de Lisboa, 2004. Disponível em: <http://www.catedra-alberto-benveniste.org/dic-italianos.asp>.

salientam-se os estudos de Filipe Themudo Barata¹, e ainda os de Luís Adão da Fonseca² relativos à articulação da presença do reino português neste espaço.

Mais recentemente, a obra de Francesco Guidi-Bruscoli sobre um mercador italiano em Portugal representa um importante modelo metodológico a seguir, patente no cruzamento de várias fontes e na diversificação de perspetivas de análise³. Assumem-se também como modelo os estudos sobre outras companhias comerciais contemporâneas da de Francesco de Nerone, como os Medici⁴, os Cambini⁵; e ainda os trabalhos de Richard Goldthwaite sobre a economia florentina, que evidencia o papel dos diferentes homens de negócio no desenvolvimento das organizações e das redes mercantis⁶. A importância destes autores e destas obras é acrescida pelo profundo conhecimento técnico da documentação de empresa, nomeadamente letras de câmbio, e a forma de escrituração contabilística medieval, essencial à prossecução deste projeto⁷. Ainda dentro desta metodologia de utilização de obras relativas a outras companhias comerciais contemporâneas da de Francesco de Nerone, importa lembrar os trabalhos que foram produzidos no já citado projeto EnPRESa, bem como as teses realizadas sob a supervisão de Federigo Melis enquanto Professor na Universidade de Pisa. Foram mais de 20 as teses de licenciatura realizadas com base nos fundos do arquivo Salviati, mas apenas chegaram até aos nossos dias uma que diz respeito ao estudo da Companhia Rabatta-Salviati de Bruges (1461-62)⁸ e uma outra relativa à presença dos Salviati em Constantinopla no final do século XV⁹. Também é importante ainda referir o trabalho de grande minúcia elaborado por Florence Edler na constituição de um glossário de termos técnicos medievais aplicados ao mundo dos negócios e que será um apoio importante para a leitura e interpretação destas fontes¹⁰.

¹ Filipe Themudo Barata, *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998).

² Luís Adão da Fonseca, "Portugal na Península Ibérica: horizontes marítimos, articulação política e relações diplomáticas (séc. XII-XVI)" in *Las Españas medievales*, coord.. Julio Valdeón Baroque (Universidad de Valladolid, 1999), 83-94. Fonseca, "La conciencia de Europa en el horizonte de la expansión portuguesa (Siglos XV-XVI)" in *Europa, proyecciones y percepciones históricas*, coord.. Angel Vaca Lorenzo (Universidad de Salamanca, 1997), 133-148. Fonseca, *Portugal entre dos mares* (Madrid: Editorial Mapfre, 1993).

³ Francesco Guidi-Bruscoli, *Bartolomeo Marchionni «Homem de grossa Fazenda» (ca. 1450-1530). Un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese* (Florença: Leo S. Olschki Editrice, 2014).

⁴ De Roover, *Il Banco Medici*.

⁵ Tognetti, *Il Banco Cambini*.

⁶ Richard Goldthwaite, *The economy of Renaissance Florence*, (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009). Franco Franceschi (coord.), *Il Rinascimento italiano e l'Europa: Commercio e cultura mercantile*. Vol. IV, (Fondazione Cassamarca, 2007). R. Goldthwaite, *Private Wealth in Renaissance Florence: a study of four families*. (Princeton: Princeton University Press, 1968).

⁷ F. Guidi-Bruscoli, "La banca, la lettera di cambio e il commercio internazionale" in *Il denaro e la bellezza. I banchieri, Botticelli e il rogo delle vanità*, ed. Ludovica Sebgondi e Tim Parks (Florença: Giunti Editore, 2011), 59-67. F. Guidi-Bruscoli, "Le tecniche bancarie" in *Il Rinascimento italiano. Commercio e cultura mercantile*, coord. Franco Franceschi (Treviso : Fondazione Cassamarca – Angelo Colla Editore , 2007), 543-566. De Roover, *L'évolution de la Lettre de Change, XIVe-XVIIIe siècles*. (Paris: École Pratique des Hautes Études, 1953). Adrian R. Bell; Chris Brooks; Tony K. Moore, "Cambium non est mutuum: exchange and interest rates in medieval Europe". *The Economic History Review*. 00: 0 (2016): 1-24.

⁸ Alberto Petri, *La Piazza di Bruges come rivive nel periodo 1461-1462 attraverso il «Libro Grande Rosso segn. G» della Compagnia di Giovanni Salviati e Piero da Rabatta* (Tesi di Laurea, Università degli Studi di Pisa, 1961-62).

⁹ Rita Ricci, *Contributo alla conoscenza del mercato di Costantinopoli alla fine del '400 (Compagnia di Giovanni di Marco Salviati)* (Tesi di Laurea, Università degli Studi di Pisa, 1961-62).

¹⁰ Florence Edler, *Glossary of Medieval Terms of Business. Italian Series 1200-1600*, (Cambridge, Massachusetts: The Mediaeval Academy of America, 1934).

Quando pensamos no enquadramento bibliográfico para a Península Ibérica, o projeto dirigido por Gonzalez Arévalo, sobre a presença italiana no Sul, relançou a temática historiográfica sobre este espaço, destacando a importância do cruzamento das fontes italianas com as locais¹. No mesmo sentido tinham apontado os estudos de David Igual Luis sobre mercadores italianos em Valência e Aragão², particularmente no caso de letras de câmbio com Itália provenientes de registos notariais valencianos³. No caso concreto da cidade de Barcelona, evidencia-se a tese de Maria Elisa Soldani, que analisa em pormenor a ascensão e queda desta praça financeira no século XV num contexto de guerra civil e a sua temporária substituição pela cidade de Valência⁴, acontecimento para o qual o fundo Neroni-Salviati pode contribuir com novos dados. Esta obra afigura-se importante pois permite-nos ter a perspetiva de Barcelona, e da documentação existente para o tema das companhias comerciais e das rotas mercantis nessa cidade, funcionando como um bom apoio ao nosso projeto, tal como os demais trabalhos relativos a Valência.

FONTES E CRONOLOGIA

Em relação às fontes, o presente projeto de doutoramento centrar-se-á na atividade comercial e financeira da companhia Neroni-Salviati de Pisa (1454-1470), e tem como objeto de estudo os dez livros de contas desta companhia⁵. Apesar de os negócios da companhia Nerone se estenderem pelo Mediterrâneo Ocidental e Norte da Europa, o principal foco do nosso projeto são as relações que a companhia detinha nas várias cidades e portos do sul da Península Ibérica. A título de nota, importa referir que o fundo Neroni-Salviati é composto por 10 livros, sendo que, contudo, apenas nove dizem respeito à companhia pisana deste mercador. O último livro é o único que chegou até nós da companhia que Francesco de Nerone detinha na cidade de Florença e não está o âmbito deste projeto. A completar os dez livros deste conjunto documental, durante o trabalho de pesquisa no arquivo, verificamos que no fundo de uma outra companhia pertencente ao grupo Salviati, os Da Colle⁶, um dos livros de contas estava equivocadamente catalogado sendo, na verdade, parte integrante do fundo da companhia Neroni.

O conjunto documental destes livros de contabilidade compreende o período entre 1454 e 1470, e, assim, define também o espaço cronológico do nosso projeto. Estes nove livros estão divididos em diferentes categorias: 4 livros *mastri* (ou *debitori e creditorì*), 2 de entrada e saída (*entrata e uscita*), 1 caderno de caixa (*quaderno di chassa*), 1 de *ricordanze* e 1 de câmbios. Os principais registos são os livros *mastri* (em português, Livro Razão), tendo em conta que é nestes que se realiza uma contabilidade de síntese na qual se estruturam as informações tendo por base uma organização por contas pessoais, de clientes, de fornecedores e de mercadorias, sendo também conhecidos como livros de contabilidade de síntese. Os demais livros possuem diferentes

¹ Raúl González Arévalo, “Presencia diferencial italiana en el sur de la Península Ibérica en la Baja Edad Media. Estado de la cuestión y propuestas de investigación”, *Medievalismo, Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, 23 (2013): 175-208.

² David Igual Luis; Paulino Iradiel Murugarren, “Del Mediterráneo al Atlántico. Mercaderes, productos y empresas italianas entre Valencia y Portugal (1450- 1520)” in *Portogallo mediterraneo*, ed. Luís Adão da Fonseca e Maria Eugenia Cadeddu (Cagliari: Istituto sui rapporti italo- iberici, 2011), 143-194. Igual Luis, “Los agentes de la banca internacional: cambistas y mercaderes en Valencia”, *Revista d'Historia Medieval*, 11 (2000): 105- 138. Igual Luis, *Valencia e Italia en el siglo XV: rutas, mercados y hombres de negocios en el espacio económico del Mediterráneo occidental*, (Valência: Universitat de València, 1996).

³ Igual Luis, “Letras de Cambio de Cagliari a Valencia (1481-1499)”, *Archivio Storico Sardo*, vol. XLIX, (2014): 207-305.

⁴ Soldani, *Uomini*.

⁵ Archivio Salviati (AS), Serie I – Libri di Commercio, Neroni e Salviati Francesco Neroni e Averardo di Alamanno Salviati di Banco in Pisa, reg. 13, 14, 15, 16, 17, 18. 19, 20, 21, 22 e 23.

⁶ AS, Serie I – Libri di Commercio, Da Colle e Salviati. Giovanni Da Colle e Averardo di Alamanno Salviati, di Banco in Lisbona, reg. 6.

níveis de informação sobre cada uma das operações e estão ligados, através de um sistema de remissões, aos diversos livros mastros. Desta forma, consegue-se depreender que o conjunto documental é interdependente e requer um constante cruzamento de dados. Por exemplo, o *mastro* A, que se reporta ao período 1454-56, tem associados o *quaderno di chassa* A e o livro de *entrata e uscita* A, ambos para o mesmo período. No *quaderno di chassa* A, encontramos os registos mais pormenorizados das operações que, posteriormente, foram registadas no livro mastro e que nos permitem reconstituir os diferentes momentos de uma operação. De uma forma breve, a uma despesa de aquisição de couros de Lisboa no livro mastro que apenas nos dá a conhecer quantidades adquiridas, valores envolvidos e fornecedores, corresponde um conjunto de registos no *quaderno di chassa* A que nos permitem saber quem foi o responsável pelo transporte, qual a tipologia da embarcação e o seu proprietário, os impostos pagos até à chegada às instalações da companhia Nerone-Salviati de Pisa, bem como outros custos associados a esta operação. Por sua vez, o livro de *entrata e uscita* A, que se encontra incompleto, constitui um conjunto de registos diários que nos devolvem poucas informações sobre as operações dividido em duas secções: as operações de que constituem uma receita para a companhia (*entrata*) e as que correspondem a uma despesa (*uscita*).

ESTRUTURA PROVISÓRIA E OBJETIVOS

A definição da estrutura, desde o momento inicial, está interligada com os principais objetivos da dissertação que se dividirá em quatro partes. A primeira será dedicada a uma análise de carácter arquivístico e de tipologia das fontes, essencial atendendo à sua particularidade técnica. Aqui, a principal dificuldade que antevemos está ligada com uma clara definição e identificação das funções de todos estes livros comerciais, tendo em conta que, mesmo dentro do próprio núcleo florentino, há diferenças substanciais nas funções de determinados livros que, à partida, serviriam o mesmo propósito. Como forma de colmatar esta dificuldade, iremos proceder a um levantamento das informações que os livros para mercadores dispõem sobre estes livros de contabilidade, e outros cadernos que compõem a atividade desta companhia comercial, por forma a conseguirmos definir cada um dos diferentes livros que constituem o corpo das fontes compulsadas. Este levantamento terá como base a obra de Giovanni da Uzzano (*La pratica della mercatura* – 1442)¹, Benedetto Cotrugli (*Il libro dell'arte di mercatura* – 1458)² e Luca Pacioli (*Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornalità* – 1494)³, que também irão ser utilizados pelas informações que contêm sobre a prática contabilística, os câmbios e informações sobre as mercadorias e portos incluídos no nosso projeto. A elaboração deste primeiro ponto vai ainda permitir-nos catalogar as práticas contabilísticas utilizadas pela companhia, identificar as especificidades e contribuir para a definição das tipologias e características da “documentação de empresa”.

Na segunda parte, será dada atenção ao grupo e à companhia mercantil. Procurar-se-á abordar a história da companhia Salviati e da Nerone, para perceber de que forma surge a parceria comercial entre ambas. Esta análise passará pela história pessoal e familiar dos seus protagonistas, de modo a perceber quem são, as suas origens,

¹ A obra de Giovanni di Antonio da Uzzano está publicada em: Giovanni Francesco Pagnini della Ventura, *Della Decima e di varie altre gravezze imposte dal Commune di Firenze; della moneta e della mercatura de' Fiorentini fino al secolo XVI. Contenente la pratica della mercatura scritta da Giovanni di Antonio da Uzzano nel 1442*, tomo IV (Florença: Lisbona e Lucca, 1765-66): https://www.europeana.eu/portal/it/record/2048604/data_item_onb_abo__2BZ178517603.h tml

² Benedetto Cotrugli; Ugo Tucci (pub.), *Il libro dell'arte di mercatura* (Venezia: Arsenale, 1990).

³ Esteban Hernández Esteve, *De Las Cuentas Y Las Escrituras. Estudio Introductorio Sobre La Vida Y Obra De Luca Pacioli*, (Madrid: Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, 1994). Neste trabalho temos a transcrição e tradução, para castelhano, da obra de Luca Pacioli.

a sua inserção na sociedade florentina e que tipo de relações existem entre ambos. Um ponto que versará também sobre a estruturação da companhia, de génese familiar, e que procurará compará-la com outras companhias do grupo Salviati e da região da Toscana. O objetivo, em primeiro lugar, é aferir a posição da companhia Neroni-Salviati no seio do grupo económico que integrava e, em segundo, no panorama das companhias mercantis florentinas de então. Nesta linha metodológica, será também elaborada uma análise comparativa do desenvolvimento dos negócios entre os Neroni-Salviati, estantes em Pisa, e os Da Colle, com um período de mais de uma década de atuação direta em Portugal, por forma a perceber como se interligam os negócios de ambas, se há uma utilização de estruturas e das redes sociais e económicas de interesses estabelecidas pelos Neroni-Salviati, e em que ponto as atividades das duas companhias se cruzam.

A terceira e quartas partes dividem-se de acordo com o tipo de atividade económica: comercial ou financeira. A metodologia aplicada a ambas terá como finalidade última traçar o perfil dos negócios da companhia através de um estudo transversal ao espaço geográfico abrangido neste projeto. Far-se-á um levantamento exaustivo dos dados, que serão organizados numa base. Procurar-se-á, em cada uma das partes, identificar todos os agentes de negócios intervenientes (mercadores, parceiros comerciais, correspondentes, produtores) e definir os níveis de ligação existentes entre estes e a companhia em estudo. No caso dos correspondentes externos, a sua identificação e definição do tipo de relação com a companhia são decisivas para compreender a forma de estabelecimento dos contactos nas diferentes praças comerciais e determinar os eventuais fatores de preferência por determinados locais. A identificação das múltiplas figuras presentes nos registos permitirá reconstituir a rede social de interesses da companhia, aferindo os critérios que sustentam a sua constituição e evolução, que ultrapassa o âmbito económico e nos permitirá entrever eventuais jogos políticos e institucionais associados.

Na parte específica da atividade comercial, será feito um levantamento das embarcações, das tripulações e dos percursos. A identificação destes últimos reveste-se de grande importância para perceber o papel articulador desempenhado pelas rotas comerciais no mundo mediterrânico. Serão também elencados os produtos exportados e importados, como matérias-primas ou produtos acabados, que serão analisados em função dos diversos locais de proveniência e destino, e também os serviços associados a este tipo de atividade (transporte e armazenamento). No caso específico da atividade financeira, serão analisados individualmente os respetivos instrumentos (letras de câmbio, letras de crédito, empréstimos, pagamentos a crédito), e ainda dados sobre as principais praças financeiras, as moedas utilizadas e as taxas de câmbio, bem como a identificação dos juros e outras verbas associadas a operações de crédito. Apesar de pertencerem a partes distintas da estrutura, a metodologia aplicada é coincidente no que toca à criação de bases de dados quer para a atividade comercial quer para a financeira. Assim, no que respeita às operações comerciais, é preciso definir o tipo de mercadoria transacionada, a tipologia de operação (venda, compra, permuta, importação, exportação), os clientes ou fornecedores, e qual o método de pagamento (se efetivo ou a crédito, e neste caso qual o prazo para pagamento). Em relação às operações financeiras, é necessário identificar o instrumento, a moeda utilizada, as taxas de conversão (no caso de utilização de moeda estrangeira), as figuras envolvidas e o respetivo papel desempenhado. Em relação a este ponto, cabe fazer uma distinção: podemos estar perante instrumentos financeiros que tiveram como finalidade o pagamento de operações comerciais, mas também encontramos operações do foro da banca, através da transferência de depósitos entre bancos associados à companhia.

Posteriormente, cruzar-se-ão todos estes dados com duas finalidades: definir as motivações da escolha de determinadas praças e portos, lembrando as características intrínsecas de cada um, e perceber a sua articulação nos negócios da companhia; e caracterizar as estratégias comerciais e financeiras que os Neroni-Salviati estabelecem na costa mediterrânica da Península Ibérica até Portugal, contribuindo assim para um conhecimento profundo dos fatores de integração económica e social desses espaços. Paralelamente a este trabalho, será tido em conta uma análise da rede mercantil da

companhia Neroni e da evolução do seu trato comercial face aos contextos históricos inerentes.

A Peste Negra no Portugal de Trezentos: Impacto e Consequências – Um projeto de doutoramento

André Filipe Oliveira da Silva¹
Universidade do Porto

Resumo

A Grande Peste de 1347-53, vulgarmente conhecida como Peste Negra, é um dos eventos medievais mais famosos e um daqueles a que mais importância e influência no devir é concedida. O estudo integrado da Peste como fenómeno natural e histórico tem sofrido avanços consideráveis nos últimos anos, mas encontra-se ainda numa fase incipiente em Portugal. Este projeto propõe-se, através do estudo exaustivo da documentação portuguesa do século XIV respeitante a duas regiões – Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana –, medir o impacto desse fenómeno e integrar as consequências dessa primeira grande peste da 2ª pandemia de peste bubónica no curso dos acontecimentos que marcaram a centúria de Trezentos em Portugal. Recorrendo sobretudo a fontes indiretas, como a alteração nas relações de exploração da terra, da monetarização da economia, nas relações de trabalho, na produção documental, procurarei complementar a informação proveniente de fontes mais tradicionais com os dados de outras disciplinas complementares que, mesmo partilhando o estado incipiente com o estudo histórico da Peste, poderão contribuir decisivamente para a elaboração de novas leituras, interpretações, perguntas e respostas sobre o tema.

Palavras-chave

Peste Negra, Peste Bubónica, Epidemiologia Histórica, Portugal Medieval

Abstract

The Great Plague of 1347-53, commonly known as Black Death, is one of the most famous medieval events, and one of those whose influence and importance is more recognized. The integrated study of Plague as a natural and historical phenomenon had extraordinary advances in the last few years. However, this is not the Portuguese reality, where it keeps being in an early stage of research and development. With this project, I propose to study exhaustively the Portuguese documentation from the 14th century produced in two specific regions – Entre-Douro-e-Minho and Entre-Tejo-e-Odiana, - to measure the impact of Black Death, and to integrate its consequences of that first occurrence of the second pandemic of bubonic plague within the events that marked the Portuguese 14th century. Using mainly indirect primary sources, I will try to understand the role of Black Death analyzing the changes in land use and exploration, working relations, monetarization of economy, the volume of documentary production and its production flows, etc. At the same time, I will try to complete the information collected in traditional sources with data from complementary sciences that, although in a similar early stage in Portugal, may already allow new historical readings, interpretations, new questions and answers about this theme.

Keywords

Black Death, Bubonic Plague, Historical Epidemiology, Medieval Portugal

TEMA, PROBLEMAS, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO

A Peste Negra, nome pelo qual se convencionou designar o surto inaugural da Segunda Pandemia de Peste que varreu a Europa, o Médio Oriente e o Norte de África entre 1347 e 1353, após um certo, mas pouco conhecido percurso desde o Extremo Oriente, é um dos temas mais tratados da historiografia europeia. Determinar o seu

¹ Bolseiro de Doutoramento da FCT (SFRH/BD/122385/2016), investigador do CITCEM (UP) e colaborador do CIDEHUS (UÉ).

impacto e medir as suas consequências foram os principais pretextos para estudar este fenómeno complexo e global. As suas dimensões ultrapassam as da sociedade humana, misturando-se numa teia intrincada de fatores ecológicos, climatológicos e antropológicos, cuja combinação provocou uma tempestade epidémica perfeita. As características deste fenómeno tornam-no particularmente interessante para estudos de análise transversal: arte, cultura e mentalidades, economia, sociedade e política.

Enquanto bolseiro do CIDEHUS, em Évora, a documentação parecia estranhamente silenciosa sobre esse evento, fazendo crer até numa evolução demográfica e económica positiva na região eborense após 1350. Decidi, então, dedicar o meu projeto de doutoramento ao estudo da Peste, sobretudo ao do primeiro grande surto que atingiu Portugal na segunda metade de 1348, definindo como espaços de análise duas regiões medievais portuguesas muito distintas: o Entre-Douro-e-Minho e o Entre-Tejo-e-Odiana. No primeiro caso, temos um povoamento disperso, mas denso, numa região marcada pelo elemento senhorial e por uma organização social do espaço consolidada já desde há alguns séculos aquando da Peste. A segunda região, geograficamente muito mais extensa, mas escassamente povoada, estava numa fase relativamente precoce da sua reorganização social, após séculos como região de fronteira disputada entre poderes cristãos e islâmicos. Estas regiões afiguram-se como um excelente ponto de partida para uma análise comparativa entre dois territórios pertencentes ao mesmo reino, que, sendo diametralmente opostos nas suas características geoambientais e nos seus antecedentes históricos, com reflexos óbvios no elemento humano e nas condicionantes da sua ocupação, poderão fornecer um retrato heterogéneo do impacto e das consequências de um cataclismo epidémico como o da Peste Negra. Outras regiões com enorme potencial ficam de fora: as Beiras e a Estremadura, por exemplo. Porém, as condicionantes temporais e o desejo de analisar duas realidades díspares, previsivelmente contrastantes e territorialmente descontínuas, onde soluções diversas de exploração económica e de ocupação social reflitam reações distintas a um mesmo problema, fizeram-me optar por estes dois territórios.

Prevê-se a recolha de todos os atos notariais e de outros diplomas produzidos ou dirigidos às antigas comarcas em análise entre 1310 e 1379. Estas datas não se definem por eventos em particular, mas pela proximidade destes. Na Europa Ocidental, a década de 1310 foi marcada por períodos de graves crises frumentárias, provocadas por anos sucessivos de condições climatéricas adversas, sobretudo entre 1315 e 1322. Iniciar a recolha de dados numa data que antecede em poucos anos o aparecimento dos primeiros grandes fatores de instabilidade à escala continental permitirá recolher informações e traçar um quadro de evolução nas duas regiões ao longo de várias décadas onde se registam problemas de abastecimento cerealífero, guerras – civil, com Castela e contra Mouros –, e até crises de mortalidade cuja responsabilidade não é ainda clara e, provavelmente, se deveram à combinação de fatores económicos, climatéricos e epidemiológicos, como é o caso da intrigante mortandade dos anos 1331-1333. Apenas com esta análise às décadas que antecederam a Peste Negra se poderá perceber a dimensão do seu impacto e as diferenças entre o antes e o depois, sem sobre ou subvalorizar a sua importância, e enquadrando-a devidamente no conjunto dos eventos desestabilizadores que marcaram o século XIV. O *terminus ad quem* avança também alguns anos após a promulgação da *Lei das Sesmarias*, (1375), permitindo, por um lado, perceber o seu alcance e, por outro, analisar sete décadas completas, com a Peste acontecendo mais ou menos a meio. Se a Peste Negra e os surtos que lhe sucederam tiveram um impacto indelével, as sucessivas guerras – e em 1379 estavam já disputadas - e perdidas - duas Guerras Fernandinas –, os fatores climáticos desfavoráveis e as convulsões sociais terão uma parte importante no processo que conduziu a soluções legislativas como a Lei das Sesmarias, cujo alcance prático, de resto, é difícil de medir.

ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Vive-se um período entusiasmante no estudo da Peste: em 2011, uma equipa liderada por Kirsteen I. Bos publicou os resultados de uma investigação que conseguiu

sequenciar o genoma da *Yersinia Pestis*, o agente patogénico que provoca a Peste nas suas diversas formas, a partir de restos mortais de vítimas da Peste Negra¹; assim, foi confirmada a opinião generalizada de que a Bubónica foi efetivamente o principal agente – ainda que possa não ter sido o único – na mortalidade generalizada de meados do século XIV. Ao longo dos quase dois séculos com que a historiografia moderna da Peste já conta, o estudo do tema foi-se alargando a novos métodos e possibilidades, renovando-se quando uma doença infecciosa se torna (ou se volta a tornar) ameaçadora – sucessivamente a cólera, o tifo, a tuberculose, a gripe, a SIDA, e, nos últimos anos, o ébola, o zika, e muitas doenças consideradas controladas ou quase extintas, como a própria peste, o sarampo e a difteria, que voltam a ser preocupantes –, beneficiando com a tecnologia e produzindo um manancial bibliográfico numerosíssimo que nos legou um estudo monográfico ou analítico relativamente ao tema com enfoque local, regional ou nacional sobre quase todas as áreas da Europa, Médio Oriente e Norte de África; por outro lado, também as análises globais, coletivas e interdisciplinares têm avançado de forma extraordinária². A historiografia portuguesa contrasta com essa abundância, e os frutos ainda não vão além de um pequeno número de breves ensaios, com destaque para o trabalho dirigido por Virgínia Rau,³ e para os artigos assinados por Humberto Baquero Moreno,⁴ Maria Helena da Cruz Coelho,⁵ e, mais recentemente, Mário Jorge Barroca.⁶ A exceção faz-se pelo estudo introdutório que Mário da Costa Roque fez à edição do *Regimento Proveytoso Contra Ha Pestenença*, ainda que, neste caso, o autor tenha feito sobretudo um trabalho de revisão bibliográfica.⁷ Por vezes, o tema surge integrado num estudo alargado, sobretudo sob uma perspetiva local, no qual se destacam as teses e dissertações sobre núcleos urbanos ou áreas rurais. Contudo, não sendo este o foco da análise, as eventuais consequências podem surgir matizadas. Destaco, para as monografias de cidades e vilas, as teses de doutoramento de Maria da Conceição Falcão

¹ Kirsten I. Bos, Verena J. Schuenemann, G. Brian Golding, Hernán A. Burbano, Nicholas Waglechner, Brian K. Coombes, Joseph B. McPhee, Sharon N. DeWitte, Matthias Meyer, Sarah Schmedes, James Wood, David J. D. Earn, D. Ann Herring, Peter Bauer, Hendrik N. Poinar, Johannes Krause. “A draft genome of *Yersinia pestis* from victims of the Black Death”. [pdf] *Nature* 478: 506–510. doi:10.1038/nature10549

² Neste contexto, não faria sentido fazer uma lista que abrangesse todos os estudos locais. Destaco, para a perspetiva global, o clássico de Jean-Noël Biraben, *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, 2 vols. (Paris: Mouton, 1975-1976), a síntese do norueguês Ole J. Benedictow, *The Black Death 1346-1353: The Complete History* (Woodbridge: The Boydell Press, 2004) e a abordagem global, coletiva e multidisciplinar de *The Medieval Globe* 1, 1 (2015) - *Pandemic Disease in the Medieval World: Rethinking the Black Death*, número inaugural e especial editado por Monica H. Green e disponível em acesso livre em <https://scholarworks.wmich.edu/tmg/vol1/>.

³ Virgínia Rau, dir., *Para o Estudo da Peste Negra em Portugal*. Separata de *Bracara Augusta*, vol. 14-15, nº 1-2 (1963), colaborando neste estudo Iria Gonçalves, Humberto Baquero Moreno, Luís Oliveira Ramos, coordenados por A. H. de Oliveira Marques.

⁴ Humberto Baquero Moreno, “A Peste Negra e os legados à Igreja,” *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique VI* (1996): 133-143; “Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85,” *Bracara Augusta* tomo XXXVII, fasc. 83-84 (1983): 373-386; “Um testamento concebido durante a Peste Negra,” *Bracara Augusta* tomo XXXII, fasc. 73-74 (85-86), (Jan.Dez. 1978): 125-141.

⁵ Maria Helena da Cruz Coelho, “Um Testamento Redigido em Coimbra no Tempo da Peste Negra,” *Revista Portuguesa de História* XVIII (1980): 312-331.

⁶ Mário Jorge Barroca, “A peste negra na epigrafia medieval portuguesa”, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos, vol. 3 (Porto: Universidade de Porto. Faculdade de Letras, 2003), 1159-1166.

⁷ Mário da Costa Roque, *As pestes medievais europeias e o "regimento Proueytoso vontra ha pestenença"* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979).

Ferreira, sobre Guimarães,¹ e de Maria Ângela Beirante, sobre Évora,² e, para o meio rural, a tese de doutoramento de Maria Helena da Cruz Coelho.³

Um dos problemas que se colocam a este projeto passa pela falta de desenvolvimento em Portugal, ou de estudos sobre Portugal, nas disciplinas que têm permitido saltos extraordinários no estudo das epidemias históricas, em colaboração com os historiadores *tout court*. Assim, no que toca à climatologia histórica e às análises dendrocronológicas, paleogenómicas, arqueozoológicas e paleopatológicas, por exemplo, o melhor que poderei fazer é recorrer aos estudos de além-fronteiras e colocar todas as hipóteses, sem poder verdadeiramente estabelecer comparações. Há, portanto, uma dimensão provisória em todo este trabalho que, porém, é necessária e deverá servir como ponto de partida para futuras abordagens coletivas multidisciplinares que se foquem no caso português.

FONTES

São cerca de 80 os fundos documentais, preservados em mais de dezena e meia de arquivos, que serão alvo desta recolha, sendo provenientes da Administração Central e Local e de instituições localizadas nas regiões em estudo ou sendo possuidoras de importantes patrimónios nelas. Estando a terminar o primeiro de quatro anos de projeto, a recolha documental em alguns destes fundos foi já concluída, ou encontra-se bastante adiantada. Neste momento,⁴ o levantamento de dados conta já com cerca de 6000 atos notariais e outros diplomas, prevendo-se um número final que rondará os 9000 documentos. A seguinte tabela integra os fundos analisados e a analisar:

ARQUIVO	FUNDOS e COLEÇÕES
Arquivo Nacional da Torre do Tombo	Mitra Arquiepiscopal de Braga, Colegiada de Santa Maria de Barcelos, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Colegiada de Santo Estêvão de Valença, Colegiada de São Martinho de Cedofeita, Mosteiro do Salvador da Maia, Mosteiro de São Simão da Junqueira, Mosteiro de Santa Maria de Landim, Mosteiro de São Miguel de Vilarinho, Mosteiro do Salvador de Paderne, Mosteiro de Santa Maria de Refoios do Lima, Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, Mosteiro de Santo Estêvão de Vilela, Mosteiro de São Martinho de Caramos, Mosteiro de Santa Maria da Oliveira de Vermoim, Mosteiro do Salvador de Grijó, Mosteiro de São Pedro de Pedroso, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, Mosteiro de Santo Tirso, Mosteiro de São João Baptista de Pendorada, Mosteiro de São Romão do Neiva, Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, Mosteiro de São Bento de Avé-Maria do Porto, Mosteiro do Salvador de Vila Cova de Sandim, Convento do Salvador de Vilar de Frades, Convento de Santa Clara de Guimarães, Convento de Santa Clara de

¹ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães - 'Duas Vilas, Um Só Povo'. Estudo de História Urbana (1250-1389)* (Braga: CITCEM, 2010).

² Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995).

³ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média* (Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989).

⁴ Este número diz respeito a outubro de 2018. Aquando da apresentação no Workshop, o número rondava os 3000 documentos.

	Portalegre, Convento de Santa Clara do Porto, Convento de Santa Clara de Vila do Conde, Convento de São Domingos do Porto, Mosteiro de Santo André de Ancede, Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura, Coleção Especial, Chancelaria Régia, Gavetas, Leitura Nova, Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Documentos Avulsos, Mosteiro do Salvador de Vairão, Mosteiro de São Pedro de Roriz, Leis e Ordenações.
Arquivo Distrital de Braga	Gavetas do Cabido, Coleção Cronológica, Santa Casa da Misericórdia de Braga.
Arquivo Distrital do Porto	Cabido da Sé do Porto, Mitra da Sé do Porto, Convento de São Francisco do Porto, Convento de Santo André de Ancede, Convento de São João Baptista de Pendorada, Convento de São Pedro de Roriz.
Arquivo Distrital de Évora	Santa Casa da Misericórdia de Évora, Arquivo Histórico Municipal de Évora, Câmara Eclesiástica de Évora.
Arquivo Distrital de Portalegre	Convento de São Domingos de Elvas.
Arquivo da Universidade de Coimbra	Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Mosteiro de São Pedro de Pedroso, Mosteiro de São Fins de Frestas, Mosteiro de São João de Longos Vales, Mosteiro de São Pedro de Roriz, Mosteiro do Salvador de Moreira.
Arquivo Municipal de Guimarães	Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Mosteiro de Souto, Irmandade de São Crispim e São Crispiano, Pergaminhos da Câmara.
Arquivo Municipal de Ponte de Lima	Coleção de Pergaminhos.
Arquivo Municipal de Viana do Castelo	Pergaminhos do fundo especial da Câmara, Cartas Régias.
Arquivo Histórico Municipal do Porto	Câmara Municipal do Porto, João Martins Ferreira.
Arquivo Histórico Municipal de Elvas	Pergaminhos, Pergaminhos de Santa Maria da Alcáçova.
Arquivo da Sé de Évora	Cabido da Sé de Évora, Bacharéis da Sé de Évora, Mitra da Sé de Évora.
Arquivo da Sé de Portalegre	Igreja de Santa Maria dos Açougues de Elvas.
Biblioteca Pública de Évora	Pergaminhos Avulsos, Convento de São Domingos de Évora, Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos, Mosteiro de São Bento de Cástris, Convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa, Convento de São Francisco de Évora, Convento de São João Evangelista de Évora, Convento de São Paulo

	da Serra de Ossa, Convento de Nossa Senhora do Espinheiro, Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora.
Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães)	Núcleo de Documentação Abade de Tagilde.

Esta lista poderá ainda sofrer alterações ao longo do projeto, havendo alguns acrescentos em estudo: documentos do Archivo Historico Diocesano de Tui relativos ao antigo Arcediado de Valença e alguma documentação medieval respeitante ao território de Olivença, ainda a localizar.

A estes documentos inéditos, juntam-se também fontes publicadas. No plano nacional, serão importantes os volumes de Cortes dos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, as chancelarias de D. Afonso IV e de D. Pedro, assim como os volumes publicados da chancelaria de D. Dinis. De igual modo, a documentação pontifícia relativa a Portugal será consultada nos *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Por outro lado, também diversos documentos preservados em coleções ou arquivos privados, e que foram alvo de publicação, serão consultados nas suas versões publicadas.¹

METODOLOGIA

A recolha de milhares de documentos produzidos entre 1310 e 1379 permitirá uma análise dupla, quantitativa e qualitativa, através da qual o efeito da Peste poderá ser evidenciado – mesmo que nem sempre possa ser *medido*.

A análise quantitativa incidirá sobre ritmos de produção documental em determinadas áreas. Como é natural, a documentação que sobreviveu até aos nossos dias está longe de corresponder à totalidade da documentação produzida nas/para as instituições em estudo. Contudo, também é verdade que, tendo passado por uma eliminação passiva e fruto da negligência ou degradação dos respetivos cartórios, também será de esperar que a documentação dos anos em que a produção tenha sido mais numerosa sobreviva em maior quantidade. Ainda que essas variações não se reflitam de forma proporcional – ou, pelo menos, não tenhamos como provar essa proporcionalidade –, poderão fornecer mais pistas e acrescentar mais elementos à análise quantitativa. Esta análise pode ser aplicada a todos os documentos produzidos em determinadas áreas geográficas – daí a preocupação pela recolha de todos os documentos sobreviventes produzidos nestes territórios durante estes 70 anos –, ou a tipologias documentais concretas. No caso do conjunto global, as variações, sobretudo os intervalos sem qualquer documento produzido, parecem coincidir com eventos particularmente desestabilizadores, sobretudo epidemias e episódios bélicos, com destaque para as pestes e os cercos. Caso se prove esta coincidência de ‘silêncios’ documentais com acontecimentos violentos, a sua utilização ganha redobrada validade. No que diz respeito aos números das tipologias concretas, os fluxos de produção de novos contratos enfitêuticos ou de sentenças judiciais poderão oferecer novas perspetivas sobre a sociedade que se reorganiza no pós-Peste ou após um cerco. Parece ser isto que demonstra o gráfico inserido nos anexos deste texto e que pode refletir um aumento exponencial de novos contratos enfitêuticos em 1349-51, depois novamente por volta de 1360-61 e 1369-70, ou seja, coincidindo com a primeira, segunda e terceira *pestilências*, para as quais, de resto, as pouquíssimas referências diretas e explícitas poderiam, em

¹ São exemplo disso os pergaminhos publicados por Maria João Oliveira e Silva e Luís Carlos Amaral, pertencentes a uma coleção privada, e os pergaminhos da Confraria de São João do Souto, de Braga, preservados ainda no arquivo da confraria e publicados por José Marques em *Braga Medieval* (Braga: [s.n.], 1983). Luís Carlos Amaral e Maria João Oliveira e Silva, ed., *Pergaminhos de Uma Coleção Particular* (Porto: CITCEM, 2016).

princípio, sugerir um impacto menos acentuado. A recolha de milhares de documentos poderá conferir solidez a esta análise numérica, cruzando diversos produtores e cartórios e permitindo matizar as vicissitudes de cada subgrupo documental.

A análise qualitativa incluirá tantos aspetos quantos puderem ser abordados pelos documentos. O impacto ‘direto’ poderá refletir-se, por exemplo, na mortalidade evidente de grupos cuja exposição social torna mais vulneráveis, ainda que esse impacto não possa ser tomado como geral, precisamente por serem grupos particularmente vulneráveis. Ao contrário das seguintes, a Peste de 1348 foi uma novidade para as populações afetadas, pelo que, pelo menos numa fase inicial, não terá provocado o pânico instantâneo e a fuga apressada das populações de um local infetado. Entre os homens previsivelmente mais expostos à doença, estariam os clérigos e os tabeliães. Se a mortalidade dos clérigos apenas poderá ser indiretamente medida, e sempre de forma parcial, a dos tabeliães pode ser avaliada através da comparação entre aqueles que redigem documentos antes e depois da Peste. Se a mortalidade generalizada dos tabeliães ou a sua fuga não nos esclarecem sobre o impacto da epidemia, demonstram que esta foi capaz de desestabilizar a ordem social e interromper o seu curso. No campo das consequências, também as pequenas alterações nos formulários dos contratos enfiteúticos, muitas vezes locais e nem sempre permanentes, poderão traduzir alterações. Se no Entre-Douro-e-Minho a introdução de cláusulas que explicitam que o foreiro não poderá deixar o emprazamento data de antes da Peste - e parece surgir após os agitados primeiros anos da década de 1330 - após a Peste, estas cláusulas multiplicam-se e chegam a prever que o foreiro não se poderá escusar de pagar o foro na quantidade e no tempo devido por ter ocorrido uma tempestade, uma peste ou um outro “caso fortuito”. No Alentejo, por outro, estas cláusulas parecem estar maioritariamente ausentes e, nas raras aparições bem mais tardias, previnem mais escusas por terramotos do que por tempestades ou pestes, o que demonstra a existência de uma certa flexibilidade dos formulários para se adaptarem às realidades locais e à evolução das necessidades.

Se estas modificações de formulários revelam novas formas de proteção dos interesses dos senhorios, essa evolução não foi unilateral. Para explorar um pouco essa alteração – que vai além da dimensão metodológica -, remeterei de seguida para o ponto que trata de hipóteses prévias.

ESTRUTURA

Faltando três anos para a conclusão do projeto, esta estrutura é provisória e está desenvolvida de forma desigual. Há capítulos que, por dependerem menos da análise documental, estão já pré-estruturados. Outros aguardarão o contributo de muita bibliografia ainda a ler.

Parte 1 – Antes da Peste

- A peste antes da Peste.
- O léxico da peste.
- Doenças infecciosas em Portugal antes de 1348.
- Portugal nas vésperas da Peste: síntese.

Parte 2 – A Peste de 1348 em Portugal – Impacto

- Entrada e propagação da Peste em Portugal
- Fatores favoráveis e desfavoráveis para o desenvolvimento da doença em Portugal
- Mortalidade: a aproximação possível

Parte 3 – Depois de 1348 – Consequências

- Os fluxos de produção documental e a mortalidade dos tabeliães: um indicador de impacto?
- Alterações económicas: a desvalorização das rendas e a evolução dos preços dos cereais, do trabalho; a moeda e a monetarização da economia.
- Mudança social: as relações entre senhores e enfiteutas, as tensões sociais e as especificidades do caso português.
- A administração e o direito: legislação e oficialatos no pós-Peste, reflexo da situação socioeconómica?

Parte 4 – A memória do acontecimento

- As crónicas medieval e moderna em Portugal e a Peste.

DADOS SEMI-TRATADOS

Nesta fase ainda inicial do meu projeto, é já possível explorar algumas hipóteses recorrendo a dados recolhidos nos mais de três mil documentos consultados até ao momento. Tendo começado pelas instituições nortenhas, é nessas onde o trabalho está mais adiantado, sobretudo no que diz respeito aos fundos vimaranenses (já terminados) e bracarense (metade já vistos).¹

Um dos aspetos já evidentes é o da variação de rendas previstas nos contratos enfiteuticos de algumas propriedades da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, para as quais temos contratos que nos permitem comparar os valores de renda das mesmas propriedades antes e depois da Peste, por vezes com meia-dúzia de contratos ao longo destas sete décadas de análise. Os dados dizem respeito a tipologias diferentes de propriedade: há contratos enfiteuticos sobre casais, quintas e lugares, mas também cedências de domínio útil de igrejas, onde o enfiteuta era, por norma, o vigário ou reitor. A diversidade de tipologias de propriedade é um fator importante de análise. Não havendo uma documentação em série que permita analisar todas as unidades de exploração familiar, a desvalorização dos casais e outras unidades agrárias mais pequenas pode ser um dado enganador: pode tratar-se simplesmente de pequenas terras menos produtivas que são ocupadas por indivíduos que delas sairão quando encontrarem algo melhor, o que leva à progressiva desvalorização das rendas pedidas pelos senhorios, na tentativa de os fixar, sem que isso reflita direta ou incontestavelmente uma quebra demográfica. Contudo, é possível verificar que a quebra no valor contratual das propriedades em causa acontece também nas propriedades de maiores dimensões, onde várias unidades familiares e, eventualmente, uma ou outra unidade de transformação, coexistem e diluem eventuais assimetrias locais muito acentuadas. Por fim, as igrejas e os coutos são também casos paradigmáticos, pois as suas rendas estavam tão ou mais dependentes do número de paroquianos e da capacidade que estes tinham de pagar os tributos eclesiásticos, com a dízima à cabeça, do que das propriedades que lhes pertenceriam e que, no caso das igrejas paroquiais, seriam de pequena importância.

Nos exemplos estudados, as propriedades para as quais conhecemos contratos redigidos antes e depois de 1348, cuja limitação de espaço me impede de apresentar com maior detalhe, as rendas contratualizadas caem entre 30% e 90%. Esta diminuição é relativa, e a quebra real poderá ser ainda mais acentuada: os valores que utilizei para o cálculo das percentagens não estão ajustados à inflação nem têm em conta eventuais desvalorizações da moeda ocorridas entre 1310 e 1379. Por outro lado, trata-se de um conjunto de dados cujo tratamento completo exigirá muito mais variáveis e considerações: a diminuição progressiva dos contratos que preveem rendas em géneros,

¹ Esta análise prévia diz respeito ao estado do trabalho aquando da redação do texto da apresentação no Workshop de Estudos Medievais, em março de 2018. Optei por manter esta breve análise e não refazer com os dados que recolhi desde então, pois apenas produziria mais uma análise intermédia e provisória. Aquilo que aqui se pretende é demonstrar o potencial da recolha e análise.

em quantidades pré-estabelecidas ou frações da produção – o que pode revelar uma maior monetarização da exploração fundiária –; as alterações na relação entre senhorios e enfiteutas, com uma possível evolução rumo a um equilíbrio mais real – e compreendido – pelas partes aquando da negociação de novos contratos; uma maior proximidade entre o senhorio e quem efetivamente cultiva os terrenos, pois em muitos dos casos o enfiteuta é um intermediário entre o senhor e os caseiros ou jugueiros das terras e, com esta convulsão social, muitos dos jugueiros e caseiros, moradores nas terras, assumem-se como enfiteutas nos novos contratos, eliminando um elemento na cadeia económica de exploração da terra e garantindo um nível de rendimento mais desafogado, duplamente beneficiado pela diminuição das rendas contratualizadas pelo senhorio.

A desvalorização verifica-se sempre após a Peste de 1348. Se, em vários casos, os contratos são mais numerosos para a mesma propriedade após a Peste, isso poderá traduzir uma degradação nas condições de vida que elimine rapidamente as duas ou três pessoas cujas vidas representam a duração do contrato, ou, mais provavelmente, uma instabilidade e/ou mobilidade que permita uma maior circulação de enfiteutas entre bens, muitas vezes de forma irregular e com quebra ilegal de contratos. De resto, em 1350, uma carta régia determina que todos aqueles que têm contratos com a Colegiada de Guimarães deverão cumpri-los, cultivando as propriedades e pagando as rendas pré-determinadas.¹

É verdade que temos informação abundante apenas de uma pequena parte dos bens da Colegiada de Guimarães. Porém, é igualmente verdade que muitos dos bens que foram desocupados pelos seus enfiteutas após a Peste, quer por morte, quer por deslocação para uma propriedade mais proveitosa, podem não ter sido reocupados durante muitos anos, não produzindo documentação. Assim, estes contratos com quebra de rendas podem até ser a face menos má da nova realidade económica do senhorio. Muitas propriedades foram reocupadas à revelia, sem consentimento nem proveito do senhorio. Há várias sentenças que nos dizem que alguns desses bens foram ocupados ilegítimamente, sendo cultivados e mesmo habitados por longos anos até a Colegiada ser capaz de regularizar a situação. Em vários destes casos, a igreja limita-se a fazer um acordo com os ocupantes, no qual lhes perdoa os anos de rendas não pagas – por vezes bem mais de uma dezena de anos –, formalizando a relação contratual e estabelecendo um foro, normalmente mais baixo do que aquele que recebiam antes da Peste pelos mesmos bens.² Há também irregularidades em meio urbano, onde o exemplo de uma casa situada a 100 metros da própria Colegiada, em Guimarães, cujos ocupantes deixaram de pagar parte do foro a partir de 1348 e só foram condenados a regularizar os pagamentos em 1377,³ não sendo o único,⁴ é paradigmático no que diz respeito à incapacidade que a Colegiada revela de fazer valer a autoridade a partir de 1348, a Colegiada. Esta referência a 1348 como o ano em que a maioria destas ocupações ilegais são feitas ou em que as irregularidades começam é frequente, explicando-se por vezes que ocorreram “no ano da pestilência, que foi na era de mil trezentos e oitenta e seis”.⁵

A Colegiada de Santa Maria de Guimarães parece ser um exemplo precoce na leitura de uma nova conjuntura. Os contratos lavrados logo em 1349, poucos meses depois do pico da Peste e, talvez, ainda durante os últimos contágios e mortes, sugerem

¹ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos régios, mç. 1, n.º 40.

² AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 146; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 263; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 268; ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, mç. 33, n.º 27; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 274; AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 281.

³ ANTT, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Documentos particulares, mç. 36, n.º 32.

⁴ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro I, doc. 273.

⁵ AMAP, *Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães*, Nota Antiga, Livro III, doc. 453.

que a Colegiada procurou rapidamente reocupar tantas terras quanto possível, ainda que isso significasse a diminuição de rendas a médio prazo. Isto contrasta com as reações vigorosas de muitos senhorios um pouco por toda a Europa. Mesmo que a legislação régia tenha tentado combater a mobilidade provocada pela agitação social – causa e consequência de flutuações económicas – as rendas não voltam a subir no período em estudo, várias décadas após o embate da epidemia de bubónica. Esta é, contudo, uma leitura prévia e que exige precaução, sendo mais um aspeto relevante a ser explorado ao longo do projeto e na documentação das diversas instituições e territórios em estudo.

Também o tabelionato serve de barómetro para o impacto imediato da Peste em Guimarães: praticamente nenhum tabelião ativo antes de 1348 redige documentos após esse ano, havendo apenas um caso em que isso pode ter acontecido. Confirma-se, assim, a ideia já expressa por Maria da Conceição Falcão, de que essa mudança brusca se deverá às mortes dos tabeliães durante a Peste.

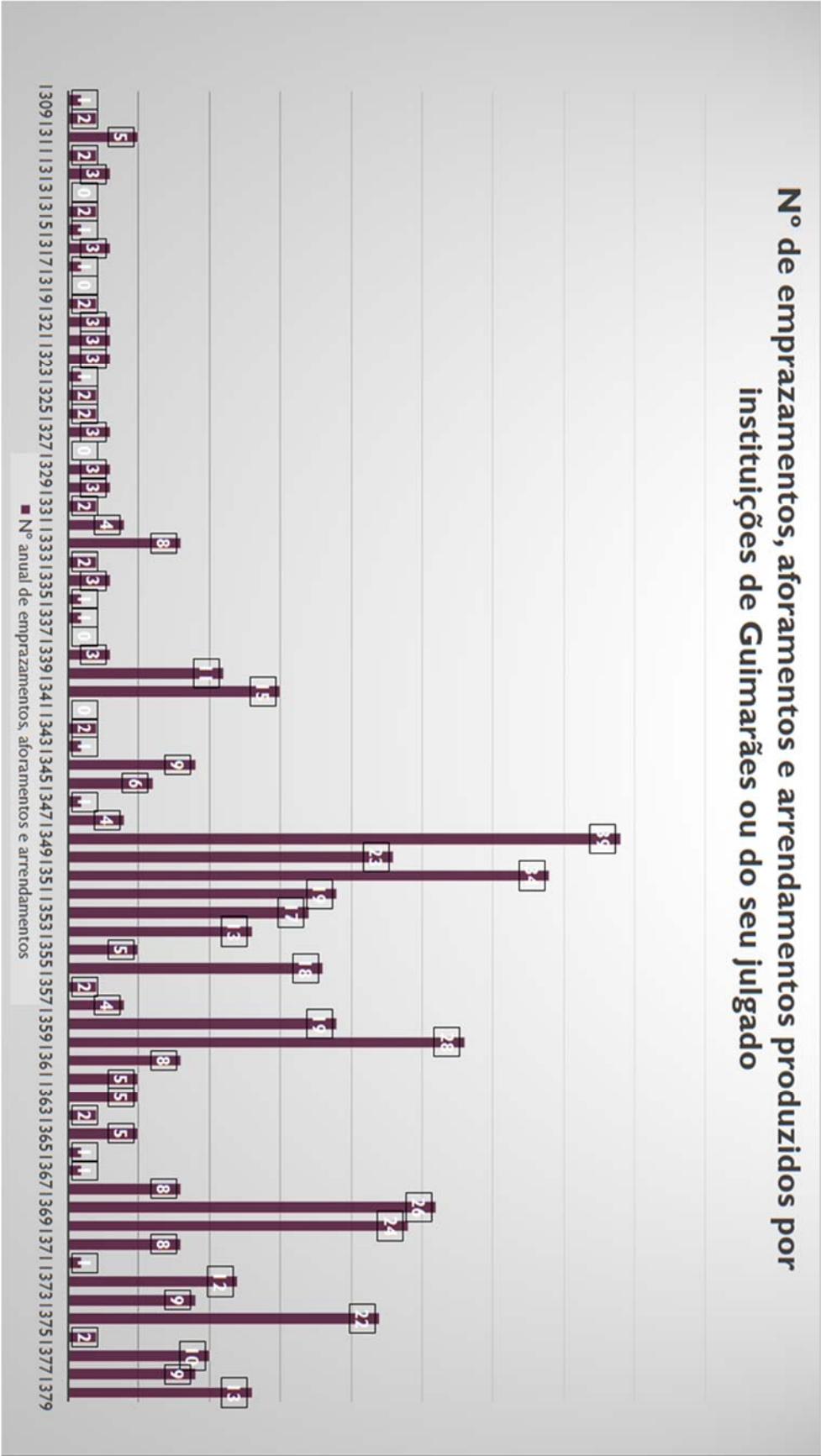
Avançando com alguns dados sobre Braga, onde a documentação política e institucional se sobrepõe àquela de natureza económica – o contrário do que acontece em Guimarães –, é ainda assim possível ver reflexos da Peste. Eles manifestam-se através de várias ações: na doação de rendas em trigo que o arcebispo D. Guilherme faz ao Cabido em 1356, devido à diminuição considerável dos frutos e rendas dos bens do Cabido nos anos anteriores¹; na aglutinação de paróquias, em 1358, feita por uma destas se ter tornado insuficiente para manter o seu reitor, devido à *Mortandade* que houve e que reduziu dramaticamente os seus réditos, e por a outra se encontrar vaga;² no emprazamento de uma igreja e das suas respetivas terras a um leigo, em 1360, com a condição de a melhorar *de guisa que a torna ao stado em que era ante da pestilência*.³ Se os argumentos de diminuição de rendas podem ser considerados retórica para convencer um arcebispo não residente, ainda assim se demonstra que esses argumentos passaram a ser verosímeis e teriam algum tipo de verdade. O próprio arcebispo D. Gonçalo Pereira é uma vítima provável, e a instabilidade vivida em Braga e no seu senhorio nas décadas que se seguiram à sua morte podem ter tido a Peste como ponto inicial ou, pelo menos, como catalisador.

Esta análise, breve e ainda incipiente, demonstra que há muito mais para estudar nos efeitos da Peste Negra em Portugal do que a produção historiográfica até ao momento demonstrou. As fontes disponíveis são distintas daquelas tradicionalmente preferidas para este tipo de estudos no resto da Europa e no mundo Islâmico, mas permitem obter amostras capazes de lançar novas luzes sobre o impacto e as consequências deste evento transcontinental em vários domínios, incluindo na evolução e transformação económicas. Estando apenas a começar, creio que já é possível afirmar que, dentro de poucos anos, teremos dados importantes e inéditos para a compreensão deste fenómeno em Portugal, integrando-o na teia de fatores de instabilidade e transformação que se sucederam neste período.

¹ ADB, Gavetas do Cabido, *Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido*, doc. 271.

² ADB, Gavetas do Cabido, *Gaveta 1ª das Igrejas*, doc. 40.

³ ADB, Gavetas do Cabido, *Gaveta dos Prazos do Cabido*, doc. 66.



«As representações do saber. Uma visão dos letrados nas crônicas portuguesas tardomedievais». Preâmbulo a um projeto

José Manuel Simões
Universidade de Évora

Resumo:

O texto que aqui se apresenta foi, a seu tempo, o texto apresentado na décima edição do Workshop de Estudos Medievais e, simultaneamente, uma versão inicial do trabalho que constituiu a dissertação de mestrado com o mesmo título apresentada à Universidade de Évora. Trata-se, por isso, de uma versão relativamente cristalizada de um dos muitos estados de desenvolvimento do estudo, refletindo algumas das questões que se levantavam naquele momento e que seriam depois oportunamente discutidas, reconstruídas ou desconstruídas e que levariam ao trabalho final. Este tenta lançar um olhar sobre as formas como os letrados foram representados na cronística medieval portuguesa, evidenciando as estratégias discursivas dessa representação e as ligações entre o discurso, os seus promotores e o seu auditório.

Palavras-chave:

letrados; crônicas medievais portuguesas; cronistas; representações.

Abstract:

The text presented here was, at its time, the text presented in the tenth edition of the Workshop of Medieval Studies and, simultaneously, an initial version of the work that constituted the master's thesis with the same title presented to the University of Évora. It is, therefore, a relatively crystallized version of one of the many stages of development of the study, reflecting some of the issues that arose at that time and which would then be discussed, rebuilt or deconstructed, and which would lead to the final work. This paper tries to look at the ways in which the literates were represented in the medieval Portuguese chronicles, evidencing the discursive strategies of this representation and the connections between the discourse, its promoters and its auditorium.

Keywords:

literate; Portuguese medieval chronicles; chroniclers; representations.

1. TEMA, PROBLEMAS, CRONOLOGIA, ESPAÇO

Escrevia José Mattoso em certo lugar da sua obra que o fazer da História, esse «contemplar [d]a vida do Homem no tempo», não podia deixar de contar com três aspetos: «a qualidade da forma, a habilidade na escolha e interpretação dos dados e a carga poética do seu sentido global»¹. O balanço que agora fazemos da nossa dissertação pretende tocar precisamente cada um desses três pontos, desenvolvendo-os e refletindo sobre as opções que tomámos a cada passo.

Este trabalho que apresentamos resulta, desde logo, de uma vontade de conhecer e estudar os letrados e homens do saber no contexto da sociedade medieval portuguesa. A essa vontade, juntar-se-ia posteriormente um interesse crescente pela complexidade e pelas possibilidades que a cronística apresenta, onde se poderia incluir também o estudo daquelas gentes.

Se bem que esta tivesse funcionado essencialmente como um recetáculo das memórias régias e nobiliárquicas do reino e, portanto, lugar onde se faziam apresentar *as nobres cavallaryas e as boas façanhas que fizeram os reis*, não podíamos deixar de reparar que os seus autores encontravam aí o espaço necessário para apresentar aqueles indivíduos ou grupos sociais que, por vezes, permaneciam na obscuridade. A

¹ José Mattoso, *A escrita da História* (Lisboa: Estampa, 1988), 38-42.

identificação de alguns deles como *sabedores*, *conhecedores* ou *letrados* levou-nos então a questionar a presença figurativa dessas personagens. Em primeiro lugar, pela escassa utilização que os cronistas faziam desses epítetos e em segundo lugar pelo valor simbólico que estes apresentavam no vocabulário medieval.

Fomos, assim, criando um quadro interrogativo em que algumas dúvidas sobressaíam: sendo a cronística uma construção complexa, qual a funcionalidade dos *letrados* nos seus discursos? Qual o valor simbólico dessa qualificação? Seria aquela identificação uma forma de distinção positiva face aos restantes não apenas face aos *sabedores* e *conhecedores*, note-se, mas mesmo em relação aos guerreiros e à monarquia.

Foi, pois, através dessas questões iniciais que se desenvolveu a ideia de estudar a presença dos *letrados* no discurso cronístico. Porém, desde o momento mais incipiente desta dissertação que questionámos e fomos questionados sobre quem eram, afinal, aqueles letrados. Ou seja, quem incluíamos ou excluíamos dessa categoria. Os exemplos de que dispúnhamos da consagração de uma terminologia neste campo vinham, sobretudo, da historiografia francesa, onde se haviam cristalizado os conceitos de *intellectuais*, introduzido por Jacques Le Goff, e de *gentes do saber*, cunhado por Jacques Verger, sem que na verdade nenhum deles fosse consensual para designar a totalidade dos indivíduos de que nos ocupávamos¹. O imbróglio, no entanto, partia de uma falsa questão. A análise a que nos propusemos, baseada nas representações, parte da identificação através de um qualificativo (*letrado*) que nunca chega a ser um substantivo, considerando como tal somente aqueles que assim são referidos, sem pretensões de construir ou reconstruir o grupo que estaria no imaginário dos cronistas. É com base nessa qualificação que, de certa forma, esses homens foram introduzidos no discurso, tornando-se atores sociais, políticos ou históricos e diferenciando-se dos restantes.

No que diz respeito à delimitação espaço-temporal, importa clarificar à partida um aspeto. Coexistem neste trabalho dois tempos e dois espaços, não diremos completamente distintos, mas com alguns distanciamentos. Numa mão temos o espaço-tempo diegético, em que se desenvolvem os relatos cronísticos, e na outra, aquele que está na sua génese, o binómio espaço-tempo real, histórico, em que aconteceu a escrita, em que os cronistas viveram e onde já dificilmente se movimentavam as personagens que surgem nos seus textos. Um e outro interpenetram-se e influenciam-se.

Não obstante, e aceitando que as crónicas foram muitas vezes *instrumentos de poder* ao serviço de determinadas motivações, parece inevitável que sejam sobretudo os tempos dos cronistas a projetar as suas luzes e as suas sombras naquele outro tempo. Por esse motivo, a análise que empreendemos parte inevitavelmente desse *tempo da escrita* e será a ele que subjaz o nosso enquadramento cronológico e espacial.

Em termos geográficos situamo-nos essencialmente ao nível da península ibérica e mais especificamente dentro das fronteiras portuguesas, local da composição dessas fontes e, paralelamente, espaço central das narrativas. Por seu turno, o recorte cronológico adotado principia em função da data de elaboração daquela que terá sido a primeira crónica portuguesa, a *Primeira crónica portuguesa*² (por volta da segunda metade do século XIII, data apontada recentemente por Filipe Alves Moreira que seguimos aqui), enquanto que o seu *terminus* foi definido em função da época em que terá sido escrita a última crónica de Fernão Lopes (entre 1440 e 1450)³.

¹ Jacques Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Âge* (Paris: Seuil, 2014); Jacques Verger, *Le gens de savoir en Europe à la fin du moyen âge* (Paris: PUF, 1997).

² Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques e a primeira crónica portuguesa*. (Porto: Estratégias Criativas, 2008).

³ Teresa Amado, “Crónica de D. João I”, em *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. por Giuseppe Lanciani e Giuia Tavani, 180-182 (Lisboa: Caminho, 1993).

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Tendo clarificado, tanto quanto possível, os aspetos temáticos e problemáticos, cabe-nos agora apresentar os objetivos que se foram construindo na prossecução deste trabalho. Uma vez concretizada a identificação das ocorrências do termo *letrado* na cronística, o nosso propósito central será o de traçar uma visão panorâmica sobre a sua representação nesses textos. Partindo daí, procuraremos aprofundar a nossa compreensão acerca das formas e modelos dessa representação e, numa dimensão comparativa *extratextual*, conhecer as ligações entre essas representações e os movimentos sociais e culturais que afloravam no «*país real*».

Porém, essa grande-angular liga-se ainda, direta ou indiretamente, aos objetivos parcelares desta dissertação, entre os quais o de conhecer e compreender o papel das personagens identificadas como *letrados* na construção do discurso cronístico, o de analisar as formas de distinção *intrasocial* e *intersocial* dessas gentes, ou o de procurar perceber como essas formas de representação e determinados termos terão, ou não, contribuído para o capital simbólico das personagens na cronística. Estes objetivos integram-se, também, num outro conjunto de questões que procuraremos tocar de forma mais superficial, mas que estarão igualmente associadas a estas, tais como a importância do conhecimento e dos portadores de conhecimento na sociedade portuguesa tardomedieval ou a noção da categoria social de *letrado*, se é que esta existia no imaginário social sob a forma que Fernão Lopes a apresentou, colocando-a entre os *quatro estados do reino*.

Na prática, estes objetivos refletem-se, de forma mais ou menos visível, na estruturação da nossa dissertação. Formalmente, esta divide-se em sete partes, organizadas em função das hipóteses de trabalho e dos critérios estabelecidos para análise, traduzidos aqui numa grelha interpretativa desenvolvida em função dos dados recolhidos. Assim, ao passo que o primeiro capítulo é dedicado quase exclusivamente a uma problematização da utilização do conceito de *letrado* na cronística e a uma apresentação do conteúdo das crónicas selecionadas, os restantes apresentam unidades temáticas isoladas. Estas vão desde os modelos de representação e idealização dos letrados (onde se procura desconstruir os momentos em que essas personagens são exaltadas e apresentadas segundo um conjunto simbólico de virtudes), à análise do papel dos letrados como conselheiros régios, mas também ao exame dos processos de associação dos monarcas, dos nobres e dos eclesiásticos ao conhecimento. Naquele que será o capítulo final, e em jeito de conclusão, pretendemos estabelecer uma discussão em torno da possibilidade de aqueles letrados formarem um grupo social distinto dos restantes no plano das crónicas.

Essa estrutura foi disposta da seguinte forma:

1. Dos conceitos aos contextos: os letrados no tempo e no espaço das crónicas
2. A idealização. Representações de um letrado ideal
3. Os letrados e o conselho real
4. A espada e o saber: imagens de letrados nobres
5. Reis, letrados e reis letrados
6. A dupla via: fé e conhecimento
7. O quarto estado do reino ou os letrados como grupo social

Tais capítulos pretendem refletir não apenas os objetivos delineados, mas igualmente as opções metodológicas assumidas. À parte da identificação das ocorrências da expressão *letrado* nas crónicas, ação inicial mais pragmática realizada através da leitura das fontes, grande parte do processo de elaboração desta dissertação recai na análise dessas ocorrências, na comparação com outras fontes e na extrapolação para os contextos históricos em que as crónicas foram sendo escritas. Como já antes dissemos,

esse processo tem por base a análise de representações¹, assumindo desde logo a cronística como uma representação, como um objeto construído e não como uma fonte *tout court*, onde se mistura a lenda e o real. Assim, a análise de representações funcionará aqui, no fundo, como uma leitura desse *chiaroscuro*, sendo ao mesmo tempo duplamente uma ferramenta de análise do discurso latente e de desconstrução desse mesmo discurso no *continuum* entre o simbólico e o real.

3. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Esta dissertação pode ainda ser integrada em duas linhas temáticas da historiografia: a análise das representações da sociedade medieval na cronística e o estudo das *élites letradas*². Ainda assim, e apesar dessa proximidade com ambas as áreas, deparámo-nos desde o início com uma certa impossibilidade em traçar um estado da arte, por uma série de motivos. O primeiro deles, por não existir uma tradição propriamente dita de análise das representações dos letrados nestes termos. Existem sim, entre outros, os estudos de Bernard Guenée ou Antoine Destemberg sobre a representação dos universitários³, que podemos considerar letrados, mas que são na verdade estudos direcionados para grupos específicos. Além disso, porque os estudos das representações a partir da cronística, de forma genérica, existem em número extraordinariamente grande e, não obstante, relacionados com temáticas bastante díspares entre si: da representação da mulher à representação da aristocracia e da realeza⁴, para citar apenas alguns dos estudos mais recentes produzidos no contexto ibérico.

De igual forma, estabelecer uma revisão de literatura em torno das elites letradas conduzir-nos-ia a questionar novamente: quem são afinal os letrados? Sem que tivéssemos previamente um conjunto de critérios de inclusão e de exclusão, a revisão de literatura neste aspeto mostrava-se também inviável. Considerar, por exemplo, que todos os estudos sobre clérigos ou sobre tabeliães tratavam de letrados era um caminho pouco recomendável. Note-se ainda que, para além do estudo de Armando Norte⁵, de carácter mais geral, sobre *letrados e cultura letrada* nos sécs. XII-XIII, parece ter prevalecido uma certa indefinição terminológica no medievalismo português (mas não só) a este respeito. Não nos compete aqui fazer essa crítica, mas sublinhar apenas a premência de uma discussão do conceito de *letrado* para que outros trabalhos possam futuramente recorrer a ele.

¹ Para uma síntese relativamente recente em torno da análise de representações em História, veja-se: Claude Gauvard, “Les représentations au Moyen Âge: quelques pistes de réflexion”, *Sociétés et Représentations* 40, n. 2 (2015), 277-287.

² Patrick Gilli (dir.), *Les élites lettrées au Moyen Âge. Modèles et circulation des savoirs en Méditerranée occidentale. XIIe-XVe siècles* (Montpellier: Presses Universitaires de la Méditerranée, 2008).

³ Bernard Guenée, “Le Religieux et les docteurs. Comment le Religieux de Saint-Denis voyait les professeurs de l’Université de Paris”, *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 136, n. 4 (1992), 675-686; Antoine Destemberg, *L’honneur des universitaires au Moyen Âge. Étude d’imaginaire social* (Paris: PUF, 2015).

⁴ Ana Rodrigues Oliveira, *As representações da mulher na cronística medieval portuguesa* (Cascais: Patrimonia Historica, 2000); Manuel Rodríguez de la Peña, *Los reyes sabios. Cultura y poder en la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media* (Madrid: Actas, 2008); Diego Sainz de la Maza, “La imagen regia en la cronística castellano-leonesa. El caso de Alfonso VIII de Castilla” (Dissertação de Mestrado, Universidad Autónoma de Madrid, 2016); Pedro Monteiro, “Representações da aristocracia nas Crônicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2017).

⁵ Armando Norte, “Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)” (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2013); José Antunes “A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV: juristas e teólogos” (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1995).

Essa impossibilidade de fazer um balanço historiográfico não significa, no entanto, um despreendimento total da historiografia anterior. Pelo contrário, em tudo o que possa ter de original, este estudo é, na sua génese, devedor a essas temáticas e é nelas que se pretende enquadrar. É também devedor a uma extensa bibliografia, oriunda dos campos da Filologia¹, cujo estudo é essencialmente focado no objeto textual, e que procura estabelecer parentescos entre os textos, datá-los ou conhecer a sua autoria. E, igualmente, de uma outra área próxima desta, entre a Literatura e a História, que tem vindo a desconstruir essas narrativas a partir de dentro, olhando as suas vicissitudes, os seus propósitos e os seus discursos políticos, históricos ou sociais². Esta bibliografia, como toda uma outra bibliografia de apoio que não cabe referir aqui, embora mais distante nos seus propósitos da investigação a que nos propusemos, servirá como um importante ponto de apoio para a sua prossecução e, como tal, não pode ser descurada.

4. FONTES

Deixando de lado o enquadramento historiográfico e as dificuldades que lhe são inerentes, importa agora refletir acerca dos critérios de seleção das fontes e sumariar brevemente algumas das suas características. Como expressámos anteriormente, a escolha das crónicas recaiu sobre aquelas que foram produzidas no espaço português medieval e que serão, na sua essência, crónicas régias. Excetuando a *IV Crónica Breve*, que terá sido escrita na sua forma original no séc. XIII como referimos no primeiro ponto, as restantes crónicas selecionadas são um produto dos séculos XIV e XV. Foram estas a *Crónica Geral de Espanha de 1344* (na sua versão original e na refundição de 1400), a *Crónica de Portugal de 1419* e as três crónicas redigidas por Fernão Lopes (*Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João*)³.

Pretendemos com esta seleção abranger todas as crónicas redigidas originalmente em português no período tardomedieval, permitindo-nos esse facto não só aumentar a extensão da análise, mas também delimitar um período histórico preciso. Notar-se-á aqui certamente a exclusão das crónicas de Gomes Eanes de Zurara, produzidas pouco tempo depois da última crónica de Fernão Lopes. Contudo, são também de notar os motivos que nos levaram à exclusão dessas obras. Uma dissertação desta natureza, como qualquer outro estudo, possui obviamente constrangimentos de tempo e de espaço, mas não só. Neste caso, também por pertencerem ao *corpus* cronístico de um outro autor e por reportarem a uma lógica temática expansionista que avançava pela segunda metade do séc. XV, estas pareciam extravasar os limites e os objetivos deste estudo.

Com efeito, as crónicas selecionadas abarcam, na sua produção, uma cronologia que poderíamos dizer estratégica: os meados do séc. XIII, XIV e XV. Além disso,

¹ Citamos apenas algumas obras fundamentais: Luís Filipe de Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344, vol. I* (Lisboa: Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951); Diego Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal* (Madrid: Gredos, 1962).

² Teresa Amado, *Fernão Lopes: Contador de História* (Lisboa: Estampa, 1991); Chris Given-Wilson, *Chronicles. The writing of History in medieval England* (Londres: Hambledon and London, 2004); Covadonga Valdaliso Casanova, *Historiografía y legitimación dinástica. Análisis de la Crónica de Pedro I de Castilla* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010).

³ Utilizamos as seguintes edições: António Cruz, ed., *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968); Diego Catalán e María Soledad Andrés, eds., *Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso* (Madrid: Gredos, 1970); Luís Filipe de Lindley Cintra, ed., *Crónica Geral de Espanha de 1344 – 4 vols.* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009); Adelino de Almeida Calado, ed., *Crónica de Portugal de 1419*. (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998); Giuliano Macchi, ed., *Fernão Lopes - Crónica de D. Pedro* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007); Giuliano Macchi, ed., *Fernão Lopes - Crónica de D. Fernando* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004); William Entwistle e Luís Filipe de Lindley Cintra, eds., *Fernão Lopes - Crónica de D. João I - 2 vols.* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977).

partilham a nosso ver algumas características que merecem ser discutidas e que, apesar de terem sido referidas noutros pontos, gostaríamos de voltar a mencionar.

Em primeiro lugar, entendemos que essas crônicas régias, produzidas em Portugal ao longo da baixa Idade Média, muitas vezes promovidas pela Coroa ou por indivíduos próximos dela (como no caso da *Crónica Geral de Espanha de 1344*), não serão um objeto historiográfico isento, mas antes narrativas centradas na figura dos monarcas e nas principais figuras dos reinos ibéricos, nas instituições reais ou nas dinastias e, como tal, construídas em determinados momentos sob a influência de uma ideologia e alinhada com um propósito político, fosse ele de legitimação ou de outra espécie. Assim sendo, consideramos que muitas destas crônicas terão funcionado também como *instrumentos de poder*, contribuindo não só para afirmar a autoridade da monarquia, mas também para legitimar essa mesma autoridade ou reivindicar uma outra posição.

Em segundo e último lugar, estas narrativas aparecem-nos como construções complexas, e não como “*testemunhos ingênuos*”¹, onde cada elemento, seja ele da ordem dos eventos, das personagens ou dos locais, concorre para o propósito que o autor da crônica definiu, ou foi influenciado a definir, e que por essa razão não foi deixado ao acaso. Arriscamos a dizer que, no limite, estas narrativas nos chegam a contar tanto sobre o contexto em que foram escritas, sobre quem as escreveu e para quem foram escritas, como sobre o tempo e o espaço que narram.

5. HIPÓTESES E CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

À guisa de conclusão, cabe-nos ainda apresentar algumas hipóteses que têm vindo a ser colocadas e retirar outras tantas conclusões. Encontrando-se neste momento a dissertação a *meio da vida*, será este o momento indicado para apontar algum tipo de conclusões, ainda que provisórias? Parece-nos que sim. Alguns dos dados que fomos apurando até agora refletem já algumas tendências, ligadas nomeadamente à designação dos indivíduos. Com efeito, quantitativamente, o qualificativo *letrado* não surgirá no *corpus* cronístico que definimos mais do que duas dezenas de vezes, o que não deixa, no entanto, de ser significativo do ponto de vista interpretativo dos dados.

Tomando como exemplo a *Crónica de D. Pedro*, profundamente marcada pela presença de membros do desembargo régio que poderíamos facilmente considerar letrados, registamos a palavra por três vezes. É aí aplicada duas vezes a grupos de indivíduos, uma a *Pero Alvarez deão de Santiago* e nenhuma a algum dos membros do desembargo. Mas mais do que olharmos para os números, importa aqui olhar para o texto: duas dessas ocorrências aparecem no decorrer do processo de legitimação do casamento de D. Pedro com Inês de Castro, designando aqueles *mais subteis de entender, letrados e bem discretos* que não apoiavam o matrimónio. Se é certo que contrariavam a vontade do rei, também é certo que daí resultariam dois descendentes e, consequentemente, pretendentes ao trono vacante após da morte de D. Fernando, principal adversário na ascensão do Mestre de Avis à Coroa. A leitura do contexto, portanto, parece-nos mais simbólica do que pareceria à primeira vista.

O mesmo acontece na *Crónica de D. Fernando* e na *Crónica de D. João*. Nesta última, em particular, encontramos o maior número de ocorrências, possivelmente por ser o culminar apologético de Fernão Lopes a D. João. É, talvez por isso, aí que encontramos a maior parte das referências a uma dupla nomeação dos franciscanos, entre a fé e o conhecimento letrado, a referência ao *quarto estado do reino* e onde se traça um retrato idealizado de João das Regras, o principal defensor, nas palavras do cronista, da subida ao trono do filho ilegítimo de D. Pedro.

Daqui se pode deduzir “desde já” que este adjetivo tenderá a surgir em momentos-chave da narrativa, qualificando não somente aqueles indivíduos que se destacam intelectualmente, mas também outros que sirvam os propósitos do discurso. O mesmo

¹ Bernard Guenée, “Le Religieux et les docteurs. Comment le Religieux de Saint-Denis voyait les professeurs de l'Université de Paris”, *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 136, n. 4 (1992), 675.

parece acontecer na versão refundida da *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Contudo, neste último caso, não compreendemos ainda qual a intenção que escondem essas referências. Tal como acontecia com a segunda refundição do *Livro de Linhagens*, também da autoria do Conde D. Pedro, funcionarão como chave de leitura para a aclamação de D. João e para legitimar o condestável Nuno Álvares Pereira? Esperamos que a continuação deste trabalho nos possa, a breve trecho, trazer as respostas.

A aristocracia e o poder: parentesco e reprodução social na nobreza medieval portuguesa (1385-1521)

Miguel Aguiar¹

Universidade do Porto | Université Paris I Panthéon-Sorbonne

Resumo:

Este artigo procura explicar os princípios teóricos e metodológicos do nosso projeto de doutoramento, cujo objetivo é compreender o papel desempenhado por algumas práticas e representações de parentesco (a terminologia, a aliança e a transmissão patrimonial e simbólica) na reprodução social da aristocracia.

Palavras-chave:

aristocracia; parentesco; terminologia; aliança; transmissão

Abstract:

This article tries to explain the theoretical and methodological principles of our PhD project, whose purpose is to understand the role played by some kinship practices and representations (kinship terminology, alliance and patrimonial and symbolic transmission) in the process of aristocracy's social reproduction.

Keywords:

aristocracy; kinship; terminology; alliance; transmission

I) OBJETOS E QUESTÕES DO PROJETO

Problemas teóricos

O projeto de doutoramento que aqui se apresenta tem como problema de fundo a reprodução social da aristocracia, procurando compreender de que forma o parentesco contribuiu para esse processo. Tentaremos propor uma visão articulada entre, por um lado, as representações e práticas do parentesco num conjunto de linhagens da nobreza medieval portuguesa e, por outro, o papel desempenhado por essas práticas e representações na reprodução social do grupo.

A pertinência do parentesco como campo de trabalho neste projeto explica-se por várias razões. Desde logo porque o Ocidente medieval se inscreve num conjunto de sociedades ditas 'pré-industriais' onde o parentesco, na ausência de outras instituições autónomas, desempenha um papel de suporte às relações sociais e de poder.² Não queremos com isto dizer que é o parentesco a determinar essas relações – pois, como vários investigadores têm demonstrado, são sobretudo as relações de cariz 'religioso' e 'político' que desempenham esse papel ordenador³ –, mas sublinhamos o facto de ser

¹ CEPESE – U. Porto | LaMOP – U. Paris I, Panthéon-Sorbonne

Miguelper.aguiar@gmail.com

* **Abreviaturas:** ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo; ChDJI = Chancelaria de D. João I; ChDD = Chancelaria de D. Duarte; ChDAV = Chancelaria de D. Afonso V; ChDJII = Chancelaria de D. João II; LN = Leitura Nova; Provas = Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.

² “La parenté, dans ses diverses modalités, joue un rôle central dans les sociétés médiévales, parce qu'elle y est le support des relations qui s'expriment, aujourd'hui, dans des institutions autonomes, l'économie, la politique, le droit”, A. Guerreau-Jalabert, “Parenté”, em *Dictionnaire Raisonné de l'Occident Médiéval*, dir. J. Le Goff e J.C. Schmitt (Paris : Fayard, 1999), 874. Para o elenco e articulação dos diversos elementos do parentesco, seguimos M. Godelier, *Métamorphoses de la parenté* (Paris: Flammarion, 2010), 129-130.

³ M. Godelier, *L'idéal et le matériel : pensée, économies, sociétés* (Paris: Fayard, 1984).

através de práticas e representações de caráter parental que se constroem e operam relações essenciais à reprodução durável da ordem social. Tal proposição é perfeitamente compatível com a realidade do Ocidente medieval, numa sociedade que se concebe como *Ecclesia* e que a partir daí elabora um conjunto de formulações sobre as relações sociais, sobre as relações entre os homens e Deus, e também no seio da Trindade, a que o vocabulário parental dá suporte: num plano global, bastará dizer que os homens são *filhos* de Deus e que todos os fiéis são *irmãos*. Representações abstratas complexas que recorrem à terminologia do parentesco para ordenar e valorizar uma teia de relações, submergindo o sistema social medievo numa linguagem de caráter parental muito para além da simples classificação de relações de consanguinidade ou afinidade entre os indivíduos.

Por outro lado, é importante recordar que, para a aristocracia, o parentesco foi um de entre vários domínios cuja manipulação contribuía para a manutenção de uma posição de primazia. Particularmente desde o fim da Idade Média, a construção ideológica que a aristocracia foi fazendo de si própria fez-nos crer na mitologia do ‘sangue’ e de uma ‘continuidade biológica’ que, em certa medida, mais não é que o resultado último da sobrevalorização da filiação e da transmissão dentro do grupo aristocrático – ou, melhor dizendo, da sobreabundância de testemunhos que chegaram até nós dando conta dessa importância central, secundarizando outras práticas parentais que podem ter sido tão ou mais importantes para a sua reprodução social, como por exemplo a aliança –; abordaremos este problema mais à frente.¹

Por todas estas razões, o parentesco não é um campo de estudo recente na historiografia sobre a Idade Média, e foi aliás um dos domínios mais profícuos para a renovação da história social em Portugal na segunda metade do século XX, em especial no que ao estudo da nobreza diz respeito. Ainda assim, sendo um domínio cujas ferramentas de análise foram desenvolvidos pela antropologia, é importante que se sublinhe que nem sempre os historiadores foram rigorosos na utilização dos conceitos criados por outros cientistas sociais.² A utilização não raras vezes imprópria de conceitos desenvolvidos pelos antropólogos para descrever os diferentes sistemas de parentesco existentes no mundo gerou equívocos que não só impedem profícuas relações entre a história e outras ciências sociais, como também ajudaram a cristalizar no senso comum historiográfico algumas ideias que não correspondem à verdade. Um exemplo claro desta confusão reside na definição de algumas práticas parentais aristocráticas como agnáticas, baseando-se tal asserção na tendência para que certos bens, cargos e títulos sejam transmitidos por via paterna para apenas um dos descendentes.³ Na realidade, a definição de uma sociedade agnática é muito mais restritiva em vários outros níveis, não se coadunando, por exemplo, com um sistema de filiação e transmissão como o vigente na Cristandade medieval, de caráter bilinear e sem distinção entre os ramos paterno e materno.

Ao aceitarmos a proposição anteriormente descrita, que atribui ao parentesco um papel de suporte às relações sociais e de poder (mesmo não sendo o seu fator propulsor e ordenador), e ao validarmos a pertinência deste problema, encontramos-nos no meio de

¹ J. Morsel, *Noblesse, parenté et reproduction sociale à la fin du Moyen Âge* (Paris: Picard, 2017).

² A. Guerreau-Jalabert, "Sur les structures de parenté dans l'Europe médiévale", *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n.º 6 (1981), pp. 1030-1031; J. A. de Sottomayor-Pizarro, "A Chefia da Linhagem aristocrática (Sécs. XII-XIV). Reflexões em torno de uma prática idealizada", *Studia Zamorensia*, vol. XII (2013), pp. 28-30.

³ Termo algo frequente na historiografia dos anos 70 e 80 (e ainda usado no estudo de I. Beceiro Pita e R. Cordoba De La Llave, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana, siglos XII-XV* (Madrid: CSIC, 1990) e que, graças às conclusões de alguns estudos (em Portugal sobretudo a tese de doutoramento de J. A. de Sottomayor-Pizarro) foi caindo em desuso. Contudo, é sintomático que o desvanecimento do termo não tenha sido acompanhado de uma mudança de paradigma na abordagem destes problemas: bastará ver a quantidade de trabalhos desenvolvidos em torno de linhas de descendentes, quase sempre masculinas, ou por exemplo a raridade de árvores genealógicas (e de interpretações de práticas de parentesco) cognáticas, que sigam os percursos das parentelas tanto pelo lado masculino como feminino.

uma encruzilhada teórica que exige a revisão e o aprimoramento de conceitos, propondo pistas de trabalho e hipóteses que nos permitam chegar mais perto da compreensão do efetivo papel que o parentesco desempenhou na reprodução social da aristocracia.

Com esse fito, impõe-se igualmente um esforço de definição abstrata e operativa do conceito de *reprodução social*. Entendemo-lo como a reprodução durável de uma *ordem* social, sustentada por um sistema de instituições, representações, valores e comportamentos.¹ No caso do Ocidente medieval, essa ordem consubstanciava-se, entre outras coisas, num fenómeno de dominação exercida por um grupo minoritário e heterogéneo a que chamamos aristocracia (laica e eclesiástica),² para o qual, como já referimos, as práticas e representações de parentesco assumiram um papel destacado na construção ideológica do seu poder. Daí a pertinência de procurar compreender como e de que forma o parentesco contribuiu ou não efetivamente para esse processo.

Construção do objeto, do corpus documental e das questões

Tomamos como objeto os vários ramos de sete linhagens da nobreza portuguesa (Albuquerque, Almeida, Ataíde, Castro, Lima, Pereira, Vasconcelos). Contrariamente ao acolhimento mais regular que o termo *linhagem* foi recebendo na historiografia, dando origem a trabalhos monográficos que se centram em linhas de descendentes (normalmente as mais destacadas) dentro do grupo, a definição que aceitamos como ponto de partida entende-a como um grupo de filiação que procede de um ascendente comum, partilhando ligações de parentesco, uma identidade (nome, armas, referenciais de memória comuns) e, no caso específico da nobreza, o acesso a um estatuto de primazia e ao exercício de poderes senhoriais.³ As linhagens que escolhemos estavam segmentadas em diferentes ramos, de peso e importância desiguais, variando entre a relevância à escala do reino, da corte régia, até uma modesta projeção regional. A nossa atenção focar-se-á nesses vários ramos, esperando que as assimetrias e afinidades dentro de cada uma das linhagens e em comparação entre elas possa enriquecer o inquérito.

Ao mesmo tempo, a definição proposta também contrasta com a tradição de estudos sobre aristocracia que têm sido desenvolvidos em Portugal nas últimas décadas. A maioria dos trabalhos tem-se dividido entre estudos monográficos centrados numa linhagem,⁴ trabalhos de fundo ou artigos sobre problemas diretamente relacionados com a aristocracia,⁵ ou artigos que abordam tópicos como políticas matrimoniais enquanto instrumentos de reprodução ou ascensão social. Apesar de todos os avanços que têm sido registados, a ausência de propostas de trabalho sistemáticas sobre tópicos aglutinadores ou grupos alargados (contendo similaridades e alteridades) tem sido apontado por alguns autores como um obstáculo a um melhor conhecimento do grupo aristocrático na cronologia que elegemos⁶ – um cenário distinto da produção historiográfica para

¹ J. Morsel, *Noblesse, parenté et reproduction sociale à la fin du Moyen Âge* (Paris: Picard, 2017), 10-22.

² J. Morsel, *L'aristocratie médiévale : la domination sociale en Occident* (Paris: Armand Colin, 2004). É importante sublinhar que o modo de reprodução do poder da aristocracia eclesiástica se operava de um modo completamente distinto, pois os fundamentos do poder da Igreja enquanto instituição repousavam precisamente na rejeição dos vínculos de parentesco «naturais» dos indivíduos.

³ L. Barry et al, “Glossaire,” *L'Homme* 114-115 (2000) : 727; M. Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança* (Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990), p. 10.

⁴ Por falta de espaço não enumeraremos exaustivamente estes trabalhos. Salientamos, contudo, que uma breve consulta dos índices desses estudos rapidamente deixará patente a intenção de articular capítulos sobre parentesco (por vezes também designados por «família»), sobre aspetos senhoriais e patrimoniais, ou ainda acerca das estratégias (guerreiras, de serviço ou de outra ordem) que estão subjacentes à mobilidade social ascendente de determinada linhagem.

⁵ Como os trabalhos de Maria de Lurdes Rosa sobre as instituições vinculares.

⁶ J. Mattoso et al, “The Medieval Portuguese Nobility”, em *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. José Mattoso, eds. M. L. Rosa, B. Vasconcelos e Sousa e M. J. Branco (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 422.

cronologias mais recuadas, para as quais dispomos por vezes de perspetivas de problematização que articulam o estudo das práticas do parentesco com as estratégias de reprodução social.¹

Sobre a cronologia, importa referir que 1385-1521 são limites políticos, balizados entre os reinados de D. João I e D. Manuel I. Toda a definição de cronologias implica escolhas que podem ser criticáveis; neste caso, consideramos que tais reinados encerram um período decisivo na construção formal do que veio a ser a ‘nobreza’ no período moderno, lançando as bases das formas de relação entre a coroa e a aristocracia, os fundamentos do poder aristocrático, e os modelos de transmissão desse poder. Bastará lembrar que foi neste período que se definiu a Lei Mental e o paradigma sucessório dos bens da coroa detidos pela aristocracia, que se manteve praticamente inalterado até ao fim do Antigo Regime.

A construção de um *corpus* documental que permita dar resposta às nossas questões também levanta desafios. Um dos pontos comuns à esmagadora maioria dos trabalhos realizados sobre aristocracia para o final da Idade Média é o facto de se basearem quase exclusivamente em documentação da coroa. De facto, as mastodónticas chancelarias régias permitem-nos aceder a um conjunto significativo de documentação importantíssima para estudar as práticas de parentesco. Por razões que afluiremos mais à frente, tipologias como contratos de casamento ou documentação relacionada com a transmissão patrimonial são abundantes e de grande interesse. O problema, contudo, é que recorrer apenas a documentação produzida por um agente gera o risco de incorrer numa certa miopia interpretativa. Um exemplo concreto deste problema reside na transmissão patrimonial. Recorrendo apenas à documentação régia, só através de indícios indiretos ficamos a saber que havia partilhas dos bens patrimoniais das parentelas entre descendentes (precisamente um dos pontos que define um sistema cognático); contrariamente a estes indícios indiretos, a esmagadora maioria dos documentos produzidos pelo desembargo régio lidam com os bens da coroa detidos pelas linhagens, os quais estavam submetidos a regras sucessórias que privilegiavam a primogenitura e a masculinidade. A sobreabundância desses documentos foi justificando a perceção enraizada no senso comum historiográfico de uma prática de devolução de bens de carácter agnático, devendo-se tal perceção à confusão gerada entre a sobreabundância dessas tipologias nos fundos com que os historiadores trabalham mais regularmente, e ao desconhecimento ou não utilização de outros materiais de trabalho.

Cremos que a resposta a este problema está em procurar o que sabemos que existiu, mas que não foi conservado nos fundos régios. Dando seguimento ao exemplo da transmissão de bens, há vários indícios na documentação régia que vão apontando para a continuidade da partilha dos bens próprios das parentelas entre os vários descendentes, homens e mulheres. Esses atos, porquanto as mais das vezes diziam respeito às parentelas propriamente ditas, não se afiguravam pertinentes para redação na chancelaria régia (salvo se deles resultasse um conflito), e por essa razão as cartas de partilhas e testamentos – abundantes para períodos anteriores, e cuja riqueza permitiu compreender o funcionamento do sistema de parentesco para cronologias precedentes – , têm de ser procuradas em fundos ainda pouco percorridos pelos investigadores da aristocracia na cronologia de que nos ocupamos. Por um lado, no mundo recentemente descoberto dos arquivos familiares, onde documentos que nos permitem estudar as práticas de parentesco são abundantes e abrangem um lastro significativo de linhagens. Por outro lado, e seguindo as pistas de trabalho de outros especialistas na história da nobreza, os fundos de institutos religiosos poderão continuar a guardar documentação devido à presença de professoras que não deixavam de entrar nas partilhas dos bens paternos. Como com frequência uma parte desses bens reverteriam a favor dos cenóbios,

¹ Refiro-me concretamente aos conceitos de «cognatismo material e agnatismo político» propostos por José Augusto de Sottomayor-Pizarro na sua tese de doutoramento como forma de evidenciar a partilha equitativa dos bens entre os filhos, acompanhada pela transmissão dos cargos de poder apenas a um dos filhos J. A. de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279- 1325)* (Porto: CEGHHF, 1999), v. II, 1173-1192.

há boas razões para acreditar que, tal como acontecia nos séculos XIII e XIV, os fundos monástico-conventuais contenham ainda alguma documentação para dar resposta aos problemas que colocamos.

Considerando os vários elementos constitutivos dos sistemas de parentesco,¹ privilegiamos na nossa análise três domínios: a terminologia do parentesco, a aliança e a transmissão. Outros elementos interessar-nos-iam, tais como as relações de parentesco ditas ‘artificiais’, a começar pelo espiritual – bastará relembrar o facto de todos os cristãos terem padrinhos, e de todos os pais terem compadres, para patentear a centralidade deste género de relações. Infelizmente, os dados para estudar estes elementos são escassos, pelo que não nos é possível defini-los como parte estruturante do trabalho. No presente texto propomos a exposição dos vários elementos do projeto, apresentando sucessivamente os argumentos que fundamentam a sua pertinência, as opções metodológicas seguidas, os resultados obtidos até ao momento e as hipóteses que estes nos levam a propor.

A Terminologia do parentesco

A análise da terminologia do parentesco de determinada sociedade é uma opção metodológica frequente por parte dos antropólogos, tendo também sido seguida por alguns historiadores.² A terminologia do parentesco reflete, por um lado, o enquadramento teórico, jurídico e teológico elaborado pelos poderes dominantes e detentores da escrita para definir e precisar a natureza das várias relações de parentesco existentes entre os indivíduos. Por outro lado, também nos interessa entrever através do sistema terminológico a visão que os próprios indivíduos tinham das suas parentelas, dos seus limites e dos eixos que, dentro delas, deveriam ser dominantes.

São três as categorias de vocabulário de parentesco que nos propomos estudar e a partir das quais organizamos os nossos dados: 1) o vocabulário que remete para o grupo; 2) os termos polissémicos; 3) os termos de endereço, isto é, que os indivíduos usavam para se dirigir a um parente. A opção metodológica consistiu em inserir na base de dados os termos que se reportavam ao grupo, registando ocorrências, definindo predominâncias de utilização e de sentido. O nosso corpus regista dezasseis vocábulos passíveis de se referirem a essa dimensão plural, divididos por 382 ocorrências. Fruto talvez da documentação compulsada até ao momento (maioritariamente de proveniência régia), *herdeiros* é o termo dominante, contabilizando cerca de 45,8% das ocorrências; é seguido por *descendentes* (18%), *sucessores* (14,1%) e *linhagem* (7%); *ascendentes*, *parentes*, *casa*, *transversais*, *família*, *filhos*, *colaterais*, *antecessores*, *avoengas*, *co-herdeiros* e *propínquos* são termos mais raros e específicos de determinadas tipologias documentais. Tal paisagem denuncia a predominância de vocábulos característicos de tipologias documentais específicas e produzidas sobretudo pelas instituições régias. Terminologia, por isso, própria de uma documentação jurídica onde avultam doações ou negócios que implicam a definição de critérios de conservação e de transmissão de bens de natureza variável. E que denuncia, portanto, um esforço de definição de parentelas ou, mais concretamente, do perímetro dos que a integram e que podem suceder. Vocábulos como *linhagem* esvaziam-se de potenciais sentidos míticos enraizados na memória para serem fundamentalmente uma linha de potenciais herdeiros e sucessores. E, portanto, avulta também a utilização dos vocábulos projetada no futuro, como forma de assegurar e acautelar os negócios de hipotéticos conflitos – dimensão que se sobrepõe

¹ M. Godelier, *Métamorphoses de la parenté*.

² L. Ventura, “A família: o léxico”, em *História da Vida Privada*, dir. José Mattoso, *A Idade Média*, coord. B. Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Temas e Debates, 2011) 98-125; A: Guerreau-Jalabert, “La désignation des relations et des groupes de parenté en latin médiéval,” *Archivum latinitatis mediæviæ* 46-47 (1986-87): 65-108; J. Morsel, *La noblesse contre le prince : l'espace social des Thüngen à la fin du Moyen Âge (Franconie, vers 1250-1525)* (Estugarda: Thorbecke, 2000), 53-70; J. Morsel, *Noblesse, parenté et reproduction sociale*, 112-119.

notoriamente a uma invocação do grupo nas suas raízes ancestrais, enunciação talvez mais típica de outras tipologias documentais.

Enquanto reuníamos os dados, rapidamente nos apercebemos que, não raras vezes, as palavras que se reportavam ao grupo ora surgiam em associação entre si, ora em oposição, ora ainda com a intenção de precisar sentidos. Além disso, mostravam-se associadas a determinados verbos, no infinitivo ou em conjugação futura. Estes materiais terão de ser trabalhados *a posteriori* para proceder a uma análise textual mais fina; em todo o caso, é possível realizar algumas observações genéricas e provisórias a partir deles. Sobressai desde logo uma notória distinção dos descendentes diretos e verticais face ao grupo mais alargado dos potenciais herdeiros; por isso, *filhos* e *descendentes* opõem-se a *colaterais* e *transversais*. Em segundo lugar, denota-se uma clara associação entre o substantivo *herdeiro* e os verbos *partir* e *repartir*, remetendo para a ideia de que herdeiros são fundamentalmente todos os que têm direito a reclamar uma porção dos bens próprios dos ascendentes, em oposição aos bens da coroa e vinculados, nos quais se sucede por regras diferentes. *Herdeiros* e *sucessores*, a associação de termos mais frequente dentro do nosso corpus, ligam-se sem surpresa ao verbo *haver* conjugado no futuro. *Linhagem*, vocábulo aparentemente aglutinador, surge como termo destinado a precisar sentidos, a acentuar a transmissão vertical de um bem; daí o seu emprego quase sempre em relação com outros termos, acompanhado também da palavra *direita* e do verbo *descender*. Em síntese, este conjunto de observações permite destacar duas ideias: em primeiro, que a sucessão se faz dentro de um grupo tendencialmente restrito e vertical, definido no perímetro dos descendentes e herdeiros – um critério que, como referimos, se aplicava sobretudo aos bens que a coroa cedia às linhagens e nos bens de natureza vincular. Em segundo lugar, e em perfeito contraste com a primeira ideia, a representação de um grupo de herdeiros tendencialmente alargado, dividido entre ascendentes e descendentes, e com frequência associado aos verbos *haver* e *partir*.

Os termos polissémicos e de endereço permitem uma análise complementar. Refira-se que estes termos se encontram fora do que, em princípio, constituiria o núcleo «familiar» de pais e filhos. Interessam-nos principalmente vocábulos como sobrinhos e primos, sobretudo pelo alcance que tais termos permitem discernir acerca do perímetro prático de parentesco utilizado pelos indivíduos nas suas relações [anexos – 1]. Nota-se, desde logo, a persistência do ancestral hábito de designar por sobrinho os primos em terceiro ou em quarto grau canónico que estivessem em níveis geracionais diferentes [anexos – 2].¹ No caso dos primos, as ocorrências registadas variam, sem surpresas, entre primos co-irmãos e relações de parentesco de 3.º e 4.º graus.²

III – Aliança

A pertinência da análise das políticas matrimoniais releva de várias aceções quanto ao sistema de parentesco medieval em geral, e da reprodução da aristocracia em particular, especialmente pela sensível articulação entre, por um lado, os preceitos teológicos que conferiam liberdade e autonomia aos indivíduos para escolherem os seus cônjuges (preceitos entretanto vertidos nas leis do reino) e,³ por outro, as pressões e ambições das parentelas que condicionavam escolhas teoricamente livres, procurando subordiná-las ao benefício do grupo e dos próprios nubentes. Para a análise das práticas matrimoniais afigura-se pertinente a noção de «parenté pratique»,⁴ acentuando a ideia

¹ Ventura, “A família: o léxico” 106.

² Só dispomos de um termo endereço: trata-se de um documento onde Nuno Álvares Pereira se dirige a João Rodrigues Pereira como primo, sendo seu parente em 4.º grau canónico – Ch. DD, v. I, t. I, p. 269

³ Desde o reinado de D. Afonso III, sendo posteriormente sistematizadas nas Ordenações Afonsinas e Manuelinas.

⁴ Ideia desenvolvida por J. Morsel a partir das propostas de P. Bourdieu, *La Noblesse contre le Prince*, 104.

da manipulação de um domínio do parentesco – a par do parentesco espiritual –¹ onde imperava a possibilidade de escolha, por oposição aos parentes consanguíneos, «naturais» de cada indivíduo. Por isso, e ao admitirmos que o casamento é, para a aristocracia, um ato senhorial no sentido em que a aliança envolve muito mais do que os dois nubentes, contribuindo simultaneamente para assegurar vantagens relacionadas com a obtenção, a conservação e a transmissão do poder (material, simbólico, ‘status’), então uma análise sistemática das práticas matrimoniais afigura-se imprescindível.

É, no entanto, paradigmático que o conhecimento historiográfico sobre as práticas matrimoniais da aristocracia medieval (à exceção das realezas) seja reduzidíssimo.² Propomos nesta matéria vários focos de análise. Por um lado, as cópias (abundantes) de contratos de casamento nas chancelarias régias, assim como as cartas de dote e arras disponíveis em arquivos de família e fundos monásticos, permitem-nos conhecer com algum detalhe as práticas de negociação, e é por essa razão que constituem tipologias centrais neste projeto. Não será surpresa a conclusão de que a preservação dos contratos de casamento se deve principalmente às cláusulas que neles foram estabelecidas relativamente à doação de bens e à sua futura transmissão. O caráter sensível e hipoteticamente problemático dessas cláusulas suscitaria a produção dos documentos e, sobretudo, a sua conservação. As cópias encontradas nas chancelarias régias explicam-se pela frequência com que, por um lado, e principalmente ao nível da alta nobreza, os bens da coroa serviam de contrapartida negocial entre as partes contraentes e, por outro, pela maneira como o rei se torna o árbitro das políticas matrimoniais da nobreza cortesã. Em todo o caso, os contratos de casamento permitem-nos entrever processos negociais complexos, envolvendo vários elementos de ambas as parentelas (de linhagens «aliadas» ou possivelmente «rivais» em certos momentos) e avultados investimentos (sobretudo das parentelas das noivas), cuja regularidade mais não deve refletir senão da importância central dos casamentos enquanto prática parental ao serviço da afirmação das linhagens e da coesão social da aristocracia.

Por essa razão, é também frequente a aceção de que, em todas as sociedades humanas, os grupos aristocráticos têm tendência para tecer alianças endogâmicas, encerrando progressivamente os grupos privilegiados, até ao ponto em que, mesmo em sistemas sem regras prescritivas de casamento como o medieval, há uma certa ideia de aliança que se impõe como *desejável* – alianças homo ou hipergâmicas, por exemplo. Ora, esta suposição é tanto mais relevante se tivermos presente as regras marcadamente exogâmicas (por comparação a outras sociedades) do casamento medieval, elaboradas, segundo alguns autores, a partir das formulações teológicas que entendem o casamento como um ato de amor que se deve disseminar por toda a comunidade dos fiéis e para além das próprias ‘células’ sociais em que os indivíduos estão inseridos.³ Para o período que nos interessa as regras canónicas impedem casamentos entre parentes até ao 4.º grau canónico na consanguinidade, entre parentes nos graus próximos de afinidade, e entre parentes espirituais. O modo mais óbvio de contornar estes impedimentos era solicitar uma dispensa papal. Entre 1455 e 1520,⁴ 45 casamentos de membros de

¹ Os únicos dados reunidos até ao momento sobre o parentesco espiritual provêm do levantamento das dispensas canónicas elaborado por M. L. Rosa, citado na nota 25.

² Os inquéritos realizados enformam-se sobretudo pelas práticas da demografia histórica, como por exemplo M. Soares da Cunha, “Nobreza, alianças matrimoniais e reprodução social. Análise comparada dos grupos familiares dos Meneses e Cunha (séc. XV-1640),” em *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, eds. A. Aguiar Andrade, H. Fernandes e J. L. Fontes (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009), 741-756. O artigo de J. L. Boone (“Parental Investment and Elite Family Structure in Preindustrial States: a case study of Late Medieval-Early Modern Portuguese Genealogies,” *American Anthropologist*, vol. 88, issue 4 (1986): 859-878) é um exercício teórico interessante, mas os fundamentos empíricos do trabalho (os nobiliários do período moderno) colocam alguns problemas à coesão do trabalho.

³ D. D’Avray, *Medieval Marriage: Symbolism & Society* (Oxford University Press, 2005).

⁴ Dados obtidos com base no levantamento de M. L. Rosa, “Cultura jurídica e poder social: a estruturação linhagística da nobreza portuguesa” *Revista de História das Ideias* vol. 19 (1998): 229-308.

linhagens que prefiguram o objeto desta tese ocorreram dentro de grupos de parentesco,¹ predominantemente no 4.º grau canónico. Mas, concretamente, o que movia os indivíduos a procurarem casamentos tão próximos? Transmissão de bens, de cargos, ou simples exiguidade dos espaços sociais onde se movimentavam, impondo inevitáveis alianças com parentes próximos? A resposta poderá residir em alguma das perguntas feitas, em todas ou ainda noutras causas, mas o que fica patente é que, mesmo quando conhecemos cifras exatas, ainda está por esclarecer o que motivava estes comportamentos.

Por outro lado, alguns investigadores têm sugerido pistas de exploração da política matrimonial aristocrática que ainda não foram seguidas sistematicamente;² quantos casamentos aconteciam entre os 5.º e 7.º graus de parentesco? E qual a recorrência de renovação de alianças na afinidade, a partir do momento em que desaparecem as afinidades de segundo e terceiro géneros [Anexos – 3]? A resposta a estas questões só pode ser dada recorrendo à genealogia; e, como o parentesco medieval é cognático e os graus de proximidade contam-se independentemente da sua transmissão por via masculina ou feminina, isso significa a construção de árvores genealógicas que, contrariamente à prática comum, tracem ascendentes por todas as vias, não se limitando à tradicional linha de filiação por via agnática. Uma tarefa complexa, que se complica ainda mais caso procuremos renovações de aliança na afinidade, e que provavelmente só poderá ser cabalmente explorada recorrendo a programas específicos.³

Seguir esta linha de inquérito permitir-nos-á perceber muito melhor o encadeamento matrimonial da aristocracia, coisa que, de momento, conhecemos ainda de forma muito fragmentária. Para já, podemos apenas salientar a evidente concentração de alianças ditadas pelo espaço social em que os indivíduos estão inseridos. Seria assim uma tendência de *endogamia por círculo ou espaço social*, que, a título de exemplo, constrangia os indivíduos da alta nobreza cortesã a, tendencialmente, contraírem alianças com linhagens também inseridas nesse espaço, abrindo em paralelo vias secundárias para a realização de alianças com círculos sociais distintos (colocamos a hipótese, a verificar, de os secundogénitos ou de uma filha servirem para efetivar essas alianças).

IV – Transmissão

Chegamos ao terceiro elemento do parentesco, e aquele que, simultaneamente, se torna no ponto central do discurso e das práticas nobiliárquicas do parentesco: a transmissão. A cronologia do nosso projeto vê afirmar-se um discurso que assenta na transmissão do poder preferencialmente em benefício de um dos descendentes. Referimos no início deste texto que tais práticas não podem ser consideradas agnáticas,⁴

¹ Num universo de 311 casamentos até agora registados para o período entre 1385 e 1521. É importante frisar que a ausência de inventários semelhantes para cerca de metade da cronologia do nosso estudo leva-nos a depender exclusivamente da genealogia para encontrar mais matrimónios que terão suscitado a emissão de dispensas papais.

² A. Guerreau-Jalabert, “Prohibitions canoniques et stratégies matrimoniales dans l’aristocratie médiévale de la France du Nord”, em *Épouser au plus proche : Inceste, prohibitions et stratégies matrimoniales autour de la Méditerranée*, dir. P. Bonte (Paris : Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1994), 309; «L’apport des données médiévales à l’analyse du système d’alliance européen», *L’Atelier du Centre de recherches historiques* 19 (2018); J. Morsel, “Quelques propositions pour l’étude de la noblesse européenne à la fin du Moyen Âge”, em *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media* (Gobierno de Navarra, 2015) 489.

³ Por exemplo o programa PUCK, desenhado especificamente para o estudo de redes de parentesco.

⁴ M. Godelier, *Métamorphoses de la parenté*, 12-13; J. Goody, *The development of the family and marriage in Europe* (Cambridge: Cambridge University Press, 1983); A. Guerreau-Jalabert, “Parenté”, 863; J. Morsel, *Noblesse, parenté et reproduction sociale*, 69-70.

porquanto, em paralelo com esse modelo de transmissão específico, todos os filhos e filhas continuaram a receber bens de ambos os progenitores. Parte dos bens detido pelas linhagens – não por acaso aqueles que estavam associados a alguma forma de exercício de poder e são socialmente mais valorizados –¹ eram, porém, submetidos a práticas e discursos sucessorais de molde a privilegiar a indivisão e a transmissão integral a um só herdeiro, o sucessor, preferencialmente o varão primogénito. Referimo-nos concretamente aos bens doados pela coroa, regidos a partir da década de 30 do século XV pela Lei Mental, e que, dada a sua natureza, se queriam indivisíveis até para serem mais facilmente cadastrados e controlados, e as capelas e morgadios, instituições vinculares moldadas por um critério sucessório que, inverso à natureza do sistema de parentesco, vê-se forçado a escudar-se numa estrita regulação dos mecanismos e condições de sucessão, plasmadas a escrito para evitar conflitos no seio do grupo potencialmente alargado de herdeiros – conflitos que, de resto, sucedem amiúde.² Em suma, o património é dividido em três categorias: os bens patrimoniais, próprios de cada indivíduo e submetidos às regras de posse e partilha; os bens da coroa; e os bens vinculados, que não eram detidos, mas sim administrados pelos indivíduos, estando estas duas últimas categorias sujeitas a regras de sucessão diferentes das tradicionais leis do parentesco. Estes últimos, socialmente mais valorizados e associados a alguma forma de poder, e ao estarem em princípio destinados a varões primogénitos, davam corpo a duas inflexões caracterizadoras do sistema social medievo e, por conseguinte, influenciadoras das práticas de parentesco: a primazia do homem sobre a mulher, e o teórico domínio do primogénito face aos cadetes.³ Em todo o caso, é importante que se sublinhe que estas são *tendências* e não regras absolutas, pois com alguma frequência tais bens passam pelas mãos de mulheres; é significativo, todavia, que isso só aconteça quando as condições ideais – a existência de um varão primogénito – não estão satisfeitas.⁴

Considerando a permanência de uma fração de bens patrimoniais sujeitos a transmissão e partilha para todos os filhos, a oposição que detetamos no estudo da terminologia do parentesco entre *herdeiros*, associados ao verbo *partir*, e *sucessores*, associados ao verbo *suceder* e aos termos *linhagem* e *direita*, ganha pleno sentido. A partir da documentação régia, só indiretamente ficamos a saber da existência desta fração do património. Porém, a busca em arquivos familiares e em fundos monástico-conventuais poderá trazer-nos surpresas. Apresentamos dois casos que exemplificam o carácter promotor de tais pesquisas:

1. O primeiro é uma carta de partilhas dos bens de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, datada de 1493. Este documento interessava diretamente ao nosso inquérito, pois uma das filhas de Gonçalo, casada com Pedro de Ataíde, declarava não ter intenção de entrar nas partilhas já que o dote recebido quando casou era o mesmo que cabia nas legítimas de cada um de seus irmãos naquele momento. A leitura do documento demonstra que todos os filhos e filhas tinham direito a uma porção dos bens paternos, devidamente avaliados, sendo que Martinho, o filho primogénito que sucedia nos bens da coroa que seu pai possuía, era até obrigado a restituir 76.636 reais aos irmãos porque o seu pai gastara tais verbas a melhorar as marinhas de Portimão, pertença

¹ D. W. Sabeau e S. Teuscher, “Kinship in Europe: a new approach to long term development”, em *Kinship in Europe: approaches to long-term development (1300-1900)*, eds. D. W. Sabeau, S. Teuscher, J. Mathieu (New York / Oxford: Berghahn Books, 2007), 6.

² M. L. Rosa, *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV)* (Lisboa: Estampa, 1995).

³ A. Guerreau-Jalabert, “Parenté”, p. 865.

⁴ Citamos o caso de Rodrigo de Castro. Não tendo tido filhos legítimos, obtém do rei em 1507 a garantia que, à sua morte, os bens da coroa ficariam para as suas filhas, tendo-se aberto a hipótese de concentrar tais bens numa delas ou de os dividir. O castelo da Covilhã acabou por ficar para Isabel de Castro, casada com Fernando de Castro, e as terras de Valhelhas e Castelo Melhor para Antónia de Castro, que casaria com o filho do barão de Alvito (LN, 6 de Místicos, fls. 3-4 e 3 da Beira, fls. 4v-5).

da coroa. Como Martinho sucederia neste bem, tinha de pagar aos irmãos o valor que o pai despendera no melhoramento de um bem que escapava ao espólio patrimonial repartível entre a parentela.¹

2. A 6 de Junho de 1466, no convento de Santa Clara de Santarém, depois de conhecido o testamento de Beatriz Pereira, Mécia Pereira, sua filha e freira naquele convento, decide vender a Afonso Pereira, seu irmão, os bens móveis e imóveis que lhe caberiam nas partilhas que seriam feitas do património materno, em troca de 70 mil reais: 50 mil pagos em dinheiro, e 20 mil numa terra no termo de Santarém que Mécia deixaria ao convento, e que Afonso se comprometia a entregar no prazo de dois anos.²

Tais indícios são prometedores do que pesquisas aturadas em fundos menos conhecidos (ou trabalhados com outros intuitos) poderá trazer para o nosso inquérito, o que faz todo o sentido se atendermos às razões que poderão explicar a conservação destes documentos. Isso é bastante evidente no caso do negócio entre Mécia e Afonso Pereira, pois a preservação do instrumento era a prova documental que asseguraria a entrada de um bem imóvel no convento. No caso dos arquivos familiares a realidade é aparentemente mais complexa, sendo preciso conhecer os vários processos de construção desses arquivos, o que geralmente nos conduz a encontrar documentação de algumas linhagens em fundos aparentemente inesperados.³ Em todo o caso, fica igualmente patente que a fração patrimonial dos bens detidos pelas linhagens alterar-se-ia permanentemente, repartindo-se a cada geração. Uma dinâmica de mobilidade que não é tão favorável à longa preservação de vestígios documentais como por exemplo as instituições vinculares ou os bens da coroa.

Mas não eram apenas bens patrimoniais e senhoriais que eram transmitidos aos descendentes. Os nomes e as armas heráldicas, sinais de filiação, também podem ser considerados bens transmitidos, de natureza distinta e que poderemos aceitar como testemunhos de encadeamento genealógico e linhagístico, cuja utilização cumulária os indivíduos de honra e de prestígio, concedendo-lhes uma espécie de capital «simbólico». A estratégia metodológica para constituir um conjunto de dados sobre esta matéria passa por reunir numa tabela o nome de batismo, o patronímico e o apelido com que os homens e mulheres se identificaram ou foram designados nos documentos,⁴ determinando se tais elementos provêm do pai, da mãe, de ambos ou de outro antepassado. A nossa contagem ainda é parcelar e os dados são algo fragmentários, mas a tendência, num universo de 190 casos registados, é bem clara: cerca de 80% dos homens e mulheres utilizam o apelido paterno. As exceções, todavia, alertam-nos para as várias hipóteses de transmissão, ainda que marginais, que se apresentavam aos indivíduos. Há vários casos em que é o apelido materno que se prolonga, maioritariamente através das mulheres, mas também através dos homens – no caso dos varões, tal prática aplica-se maioritariamente aos secundogénitos.⁵ Casos havia, porém, em que o prolongamento de

¹ Malveira, Coleção João Pereira, Doc. 40. Agradeço ao Dr. Pedro Pinto ter-me referido este documento e ao Engenheiro João Pereira a sua disponibilização.

² ANTT, Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara de Santarém, mc. 13, doc. 919 e 920

³ Pois muitas vezes a extinção de varonias ou casamentos faziam com que documentação de uma casa ou linhagem «migrasse» para outra. Veja-se Rita Sampaio da Nóvoa, *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*, Tese de Doutoramento em História, área de especialização em Arquivística Histórica, apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2016.

⁴ E apenas nos documentos, uma vez que, por comodidade, os nobiliários posteriores arrumaram alguns personagens sob um ou vários apelidos que, na verdade, eles não usaram na época em que viveram.

⁵ Rui Vasques Ribeiro, filho de Rui Mendes de Vasconcelos e Maria de Ribeiro (Ch. DJI, v. III, t. III, p. 77).

determinado apelido se fixava em mecanismos formais, como em contratos de casamento ou em instituições de morgadios.¹

Em termos gerais, estas tendências podem ser igualmente observadas na transmissão das armas, embora neste tópico tenhamos de lidar com dificuldades de monta para construir um corpus de dados significativo. Se é verdade que os apelidos dos indivíduos aparecem abundantemente na documentação, o mesmo não se pode dizer dos documentos heráldicos. Estamos sobretudo dependentes de pedras de armas colocadas em jacentes tumulares, sendo que muitos destes monumentos foram desaparecendo ao longo dos séculos. Paralelamente, os outros documentos que poderiam exibir dispositivos heráldicos, como selos, são raríssimos. Talvez esta rarefação seja um dos motivos que explique a marginalização da heráldica por parte da historiografia,² mas neste projeto ela assume um papel de grande relevância. Apesar de este tipo de dados ser para já – e sê-lo-á provavelmente no final do projeto – um elemento de menor dimensão no nosso corpus documental, isso não diminui a sua relevância ou potencial científico, especialmente se eles forem articulados com informação de outro tipo. Sem surpresas, também nas armas predomina largamente a transmissão dos símbolos paternos. Ainda assim, e tal como no caso dos apelidos, os casos de exceção devem alertar-nos para as várias possibilidades de transmissão à disposição das parentelas. Isso é claramente visível no caso das armas combinadas, que procuravam aliar os símbolos paternos e maternos ou de outro antepassado. São os casos de Rui Vasques Ribeiro, filho de Rui Mendes de Vasconcelos, que usava um escudo que combinava as armas paternas do lado direito e maternas do lado esquerdo; de Pedro da Silva, filho de Lopo de Almeida e Beatriz da Silva, que aliava as armas paternas e maternas [anexos – 4]; e, situação mais complexa, porquanto articula elementos de vários antepassados, as armas de João de Albuquerque: esquartelado, apresenta as armas de Portugal em 1.º e em 4.º, as flores de lis provenientes dos Soverosa em 3.º e nove cunhas, dos Cunha, em 2.º. Se um desses elementos simbólicos lhe foi transmitido pelo pai – as cunhas – os outros constituem as armas dos Albuquerque, recuperadas, tal como o apelido usado por este fidalgo, de sua avó paterna.³

PRÓXIMA ETAPAS DE TRABALHO

Este projeto encontra-se exatamente a meio do seu plano de trabalhos. Contam-se como tarefas a desenvolver nos próximos meses:

- Continuação de pesquisa arquivística em fundos familiares e monástico-conventuais.
- Tratamento de dados (p. ex.: análise da terminologia do parentesco; análise das redes matrimoniais recorrendo a um programa de apoio).

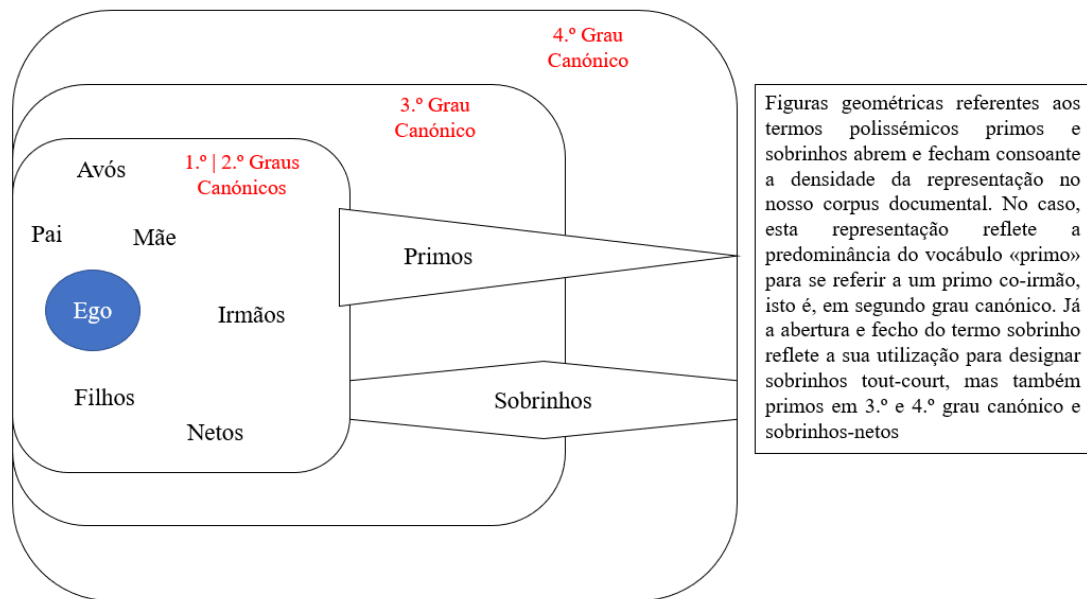
¹ O contrato de casamento dos pais de Pedro de Castro estipulava que o filho do casal usaria o apelido materno – Provas, t. VI, 1.ª p, pp. 202-212.

² M. Metelo de Seixas, “Bibliografia de heráldica medieval portuguesa”, em *Estudos de Heráldica Medieval*, coord. M. Metelo de Seixas e M. L. Rosa (Lisboa: IEM, Caminhos Romanos e Centro Lusíada de Estudos Genealógicas e Heráldicos, 2012), 511-518.

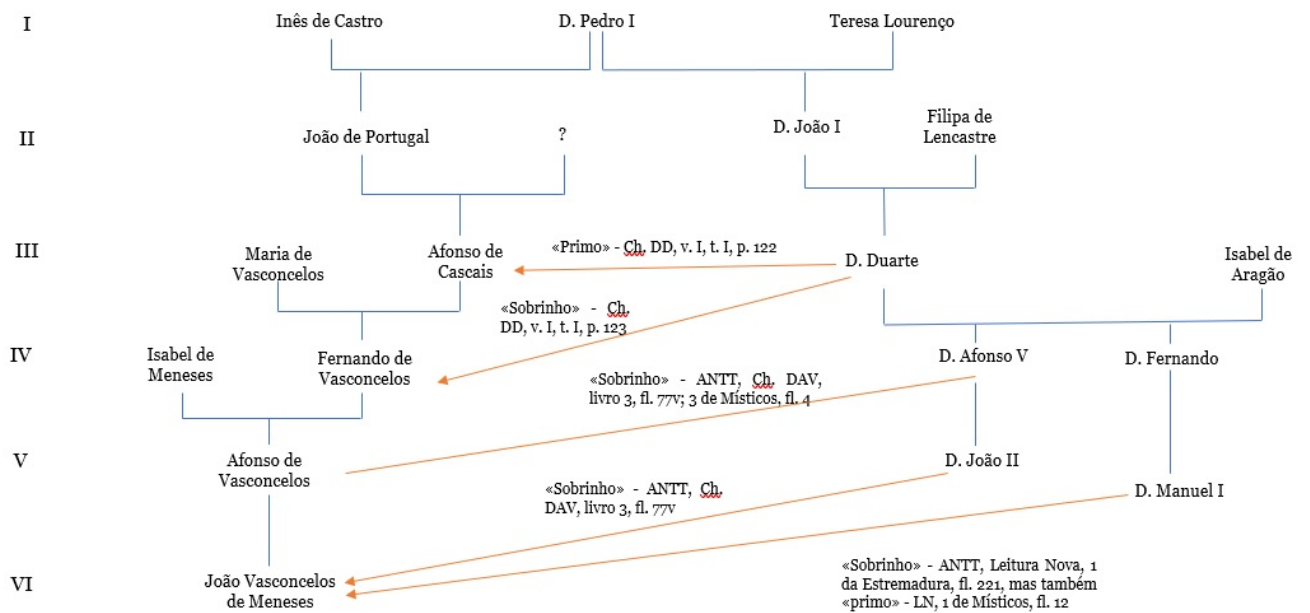
³ Nomeadamente Isabel e João de Albuquerque, que usam o apelido da avó paterna, Teresa de Albuquerque - Ch. DD, v. I, t. II, pp. 121-124.

Anexos

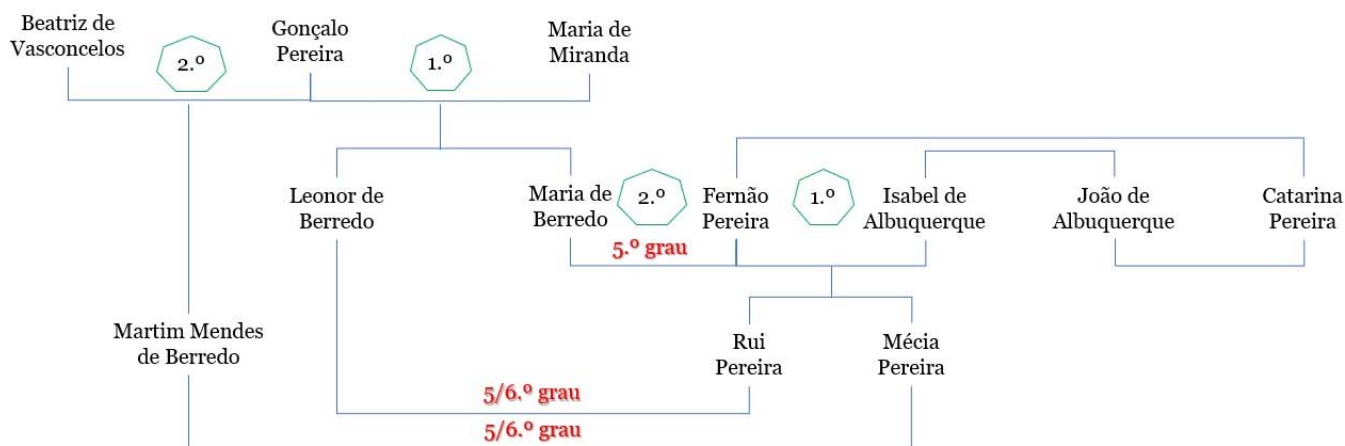
1 – Diagrama da terminologia do parentesco



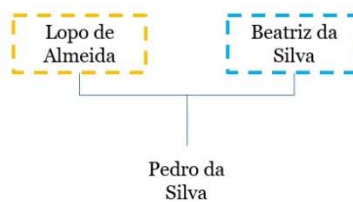
2 – Primo designado por «sobrinho» quando em níveis geracionais diferentes



3 – Casamentos no 5. /6.º graus canónicos e alianças renovadas na afinidade



4 – Armas de Pedro da Silva



Fonte: *Livro do Armeiro-Mor*, p. 59.

O estudo de um corpo militar: os espingardeiros (c.1437- 1518) Metodologias, abordagens e hipóteses de um projeto de dissertação de mestrado¹

Pedro Filipe Fernandes Sebastião
Universidade de Coimbra

Resumo:

Este artigo visa apresentar os principais dados de um projeto de dissertação que tem por objeto de estudo um corpo militar português: os espingardeiros. Este corpo surgiu no século XV, num contexto em que a arte militar europeia se abria às inovações da pirobalística, e se caracterizava por usar, em combate, armas de fogo portáteis, ou seja, passíveis de serem manejadas por um só combatente – quer fossem estas colobretas, quer fossem espingardas. Ainda que as primeiras referências (campanha de Tânger em 1437) denunciem a presença de um corpo modesto, de um ponto de vista numérico, este rapidamente cresceu em número e importância, a notar pelas cerca de 400 cartas de privilégio, dedicadas a estes combatentes, na Chancelaria de D. João II. Quanto à organização interna destacamos as similitudes do corpo de espingardeiros com o de besteiros do conto, estando estes últimos implantado no território desde 1299, e ainda a existência, entre as duas milícias, de uma atuação militar conjunta, notada nas fontes cronísticas.

Palavras-chave:

Espingardeiros, armas de fogo portáteis, besteiros do conto, D. João II

Abstract:

This article aims to present a Master Thesis project which intends to understand a Portuguese military corp: «os espingardeiros» (handgunners). This corp was created in the fifteenth century, in a firearms widespread context in the European armies, and their members were characterized by the use of portable firearms in combat (weapons that could be handled by a single combatant, such as «colobretas» or rifles). Although the first references, from the Tangiers' campaign in 1437, have denounced the presence of corps which were not significant in a numerical perspective, they quickly have grown both in number and importance if we analyse the approximately 400 «cartas de privilégio» (privilege letters) dedicated to these soldiers in the Chancellery of D. João II. Regarding the internal organization of the militia, we highlight the similarities of the «espingardeiros» (handgunners) with the «besteiros do conto» (crossbowmen). Although the latter has been implanted in the territory since 1299, we can spot a joint military performance, noted in the chronological sources, between the two militias.

Key-Words:

Handgunners, Portable firearms, crossbowmen, King João II

¹ O artigo aqui apresentado diz respeito ao texto da comunicação realizada no contexto do X Workshop de Estudos Medievais (WEM) quando a investigação sobre o tema, entretanto concluída, se encontrava ainda em curso. No sentido de preservar a essência do WEM, que está associado a um carácter eminentemente pedagógico, optei por manter o texto original da comunicação, apresentando as principais modificações às hipóteses/metodologias originais em nota de rodapé; nestas notas foram também realçados os contributos da discussão científica resultante do Workshop para o resultado final. A minha dissertação *Os espingardeiros. Um novo corpo militar nos alvares da modernidade (1437-1495)*, orientada pelo Doutor João Gouveia Monteiro, foi apresentada em 29 de outubro de 2018 e encontra-se disponível em acesso livre em https://www.academia.edu/37794812/Os_espingardeiros._Um_novo_corpo_militar_nos_alvares_da_modernidade_1437-1495_.pdf.

1 – TEMA, PROBLEMAS, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO

No âmbito da dissertação que estamos a desenvolver, que tem como título, “Os Espingardeiros – um novo corpo militar no alvor da modernidade (c. 1437-1518)”, procuramos analisar a importância do surgimento deste corpo militar na hoste portuguesa. Teremos em conta o contexto político-militar do reino, bem como a conjuntura internacional, no sentido de perceber melhor esta introdução e as principais novidades que daqui surgiram. Perceber esta modificação é relevante, especialmente se tivermos em conta que, do ponto de vista da História Militar, a transição da medievalidade para a modernidade ficou marcada pelo surgimento da pirobalística, juntamente com o aumento do tamanho dos exércitos e da duração das campanhas.

Na pirobalística, ou seja, no uso de armas de fogo, tendo em conta a dimensão destas armas, é possível identificar duas grandes vertentes: a artilharia, que concerne ao uso de armas pesadas (bombardas e trons), e as armas portáteis ligeiras. Esta comunicação centra-se na utilização das segundas. Os nossos objetivos para o estudo da milícia dos espingardeiros prendem-se, por um lado, com a análise da sua importância nos cenários militares tanto ibéricos, como norte-africanos. Por outro lado, procuramos conhecer melhor a organização interna desta milícia, norteando a investigação no sentido de descortinar a sua origem geográfica e social, as cadeias de comando, o recrutamento e o número de efetivos.

A baliza cronológica que marca o início deste estudo diz respeito a 1437, data da campanha de Tânger, sob o comando do infante D. Henrique, na qual surgem as primeiras referências cronísticas a espingardeiros. Como data limite do nosso estudo propomos o ano de 1518, data em que foi emitido o Regimento dos Espingardeiros, já no século XVI.¹

Do ponto de vista do espaço geográfico, cingimos a nossa análise ao reino português. Ainda assim, tal não nos impede de estabelecer, ocasionalmente, comparações com o desenvolvimento dos corpos de espingardeiros, quer no reino castelhano, quer no reino de Fez, por se tratarem de realidades políticas nas quais Portugal interveio militarmente com frequência na cronologia estudada.

Do ponto de vista documental, o principal problema que nos surge é a ausência de transcrição das Chancelarias de D. Afonso, de D. João II e de D. Manuel, bem como das Cortes realizadas nos dois primeiros reinados. Ainda que tenhamos recorrido a algumas metodologias para preencher este “vazio” documental, consideramos que, apenas com as transcrições na íntegra destas Chancelarias, poder-se-ia ter uma visão mais abrangente da realidade social desta milícia.

2 – ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Numa abordagem geral da hoste régia portuguesa para o século XV destaca-se a obra de João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*,² pela sua análise inovadora e abrangente do panorama bélico português entre Aljubarrota

¹ Uma das alterações estruturais realizadas na proposta original, e que resultou de uma recomendação dada pelo Doutor Miguel Gomes Martins, que comentou a minha comunicação no X WEM, foi a redução do período cronológico em análise. A inserção de uma parte substancial do reinado manuelino revelou-se inviável pelo facto de o acréscimo de fontes, quer cronísticas, quer narrativas – pensando apenas na Chancelaria de D. Manuel e nas crónicas relativas à presença portuguesa no Índico – ser demasiado ambicioso para o limite temporal imposto a uma dissertação de mestrado. Contudo, apesar de na dissertação impormos como data limite o final do reinado de D. João II (1495), utilizámos elementos recolhidos para lá dessa delimitação, dos quais é exemplo o Regimento manuelino dos espingardeiros (1518) e as Cortes de Lisboa (1498).

² João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998).

(1385) e Alfarrobeira (1449). Refere-se também, neste aspeto, ainda que de carácter mais sumário, o artigo de Humberto Baquero Moreno, “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV”,¹ que se foca, também na primeira metade do século. Para a perceção dos besteiros do conto, milícia com a qual podem ser estabelecidas múltiplas comparações com os espingardeiros, referimos a recente dissertação de mestrado, *De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1383-1438)*,² realizada por Leandro Ferreira.

Do ponto de vista dos elementos técnicos das armas de fogo ligeiras (colobreta e espingarda de mecha) evidenciamos a obra de Paulo Jorge Agostinho,³ que é importante no sentido de apontar as características e formas de funcionamento das armas de fogo ligeiras, bem como a sua evolução. Nuno Varela Rubim é também uma referência obrigatória nesta área, especialmente os seus artigos respeitantes ao armamento pirobalístico, na coletânea *Pera guerrejar*, e na obra *A arquitectura militar na expansão portuguesa*. Realçamos ainda o artigo *Sobre a possibilidade técnica do emprego de artilharia na batalha de Aljubarrota*, que é fundamental no sentido de entender a função original destas primeiras armas pirobalísticas.⁴

No que diz respeito ao enquadramento militar da milícia destacamos os estudos de caso relativos aos principais enfrentamentos em que a hoste régia portuguesa esteve envolvida nos séculos XV e XVI: para Tânger (1437), apontamos o capítulo de Luís Miguel Duarte, na *Nova História Militar de Portugal*;⁵ para a conquista de Alcácer-Ceguer, e a posterior ocupação portuguesa, é fundamental a obra de João Sérgio Cruz, *O castelo português de Alcácer Ceguer: transformações morfológicas nos sécs. XV e XVI*;⁶ para a tomada de Arzila destacamos a dissertação de Paulo Alexandre Dias, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*;⁷ no que diz respeito à Batalha de Toro, ver as dissertações de Marcelo Augusto de Encarnação e António Martins Costa.⁸ Por seu lado, o estudo de Fernando Pessanha, relativo às guarnições portuguesas no Norte de África,⁹ é especialmente significativo no sentido de perceber o uso de espingardeiros na defesa

¹ Humberto Baquero Moreno, “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV”, in *Actas do I Colóquio ‘Para uma visão global da História Militar’* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1992), 59-70. Ver ainda do mesmo autor, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico* (Coimbra, BGUC, 1980).

² Leandro Ribeiro Ferreira, “De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1383-1438)” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2015).

³ Paulo Jorge Agostinho, *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*, (Coimbra: IUC, 2013).

⁴ Nuno Varela Rubim, “O armamento pirobalístico”, in *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*, coord. Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, 223-243 (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000); Nuno Varela Rubim, “A artilharia em Portugal na segunda metade do século XV”, in *A arquitectura militar na expansão portuguesa*, 17-26 (Lisboa: CNCDP, 1994); Nuno Varela Rubim, *Sobre a possibilidade técnica do emprego de artilharia na batalha de Aljubarrota* (Lisboa: Serviços Gráficos da Liga Portuguesa dos Combatentes, 1986).

⁵ Luís Miguel Duarte, “A Marinha de guerra. A pólvora. O Norte de África – A guerra em Marrocos. Aprender tudo de novo.”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coord. José Mattoso, vol.1, 289-441 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003). Ver ainda a obra de Hugo Daniel Rocha Moreira, “A campanha militar de Tânger (1433-1437)” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2009).

⁶ João Sérgio Cruz, “O castelo português de Alcácer Ceguer: transformações morfológicas nos sécs. XV e XVI” (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, 2015).

⁷ Paulo Alexandre Dias, “A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2015).

⁸ Marcelo Augusto Encarnação, “A Batalha de Toro” (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 2011); António Carlos Martins Costa, “A batalha de Toro e as relações entre Portugal e Castela: dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2012).

⁹ Fernando Pessanha, “As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquela, no Algarve Dalém Mar” (Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve, 2012).

permanente das praças portuguesas, bem como a sua correlação com outros corpos militares.

A historiografia específica sobre espingardeiros é escassa. Reconhecemos o contributo prestado pela entrada de Gastão Mello de Matos no *Dicionário de História de Portugal*;¹ ainda que desatualizado e com alguns erros de análise, o autor levanta um conjunto de caminhos de investigação que se revelaram frutíferos. Aludimos ainda ao artigo sobre esta milícia, integrado no capítulo de Luís Miguel Duarte na *Nova História Militar de Portugal*, “A Marinha de guerra. A pólvora. O Norte de África”,² que nos fornece preciosas referências, não só quanto aos espingardeiros, mas também relativas às alterações na estrutura militar portuguesa (como o aparecimento da artilharia e das companhias de ginetes) na segunda metade do século XV. Mais recentemente, surgiu o artigo de João Gouveia Monteiro, “Crise(s) e renovação (1367-1495)” na *História Militar de Portugal*,³ com algumas considerações sobre esta milícia, e ainda uma perspetiva geral da adaptação da arte militar portuguesa às novas formas de guerra.

No que diz respeito à iconografia militar, e mais especificamente das representações de espingardeiros, destacamos a dissertação de Inês Meira Araújo, relativa às Tapeçarias de Pastrana,⁴ realizadas para celebrar a tomada de Arzila pelos portugueses; esta é uma obra especialmente importante, tendo em conta a relativa exiguidade de fontes iconográficas militares para este período.⁵

3 – FONTES

As fontes que utilizamos para este estudo são de dois tipos: as fontes narrativas na forma das crónicas quatrocentistas e as fontes diplomáticas, emanadas do poder central, na forma das Chancelarias, Cortes e Ordenações.

Quanto às fontes cronísticas, destacamos as crónicas de Rui de Pina relativas aos reinados de D. Duarte,⁶ D. Afonso V⁷ e D. João II;⁸ para este último reinado possuímos

¹ Gastão Mello de Matos, “Espingardeiros.”, in *Dicionário de História de Portugal*, coord. por Joel Serrão, 450-451 (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979-2000).

² Duarte, “A Marinha de guerra. A pólvora. O Norte de África”, 289-441.

³ João Gouveia Monteiro, “Crise(s) e renovação (1367-1495) – Portugal adapta-se às novas formas de guerra”, in *História Militar de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2017).

⁴ Inês Filipa Meira Araújo, “As tapeçarias de Pastrana uma iconografia de guerra” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2012).

⁵ Realçamos que nesta fase da investigação faltava, quanto à bibliografia, o acesso a obras que fornecessem o enquadramento europeu da temática do desenvolvimento da pirobalística e da sua influência na definição dos confrontos no século XV. Apontamos aqui apenas alguns dos títulos que foram cruciais para esse entendimento: Kenneth Chase, *Firearms. A Global History to 1700* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003); Weston F. Cook, *The Hundred Years War for Morocco. Gunpowder and the Military Revolution in the Early Modern Muslim World* (Boulder: Westview, 1994); Robert Douglas Smith, “Artillery” e “Handguns”, in *The Oxford Encyclopedia of medieval warfare and military technology*, ed. Clifford J. Rogers, 81-87 e 234-236 (Oxford: University Press of Oxford, 2010).

⁶ Rui de Pina, “Crónica de El-rei Dom Duarte”, in *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Joaõ I, D. Duarte, D. Affonso V, e de D. Joaõ II*, ed. Jose Corrêa da Serra, (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790).

⁷ Rui de Pina, “Crónica de El-rei Dom Afonso V”, in *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Joaõ I, D. Duarte, D. Affonso V, e de D. Joaõ II*, ed. Jose Corrêa da Serra, (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790).

⁸ Rui de Pina, *Crónica de D. Joaõ II*, dir. Luís de Albuquerque, (Lisboa: Alfa, 1989).

ainda a crónica de Garcia de Resende.¹ É ainda de referir a crónica de Damião de Góis,² relativa ao reinado de D. Manuel I.³

Nas fontes diplomáticas destacamos a consulta, recentemente disponível, dos índices dos primeiros dez livros da Chancelaria de D. Afonso V,⁴ da consulta de documentação transcrita da chancelaria de D. João II, facilitada pelos índices elaborados por Manuela Mendonça,⁵ e ainda o Regimento Manuelino dos Espingardeiros,⁶ datado de 1518. A nível subsidiário recorremos ainda ao *Livro de Apontamentos* de Álvaro Lopes de Chaves, o *Livro da Barca de Tânger* e as Cortes de Lisboa de 1498.⁷

4- METODOLOGIA

A metodologia usada para as fontes cronísticas consiste na análise do papel dos espingardeiros nos vários momentos bélicos. Assim, não é nosso objetivo analisar os conflitos na sua singularidade, uma vez que tal estudo não traria novidade, face a alguns dos trabalhos referidos anteriormente. Esta metodologia é, assim, fulcral no sentido de perceber se esta milícia conheceu um efetivo aumento de importância, ao longo do tempo.

Por seu lado, a metodologia para as fontes diplomáticas consistiu na organização, em base de dados, da informação recolhida das transcrições da Chancelaria de D. João II, relativas sobretudo a cartas de privilégio dadas a espingardeiros neste reinado. Parte significativa destas transcrições (cerca de 280) foi-nos fornecida pelo Doutor Pedro Pinto e corresponde a transcrições inéditas realizadas entre 1998 e 2000, no âmbito do projeto "Transcrição e Edição da Chancelaria de D. João II", coordenado pelo Professor Doutor Eduardo Borges Nunes, projeto esse que não chegou a ser concluído. Usando os índices da Chancelaria de D. João II de Manuela Mendonça, transcrevemos as 140 cartas de privilégio que restavam, através da consulta dos microfilmes, na Torre do Tombo.⁸

¹ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II; e miscelânea*, (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991).

² Damião de Góis, *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, dir. J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926).

³ Quanto às fontes cronísticas é necessário referir que, nesta fase da investigação, faltava sobretudo a análise das crónicas de Gomes Eanes de Zurara relativas à presença portuguesa no Norte de África e essenciais para perceber o quotidiano das guarnições portuguesas e a presença de espingardeiros nesse cenário militar. Ver em Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira, (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915); Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King, (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978).

⁴ Ver em, "Torre do Tombo – Chancelaria de D. Afonso V", <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3815943>. Disponível em 12/03/2018. Numa fase posterior da investigação, tivemos acesso aos Índices completos da Chancelaria de D. Afonso V, resultado de um projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos Damião de Góis, sob a direção do Professor Humberto Baquero Moreno, sendo os seus resultados disponíveis através do projeto "Ophir – Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses".

⁵ Manuela Mendonça, *Chancelaria de D. João II: índices*, (Lisboa: Arquivos Nacionais. Torre do Tombo, 1994); algumas das transcrições encontram-se disponíveis em "Torre do Tombo – Chancelaria de D. João II", <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3840406>. Disponível a 12/03/2018.

⁶ Disponível em ANTT, Núcleo Antigo 16, f. 58v-60; microfilme 91. A transcrição deste Regimento, elaborada pela Doutora Ana Pereira Ferreira, veio a revelar que este Regimento apenas se refere aos espingardeiros de Lisboa e não a um conjunto de regulamentações válido para todo o reino, como inicialmente pensávamos.

⁷ Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, ed. Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, (Lisboa: INIC, 1984); BNL, códice nº 1782. *Livro da Barca de Tanger*, fls. 1v-3v; *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I*, org. João José Alves Dias, (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001).

⁸ A consulta dos já referidos Índices da Chancelaria de D. Afonso V permitiram a criação de uma base de dados similar à criada para D. João II, ainda que não tenha sido possível transcrever as

5 – ESTRUTURA PROVISÓRIA DO TRABALHO FINAL

A nossa dissertação estrutura-se em três capítulos:

No primeiro capítulo procuraremos enquadrar o corpo dos espingardeiros, analisando a hoste régia portuguesa do século XV e início do século XVI, considerando as suas diversas componentes, proveniências e quantitativos numéricos. Analisaremos, assim, os contingentes provenientes da nobreza, das ordens militares, da guarda régia e das milícias concelhias, destacando neste último ponto os besteiros do conto, da câmara e de cavalo. Evidenciaremos os novos corpos militares, no século XV, nomeadamente, as companhias de ginetes e os bombardeiros.

Por seu lado, no segundo capítulo, avaliaremos a ação dos espingardeiros nos teatros de operações portuguesas do século XV e XVI. Focaremos a nossa atenção nas ações ofensivas e/ou defensivas, na combinação desta milícia com outros grupos militares, na sua hierarquia e organização nos cenários de guerra e ainda na sua influência no desfecho do conflito.

No terceiro capítulo, será nosso objetivo abordar as perspetivas sociais desta milícia tendo em consideração as informações recolhidas nas cartas de privilégio já referidas. Focaremos o local de origem geográfica dos espingardeiros, o grupo socioprofissional a que pertenciam, os privilégios de que dispunham e ainda a sua hierarquia interna. Neste capítulo, procuraremos ainda analisar a política régia ao longo do século XV face às milícias concelhias, nas quais se inserem os espingardeiros, procurando descortinar alterações e prioridades.

Um quarto capítulo pode ainda vir a desenhar-se e, caso tal aconteça, este terá por objetivo analisar o aparecimento e difusão dos espingardeiros no Norte de África e em Castela, comparando estas realidades com a portuguesa. Tal passaria pela análise da cronística muçulmana e castelhana.¹

6 – DADOS SEMITRATADOS, HIPÓTESES OU CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Os dados novos produzidos pela nossa investigação até ao momento foram divididos entre os que dizem respeito à esfera militar e os que concernem à esfera da estruturação interna do corpo.

De entre os múltiplos registos que concernem à esfera militar selecionámos os que já estudámos com maior profundidade, nomeadamente Tânger (1437), Alfarrobeira (1449) e Benacofú (1464).² As primeiras referências a espingardeiros provêm da crónica de D. Duarte, nomeadamente na malograda expedição a Tânger em 1437. Aqui, inferimos

41 cartas de privilégio a espingardeiros neste reinado por limitações temporais; circunscrevemos o esforço de transcrição a três dessas cartas, realizado pela Doutora Ana Pereira Ferreira, que consideramos representativas do tipo de privilégios dados pelo *Africano* a este corpo militar.

¹ A estrutura final da dissertação veio a revelar algumas alterações face ao plano original, onde elaborámos quatro capítulos ao invés de três. O primeiro não revela grandes alterações ao proposto aqui, sendo o seu propósito o de analisar a estrutura da hoste régia portuguesa. No segundo, fornecemos os principais dados da difusão da pirobalística no cenário europeu e em Portugal, dando também indicações quanto às características técnicas das armas de fogo portáteis usadas pelos espingardeiros; por recomendação do Doutor Miguel Gomes Martins acabámos por não analisar a cronística muçulmana e castelhana, aqui proposta, e por fazer apenas uma revisão bibliográfica geral da pirobalística neste espaço geográfico. Já o terceiro e o quarto capítulos correspondem, grosso modo, aos objetivos aqui propostos para o segundo e terceiro capítulos. Ver a estrutura da dissertação em Pedro Sebastião, “Os espingardeiros. Um novo corpo militar nos alvares da modernidade (1437-1495)”, (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2018), x-xi.

² Outros conflitos que contaram com a participação de espingardeiros, ao longo do século XV foram as tomadas de Alcácer-Ceguer (1458) e Arzila (1471), bem como os diferentes cercos e razias em que a guarnição desta última praça esteve envolvida, e ainda as campanhas de Toro (1476) e da Graciosa (1489).

duas referências na atuação desta milícia. A primeira deu-se durante uma oportuna sortida da guarnição de Tânger ao arraial português, aproveitando o facto de o principal corpo da hoste portuguesa se encontrar em confronto com o exército de socorro muçulmano. A guarnição acabou por recuar, pois não podiam “*elles já sofrer os mortos e feridos que, das armas e tiros de fogo, muytos dos seus se recebiam*”. É muito provável que os tiros de fogo se refiram aos espingardeiros, dado que a função das peças de artilharia, também presentes no contingente português, na primeira metade do século XV, é a de, sobretudo, destruir os panos muralhados. Além disso, no arraial português encontrava-se Álvaro de Brito, que mais tarde chefiou o corpo de espingardeiros do rei em Alfarrobeira.

Na última tentativa de o infante D. Henrique tomar a fortaleza de Tânger, encontrámos uma referência explícita a esta milícia – o cronista revela a construção de uma torre de cerco onde se deviam colocar “spingardeiros e beesteiros”; esta torre de cerco serviria sobretudo de base de tiro para estes combatentes, no sentido de possibilitarem o enfraquecimento de um setor defensivo da muralha.¹ O plano acabou por não se concretizar por não haver condições para a sua aproximação.²

Doze anos mais tarde, já em solo português, na Batalha de Alfarrobeira localizámos outra referência ao corpo de espingardeiros. O começo do conflito foi provocado pelas forças de elite da hoste régia; besteiros do rei, encobertos pela floresta, disparam em direção ao acampamento e matam alguns homens do infante e, além disso, “*Alvaro de Bryto Pestana, que tynha entam carrego dos espyngardeiros d’ElRey lhes mandou outros que de hum cabeça em que estavam tyrassem aos do Yfante*”.³ Este acontecimento acabou por precipitar a batalha e um assalto geral pouco ordenado ao palanque do infante D. Pedro. Retiramos algumas conclusões face à atuação deste corpo nestes conflitos:

- a) Nos dois confrontos os corpos de espingardeiros têm ação concertada com os besteiros - primeiro, envolvidos nas ações de cerco a Tânger, e em Alfarrobeira, no início das hostilidades às forças de infante.
- b) Os espingardeiros aparecem nos dois combates enquanto força individualizada, com distinção quer dos corpos de artilharia, quer dos besteiros. Ainda assim, deverão ser em número reduzido, pois não são referenciados no alardo geral em Tânger.
- c) Este corpo militar surgiu em Alfarrobeira com um comando próprio – Álvaro de Brito, o mesmo que participou na campanha de Tânger, e que era vedor-mor da artilharia desde 1444-1445.

Em 1464, na sequência da conquista de Alcácer-Ceguer em 1458, D. Afonso V regressou ao norte de África; depois de fracassar na tentativa de tomar Tânger, o rei ordenou uma razia na serra de Benacofú, contando com 800 cavaleiros, poucos peões e a presença do experiente capitão D. Duarte de Meneses. Temos notícia de que a vanguarda deste corpo era composta por “*espyngardeiros, beesteiros e jente de pé*” e que, na retaguarda, junto do rei, também se encontravam espingardeiros. Na sequência

¹ Pina, “Crónica de El-rei Dom Duarte”, c. XXVII e XXVIII, 148-152.

² Os registos cronísticos, principalmente os que dizem respeito a acontecimentos mais longínquos do tempo da escrita, podem ser erróneos quanto a informações respeitantes ao armamento, como nos foi referido pelo Doutor Miguel Gomes Martins. No decorrer da investigação pudemos encontrar um outro documento - os *Avisamentos Especiais* de D. Duarte ao *Navegador* relativos à expedição magrebina - que nos comprova a participação de espingardeiros na hoste portuguesa com destino a Tânger. Cf. João Martins da Silva Marques, ed., *Descobrimentos Portugueses* (Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988), 3.

³ Ver em Pina, “Crónica de El-rei Dom Afonso V”, c. CXXI, 422.

de um violento ataque muçulmano, o rei português acabou por se pôr em fuga, deixando a cobertura da sua retirada para D. Duarte de Meneses. Neste episódio concluímos que:

- a) Os espingardeiros aparecem novamente em batalha, com ações concertadas com corpos de besteiros.
- b) Grande parte do dispositivo português era composto por espingardeiros e besteiros. De facto, foram enviados espingardeiros e besteiros a Tetuão, para além da pouca gente a pé;¹ na retaguarda, com o rei, permaneceram também espingardeiros.
- c) Por último, propomos que esta é a primeira referência a espingardeiros a cavalo.² A evolução da colobreta para a espingarda de mecha já permitia, em termos técnicos, o manuseamento desta arma a cavalo. A frase de Rui de Pina pode ser reveladora: o rei enviou a Tetuão “*espyngardeiros, beesteiros e jente de pé*”; o que pode indicar que os espingardeiros iriam a cavalo. Além disso, é necessário ter em conta que estas expedições eram compostas maioritariamente, ou exclusivamente, por cavalaria, o que pode reforçar esta ideia.³

Procurando agora abordar a organização interna da milícia, iremos focar-nos na distribuição geográfica e na origem social.⁴ A análise das cartas de privilégio no reinado de D. João II permite-nos estabelecer, com relativa segurança, os locais predominantes no recrutamento de espingardeiros. Ainda assim, é necessário ter em conta que não descobrimos ainda qualquer tipo de arrolamento de espingardeiros. Sem este tipo de documentação, não é possível ter conhecimento absoluto dos “contos”, ou seja, do número de espingardeiros fixado pela Coroa, a que determinados concelhos estariam sujeitos. A distribuição dos locais para onde se dirigem as cartas de privilégio permite-nos estabelecer a existência de, no mínimo, 64 locais de recrutamento, com especial concentração na comarca de Entre-Tejo-e-Guadiana, dos quais se destacam, Estremoz (31), Évora (30), Setúbal (30), Torres Novas (22), Palmela (19) e Sesimbra (11). No reino do Algarve, temos ainda os importantes centros de recrutamento de Faro (17) e Tavira (11). Na Estremadura, salientamos Santarém (38), Lisboa (31) e Leiria (17). Ainda assim, há notícia de alguns centros de recrutamento na comarca da Beira e em Entre-Douro-e-Minho, como Coimbra (11), Montemor-o-Novo (7), Porto (7) e Castelo Branco (6). Como é possível observar, os principais centros de recrutamento situam-se ou na orla do Tejo, ou a sul deste; de facto cerca de 70% dos espingardeiros detetados provém dessa localização geográfica (Quadro 1 em anexo).

Esta distribuição geográfica é semelhante à dos besteiros do conto, revelada no arrolamento de besteiros de 1421, disponível nas Ordenações Afonsinas, e analisado por Leandro Ferreira, que apresenta os principais centros de recrutamento exatamente na mesma área geográfica; ainda assim, é necessário referir que a realidade numérica dos

¹ Depois deste envio o rei fica com 400 cavaleiros ao seu lado, segundo Pina, “Crónica de El-rei Dom Afonso V”, c. 156, 515.

² Desde D. João I existia uma força de elite de 500 besteiros de cavalo. É também forte a possibilidade de alguns destes combatentes terem estado presentes neste teatro de operações.

³ Alterámos de forma substancial a proposta aqui apresentada. Ainda que seja razoável que os espingardeiros portugueses se pudessem deslocar para o campo de batalha a cavalo, não nos é garantido que estes combatessem desta forma. Existem, no entanto, referências posteriores de espingardeiros portugueses e castelhanos a combaterem a cavalo. Além disso, o cruzamento do relato de Rui de Pina, sobre a razia em Benacofú com o proposto por Zurara na *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, permite-nos modificar a perspetiva sobre o impacto dos espingardeiros neste conflito em particular; ver mais informações em Sebastião, *Os espingardeiros*, 91-94.

⁴ Este ponto era o que, no momento do X WEM, se encontrava numa fase de investigação mais incipiente. Na dissertação para além das considerações geográfico-sociais da milícia mereceram destaque o quadro de privilégios a que estes combatentes tinham direito, os deveres, as diferentes formas de recrutamento e ainda a sua cadeia de comando.

besteiros do conto é muito superior, dado que em 1421 estes estavam espalhados por 300 anadelarias e o seu contingente rondava os 5000 homens. De mencionar ainda que existia um número considerável de anadelarias na Beira e em Entre-Douro-e-Minho, ainda que não mobilizassem um número substancial de combatentes.¹

Nas cartas de privilégio temos ainda informações relativas ao grupo socioprofissional em que esta milícia era recrutada; ainda assim, é de referir que cerca de metade destas cartas não possui referência quanto ao ofício do espingardeiro. Nas que detêm esta referência identificamos, claramente, a predominância dos mesterais. Os tecelões (34), os carpinteiros (19), sapateiros (18), e pedreiros (14) eram os ofícios maioritários em que o recrutamento se fazia. Encontramos ainda notícia de barbeiros, ferreiros, alfaiates, tosadores, entre outros.

Acrescente-se que a preferência pelos mesterais na composição destas milícias era também comum aos besteiros:² de facto, o desempenho de um ofício técnico, que exigia o adestramento diário das mãos e o requerimento de determinadas competências técnicas, em conjunto com a possibilidade de ascensão social, poderiam ser as razões que motivavam o ingresso deste estrato socioprofissional numa atividade militar mais regular. Apesar disso, é de realçar a existência de 3 lavradores nas cartas de privilégio, cujo recrutamento para as fileiras de besteiros do conto era pouco incentivada pelo poder régio, sendo possível que a mesma disposição vigorasse para os espingardeiros.³

Em conclusão final, podemos estabelecer que os espingardeiros foram uma milícia cuja relevância aumentou, progressivamente, ao longo do século XV. Ainda que tenham um aparecimento precoce, a sua importância, nos cenários de guerra apenas se tornou fundamental a partir de 1470; a partir desta década, em que o príncipe D. João começou a ter um peso maior na governação do reino, surgem os primeiros registos diplomáticos de privilégios a este corpo, que, de seguida, aumentaram exponencialmente no seu reinado. A sua estrutura social denuncia uma implantação similar à dos besteiros na origem geográfica, social e nas cadeias de comando. Assim, mais do que a substituição de uma milícia por outra, a administração régia procurou, ao longo do século XV, convergir os contributos dos dois setores. As Cortes de Lisboa de 1498 marcaram aqui uma alteração crucial; ao passo que o recrutamento de espingardeiros é mantido, o dos besteiros é consideravelmente reduzido e a sua atuação é circunscrita ao Norte de África.

¹ Cf. Ferreira, *De homens comuns a força de elite*, 107 e 113.

² Cf. Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, 62-63; Ferreira, *De homens comuns a força de elite*, 145.

³ Cf. Ferreira, *De homens comuns a força de elite*, 58-59 e 70.

Anexos

Quadro 1			
Cartas de privilégio no reinado de D. João II			
Locais		Ofícios	
Santarém	38	Tecelão	34
Lisboa	31	Trabalhador	20
Estremoz	31	Carpinteiro	19
Évora	30	Sapateiro	18
Setúbal	30	Pedreiro	14
Torres Novas	22	Oleiro	7
Palmela	19	Alfaiate	7
Faro	17	Barbeiro	7
Leiria	17	Ourives	6
Coimbra	12	Ferreiro	6
Tavira	11	Correeiro	5
Sesimbra	11	Almocreve	5
Alcácer do Sal	10	Ataqueiro	5
Arraiolos	8	Coronheiro	4
Benavente	8	Cordoeiro	4
Sousel	7	Pescador	3
Alter do Chão	7	Lavrador	3
Montemor-o-Novo	7	Caldeireiro	3
Porto	7	Albardeiro	2
Évoramonte	6	Cardador	2
Castelo Branco	6	Tosador	2
Alcáçovas	5	Meirinho	2
Loulé	5	Outros ofícios	16
Beja	5		
Arruda dos Vinhos	4		
Vidigueira	3		
Portel	3		
Sarzedas	3		
Torre de Moncorvo	2		
Santiago do Cacém	2		
Vila Viçosa	2		
Rio Maior	2		
Tarouca	2		
Caria	2		
Vouzela	2		
Redondo	2		
Outros locais	28		
Não identificado	7	Não identificado	4
Sem referência	3	Sem referência	219
Total	417	Total	417



Fig. 1 – Colobreta exposta na Real Armeria, em Madrid.

Imagem e informação de: Luís Miguel Duarte, “A Marinha de guerra. A pólvora. O Norte de África”... 371.



Fig. 2 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O cerco a Arzila*, no centro e à direita. Representação de um defensor de Arzila armado com uma espingarda de mecha de cano longo.

Imagem e informação de: Paulo Alexandre Dias, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471...225*.



Fig. 3 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d'*O assalto a Arzila*, canto inferior esquerdo. Representação de dois espingardeiros equipados com espingardas de mecha. O tubo em ferro tem um anel que aumenta a resistência da arma. Os soldados possuem, ainda, equipamento defensivo como as brigandines. De notar também a ausência do uso de manoplas, que previnem a criação de faíscas que detonem a arma antes do tempo.

Imagem e informação de: Paulo Alexandre Dias, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471...233* e Inês Filipa Meira Araújo, *As tapeçarias de Pastrana uma iconografia de guerra...247 e 407*.

La propiedad aristocrática en el Reino de Granada (siglos XIII-XVI): una propuesta de análisis

Sandra Suárez García¹
Universidad de Granada

Resumen

Se expone una propuesta de análisis de la propiedad aristocrática en el Reino de Granada, realizado a través de una tesis doctoral en curso, en el marco del proyecto I+D “La propiedad aristocrática en la Granada nazarí y su traspaso a la sociedad castellana después de la conquista (siglos XIII-XVI)” (HAR2015-64605-C2-2-P). Se trata el objeto de análisis, sus objetivos, sus antecedentes inmediatos y el encuadramiento historiográfico, sus fuentes y métodos, la estructura del trabajo, las primeras hipótesis de partida así como la justificación del proyecto.²

Palabras clave

Granada, Vega, propiedad, aristocracia

Abstract

We present a proposal of analysis of the aristocratic property in the Kingdom of Granada, realized through a doctoral thesis in course in the framework of the I+D project “The aristocratic property in the Nasrid Granada and its transfer to the Castilian society after the conquest (XIII-XVI centuries)” (HAR2015-64605-C2-2-P). We will expose the object of analysis, its objectives, its immediate antecedents and the historiographical frame, its sources and methods, the provisional structure of the thesis, the first hypothesis as well as the justification of the project.

Keywords

Granada, Vega, property, aristocracy

EL OBJETO DE ANALISIS

La tesis doctoral titulada *La propiedad aristocrática en el Reino de Granada (siglos XIII-XVI)*, se encuentra directamente vinculada al proyecto I+D “La propiedad aristocrática en la Granada nazarí y su traspaso a la sociedad castellana después de la conquista (siglos XIII-XVI)” (HAR2015-64605-C2-2-P) dirigido por la Dr. Carmen Trillo San José (Universidad de Granada), que a su vez es un proyecto coordinado junto a “Almunias del Occidente Islámico: arquitectura, arqueología y fuentes documentales” (HAR2015-64605-C2-1-P), al cargo del Dr. Julio Navarro Palazón (EEA-CSIC). Iniciada en el año 2017, se encuentra en pleno desarrollo y a pesar de poder sufrir aún múltiples modificaciones, expondremos de forma breve sus principales características.

Tal como indica su nombre, se busca analizar la propiedad aristocrática del Reino de Granada, incluyendo tanto los bienes de la élite nazarí como su traspaso a los nuevos dominadores castellanos, durante y después de la conquista. Nos moveremos en la franja temporal del siglo XIII al siglo XVI, elegida por incluir el desarrollo completo del reino nazarí, del año 1238 hasta su conquista en 1492, así como las transformaciones

¹ Contratada predoctoral gracias a la ayuda para contratos predoctorales para la formación de doctores del año 2016 (antigua beca FPI) del Ministerio de Economía, Industria y Competitividad en el proyecto I+D “La propiedad aristocrática en la Granada nazarí y su traspaso a la sociedad castellana después de la conquista (siglos XIII-XVI)” (HAR2015-64605-C2-2-P), dirigido por Carmen Trillo San José en la Universidad de Granada.

² Este trabajo parte del Plan de Investigación de Tesis Doctoral presentado en la Universidad de Granada en el año 2017.

castellanas que tienen lugar a lo largo de las primeras décadas del siglo XVI. El espacio analizado abarca principalmente la ciudad de Granada y su área periurbana, conocida como la Vega de Granada, al tratarse de una de las áreas más proclives a la propiedad aristocrática por su cercanía a la capital y un terreno dispuesto para la explotación agraria, gracias a una muy desarrollada red de acequias.

Necesitamos, en primer punto, conocer el sistema de propiedad de la aristocracia nazarí. Esto incluye registrar y entender los aspectos físicos y funcionales de dicha propiedad: determinar la ubicación de alquerías, almunias, situar redes de acequias, molinos, mezquitas y otras construcciones. Entenderemos a partir de dicho registro qué tipo de elementos predominan en la propiedad aristocrática, así como la interrelación de, por ejemplo, alquerías (*qurà*)¹ y almunias (*munà*). En esta línea, queremos conocer también, en la medida de lo posible, los elementos concretos que constituyen el complejo de una almunia nazarí: la presencia o no de una edificación principal, una casa fuerte, torres, palomares, casas de labradores, sus zonas de huertas y jardines, áreas de regadío y secano, pastos para el ganado e infraestructuras auxiliares. Recordemos el célebre comentario acerca de las almunias del sultán que ofrece el escritor y político Ibn al-Jatib sobre la Granada del siglo XIV:

“En la parte norte de la llanura hay unas almunias de tan gran valor y elevada calidad que para pagar su precio serían menester fortunas de reyes. Algunas de ellas hay que rentan al año medio millar de dinares de oro, a pesar del escaso coste de las verduras en esta ciudad. Unas treinta de estas almunias pertenecen al patrimonio privado del sultán. Las ciñen y se unen con sus extremos unas magníficas fincas nunca esquilmadas, siempre fecundas, cuyas rentas alcanzan en nuestro tiempo los 25 dinares de oro. Por cierto, que la hacienda pública es inferior a la riqueza de algunas de estas fincas pertenecientes al patrimonio del sultán. Todas ellas tienen casas magníficas, torres elevadas, eras amplias, palomares y gallineros bien acondicionados y más de veinte se encuentran dentro del área de la ciudad y del recinto de su muralla.”²

Igualmente, con la necesaria comprensión de las redes de acequias, que rodean tanto los asentamientos como los complejos de fincas aristocráticas, profundizaremos en las formas de cultivo, el aprovechamiento de recursos acuíferos, su extensión y la vinculación de la agricultura con la ganadería.

Por otro lado, queremos incidir en aspectos socioeconómicos ligados a la propiedad aristocrática como el acceso a los bienes, formulando preguntas tales como: ¿cuál es la posesión estatal y su entrega a particulares? ¿qué vínculos existen entre las propiedades del emir y las de la élite administrativa? ¿se producen confiscaciones? ¿son habituales los procesos de compra-venta? Incluiremos aquí también otros tipos de transacciones como las herencias, las donaciones o aquellos bienes entregados a fines benéficos como

¹ El término *qarya* ha sido muy discutido en la historiografía de temas andalusíes, no obstante, una descripción aproximada es la que puede ofrecer Jiménez Puertas: “*El poblamiento rural andalusí está configurado por qurà, pl. de qarya, que se traduce por el correspondiente arabismo castellano “alquería”, aunque tiene el significado más general de pueblo, es decir, se trata de un asentamiento rural de dimensiones muy variables [...] Aunque la alquería podría definirse como asentamiento rural concentrado, lo cierto es que esta concentración es relativa, porque es habitual la presencia de barrios separados, por lo que hay que pensar que la alquería no es sólo una unión de casas, sino también una unidad más compleja que gestiona un territorio propio y tiene vínculos comunes, ya sea el parentesco, una mezquita, un espacio irrigado...*”, en Miguel Jiménez Puertas, *El poblamiento del territorio de Loja en la Edad Media* (Granada: Universidad de Granada, 2002), 182.

² Ibn al-Jatib, *Historia de los Reyes de la Alhambra: el resplandor de la luna llena acerca de la dinastía nazarí (Al-Lamha al-badriyya fi l-dawlat al nastiyya)*, trans. Emilio Molina López y María Casciaro Ramírez (Granada: Universidad de Granada, 2010), 104-105.

los habices (*hubs*).¹ Mediante tales formulaciones, esclareceremos el papel de las propiedades rurales en el sostenimiento del linaje, así como modelos de explotación aún sumamente desconocidas: ¿qué relaciones sociales de producción existen en el reino nazarí? ¿qué tipos de arrendamiento son los más comunes? ¿qué cultivos predominan? ¿las fincas aristocráticas nazaríes están orientadas al comercio o al autoconsumo? ¿es habitual la presencia de ganado?

Del mismo modo, buscamos estructurar y plasmar de forma gráfica las propiedades conocidas a través de la elaboración de mapas y planos del espacio estudiado, gracias a la tecnología SIG (Sistemas de Información Geográfica). Pretendemos recoger alquerías, almunías, torres de alquería, huertas, redes de acequia y cualquier otra estructura que mejore el conocimiento del entorno medieval de Granada. Esto permitirá, finalmente, esbozar una imagen lo más clara posible sobre la propiedad aristocrática en la región y desde luego, de la interrelación entre los diversos elementos que componen el paisaje geográfico y humano.

En un segundo punto, analizaremos e interpretaremos los procesos de transformación de la propiedad aristocrática tras la conquista castellana. Esto incluye concretar los traspasos de bienes entre las élites nazaríes y las castellanas, y su influencia sobre el territorio. Será muy importante, en esta línea, identificar los cambios que se producen en las formas de explotación de la tierra y el uso del espacio construido: mediremos, en la medida de lo posible, el impacto de estas modificaciones sobre la población, la producción, la tierra y su aprovechamiento.

En tercer lugar, y no menos importante, contribuiremos al conocimiento histórico del Reino de Granada, tanto en los momentos previos como posteriores a la conquista. Así, aportaremos nueva información a relevantes debates historiográficos como los habidos alrededor de los modelos económicos nazaríes: espacio mercantil-tributario y espacio feudal, y el papel de la aristocracia nazarí. Con ello mejoraremos el conocimiento de las élites del antiguo emirato y su continuidad en la sociedad castellana, ampliando el registro documental y material (tanto de restos cerámicos como estructurales) del reino. Este estudio permitirá además situar de forma precisa lugares y construcciones sobre el territorio, para facilitar una correcta recuperación y gestión de los bienes culturales e históricos de Granada y su Vega.

ANTECEDENTES Y ENCUADRAMIENTO HISTORIOGRÁFICO

El análisis de la propiedad aristocrática, así como sus élites, resulta clave para el conocimiento de la historia socioeconómica de al-Ándalus. No obstante, se trata de un tema poco trabajado, ya no solo en la historiografía de temas andalusíes, sino que existe una carencia general de conocimiento sobre las élites en el Islam medieval. Incluso a nivel teórico, persisten los debates de si existe o no una “aristocracia” islámica, teniendo en cuenta el hipotético igualitarismo plasmado en el Corán. Para algunos, el término de “aristocracia” se ve impregnado de una noción feudal, en el que uno forma parte de una minoría privilegiada por derecho de nacimiento, no obstante, ha sido empleado con cierta frecuencia en los estudios nazaríes². A nivel etimológico, aristocracia procede de *aristos* (excelente) y *cracia* (poder o gobierno)³, por lo cual nos parece lícito emplear el término siempre y cuando hablemos de una élite nazarí integrada e influyente en el aparato estatal nazarí. Si bien es cierto que se emplea con mayor asiduidad el término

¹ Se trata de la “cesión a perpetuidad del uso o usufructo de una propiedad con el fin de destinarlo en beneficio inmediato o futuro de alguna obra pía” en descripción de Carballeira Debasa, véase: Ana María Carballeira Debasa, “Aproximación a las donaciones piadosas en el Islam medieval: el caso de al-Andalus”, en *Las donaciones piadosas en el mundo medieval*, (ed.) Alfonso García Leal (Oviedo, Eujoa, 2012), 386.

² Por ejemplo en: Rafael Peinado Santaella, *Aristócratas nazaríes y principales castellanos* (Málaga: Diputación Provincial de Málaga, 2008).

³ Oswaldo Portella, “Vocabulário etimológico básico do académico de letras”, *Letras, Curitiba*, no. 33 (1984): 106.

“élite” frente a otros como “aristocracia”, “notables” o “oligarquía”, impregnados inevitablemente de significados ligados al mundo occidental¹. No obstante, a pesar del uso relativamente frecuente de la palabra “élite”, apenas contamos con definiciones concretas y aplicables al Islam medieval. Durante los últimos años, se intenta solventar esta carencia de estudios teóricos sobre las élites islámicas y así las definía Stefan Heidemann recientemente, en el contexto de la formación del Imperio Islámico:

“Groups of people with an elevated (political, military, judicial, religious and/or economic) status that entitled them to power, wealth, influence, and other notable benefits. The status of elites depended on conceptions of merit, performance, ethnicity, ancestry, wealth, military prowess, religión, education, social capital, and forms of privilege.”²

Bien pocos estudios se han querido acercar a esta cuestión, quizás por la relativa falta de fuentes o porque otros temas dominaron la historiografía de los ss. XIX y XX: la propia conquista, el proceso de islamización o el mito de las tres culturas, por ejemplo. Esta tendencia comienza a cambiar a partir de los años setenta, en el que aparecen estudios como los de Samir Amin³ y Reyna Pastor⁴ que definieron la sociedad andalusí como tributaria-mercantil, diferenciada al menos en teoría de la sociedad feudal predominante en el norte peninsular. Bajo esta noción, el Estado mantiene una relación con su población a través de la recogida de impuestos, siguiendo, en la medida de lo posible, las normas coránicas.⁵

A partir de este momento, una gran mayoría de autores, entre ellos Pierre Guichard, comienzan a descartar la presencia de estructuras feudales en la Península Ibérica dominada por el Islam.⁶ El mismo autor francés, comenzará a ofrecer una visión de al-Ándalus marcada por elementos tribales en sus obras más relevantes, entre las que cabe destacar sin duda *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*⁷ de 1976 y su posterior *Les Musulmans de Valence et la Reconquête* de 1990.⁸ Así, tres factores serán esenciales para la historiografía de al-Ándalus desde los años ochenta: la noción tributaria de la sociedad, la ausencia de estructuras feudales y la relevancia de la tribalidad, cuestiones todas ellas muy debatidas durante las próximas décadas. Como bien recoge García Sanjuán, en uno de los análisis más acertados sobre la historiografía andalusí –en lo referente a su sociedad y al concepto tributario – otro autor que contribuyó a la visión de al-Ándalus como “sociedad sin señores” fue Miquel Barceló.⁹ En el contexto del mundo rural, “Barceló señala la ausencia de señores feudales

¹ Hannah-Lena Hagemann, Katharina Mewes, Peter Verkinderen, “Studying Elites in Early Islamic History: Concepts and Terminology”, Hannah-Lena Hagemann, Stefan Heidemann, *Transregional and Regional Elites: Connecting the Early Islamic Empire* [En prensa]

² Stefan Heidemann, “Regional and Transregional Elites: Connecting the Early Islamic Empire”, *The Journal of Middle East Medievalists*, no. 24 (2016): 153.

³ Samir Amin, *El desarrollo desigual. Ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico* (Barcelona: Fontanella, 1974).

⁴ Reyna Pastor, *Del Islam al cristianismo. En las fronteras de dos formaciones económico-sociales*, (Barcelona: Península, 1975).

⁵ Carmen Trillo San José, *Agua, tierra y hombres en al-Andalus. La dimensión agrícola del mundo nazarí*, (Granada: Ajbar, 2004), 18.

⁶ Alejandro García Sanjuán, “El concepto tributario y la caracterización de la sociedad andalusí: treinta años de debate historiográfico”, Alejandro García Sanjuán (ed.), *Saber y sociedad en al-Andalus. IV-V Jornadas de cultura islámica. Almonaster La Real (Huelva)*, (Huelva: Universidad de Huelva, 2006), 88.

⁷ Pierre Guichard, *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, (Barcelona: Barral, 1976).

⁸ Pierre Guichard, *Les Musulmans de Valence et la Reconquête*, (Damasco: Institut français d’Archéologie orientale), 1990.

⁹ Alejandro García Sanjuán, “El concepto tributario y la caracterización”: 91-93.

que desviarán, a través de la renta, parte de la producción agrícola y la autonomía del proceso de producción campesino”, afirma Trillo San José de forma concisa.¹

No obstante, estas hipótesis que niegan en buena medida la existencia de élites serán cuestionadas con la aparición de trabajos de Manuel Acién que pone en entredicho la relevancia del elemento étnico, por ejemplo, durante la *fitna*, o los estudios de Eduardo Manzano, puesto que comienza a otorgar mayor importancia a la población autóctona de la Península, anterior a la conquista, ante todo a la aristocracia visigoda, en lo que sería la génesis de al-Ándalus. De esta manera, Manzano reconoce unas élites vinculadas al Estado, alejándonos del concepto de “sociedad sin señores”, y de hecho, les atribuye en algunos casos un origen pre-islámico.²

Con todo, estos análisis, de gran relevancia para cualquier concepción teórica de la sociedad andalusí, no se adentran en la realidad histórica del reino nazarí de Granada. No obstante, también aquí podemos encontrar algunos estudios que de una manera u otra, entroncan directamente con nuestro estudio. Debemos citar obligatoriamente el trabajo sobre la familia real nazarí y el destino de sus propiedades tras la conquista castellana, elaborado por Mariano Gaspar Remiro en 1912.³ Y sin duda alguna, también debemos aludir a los numerosos análisis realizados por Luis Seco de Lucena Paredes sobre importantes linajes granadinos como los Muffariy⁴, los al-Amīn y los Bannigaš⁵, la familia de Ibn ‘Abd al-Barr o los Ibn Kumāša⁶. En una línea semejante, aunque desde una perspectiva más socioeconómica, Peinado Santaella nos presenta otros linajes como los Banū al-Qabšanī⁷ y se adentra también en lo que pudo ser el patrimonio real nazarí⁸. También Peláez Rovira, en sus estudios sobre el dinamismo social en el reino nazarí, se acerca a algunas familias concretas, aunque priva el análisis del linaje reinante.⁹

Desde los estudios árabes, debemos citar a Emilio Molina que escribió varios trabajos sobre la problemática entre el patrimonio privado de los emires nazaríes y los

¹ Carmen Trillo San José, “El mundo rural nazarí: una evolución a partir de al-Andalus”, *Studia Historica. Historia Medieval*, no. 19 (2001): 123.

² Manuel Acién Almanza, Eduardo Manzano Moreno, “Organización social y administración política en Al-Ándalus bajo el emirato”, *Territorio, Sociedad y Poder*, Anejo no. 2 (2009): 337.

³ Mariano Gaspar Remiro, “Partida de Boabdil allende con su familia y principales servidores”, *Revista del CEHGR*, no. 2 (1912): 57-111.

⁴ Luis Seco de Lucena Paredes, “Nuevas noticias acerca de los Mufarriğ”, *Extrant des Etudes d’Orientalisme dédiées à la mémoire de Lévi-Provençal*, (Paris: Maisonneuve et Larose, 1962): 299-305.

⁵ Luis Seco de Lucena Paredes, “Alamines y Venegas cortesanos de los nasríes”, *Miscelánea de estudios árabes y hebraicos. Sección Árabe-Islam*, no. 10 (1961): 127-142.

⁶ Luis Seco de Lucena Paredes, “Cortesanos nasríes del siglo XV. Las familias de Ibn Abd al-Barr e Ibn Kumasa”, *Miscelánea de estudios árabes y hebraicos. Sección Árabe-Islam*, no. 7 (1958): 19-28.

⁷ Rafael Gerardo Peinado Santaella, “Los Banū al-Qabšanī: un linaje de la aristocracia nazarí”, *Historia. Instituciones. Documentos*, no. 20 (1993): 313-353.

⁸ Rafael Gerardo Peinado Santaella, “El Patrimonio real nazarí y la exqu coastez defraudatoria de los “principales” castellanos”, Separata de *Medievo Hispano. Estudios in memoriam del Prof. Derek W. Lomax*, no. 18 (1995): 69-97.

⁹ Antonio Peláez Rovira, *Dinamismo social en el reino nazarí (1454-1501): de la Granada islámica a la Granada mudéjar* (Granada: Universidad de Granada, 2006).

bienes del Estado.¹ Tanto Molina López como Jiménez Mata,² Rodríguez Gómez³ y Vidal Castro,⁴ se acercaron a su vez a algunas propiedades específicas del Patrimonio Real nazarí, concretamente las del Alitaje, gracias a una rica documentación árabe-granadina, tanto la publicada por Seco de Lucena, como otros textos aún inéditos.

Una manifestación de estas élites es la propiedad rural, crucial para nuestro análisis. Entre los elementos desconocidos y especialmente relevantes de este entorno encontramos las almunias. Como vimos, se trata de espacios construidos que ligán la actividad recreativa de la élite a una eminente funcionalidad productiva, contando en numerosos casos con construcciones anexas como molinos o torres y una gran red de acequias. El análisis de estas propiedades aristocráticas se encuentra en un punto álgido gracias a obras de Trillo y Navarro Palazón⁵ y la combinación de una metodología mixta que combina el uso de fuentes textuales (tanto árabes como castellanas), con técnicas arqueológicas y sistemas SIG.

Después de la conquista hay un cambio social de las élites, por ello debemos tener en cuenta también los estudios sobre las oligarquías y la adaptación socioeconómica de la aristocracia castellana durante los primeros años de la Edad Moderna. Contamos con numerosos aportes de medievalistas, modernistas e institucionalistas que han estudiado las oligarquías municipales, la formación de señoríos en el período inmediatamente posterior a la conquista y la integración de los élites nazaríes en las nuevas redes de poder, entre cuyos autores podemos mencionar a Soria Mesa⁶, Hernández Benito⁷, Ruiz Povedano⁸ o Peinado Santaella.⁹ Sus planteamientos en el estudio de grupos sociales y, concretamente, el conocimiento de determinadas casas de la antigua aristocracia nazarí y la nueva élite castellana (los Bobadilla, Fernández de Córdoba o Tendilla), nos servirán de necesario punto de partida.

Resulta evidente que la investigación ha avanzado de forma veloz durante las últimas tres décadas en relación a nuestro tema de estudio, si bien predominan los trabajos localistas y de propiedades y familias aisladas, con pocas excepciones, en forma

¹ Emilio Molina López, “El mustajlas andalusí (I) (s.VIII-XI)”, *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*, no. 14 (2000): 99-189 y Emilio Molina López, “Más sobre el Mustajlas nazarí”, Concepción Castillo Castillo, Inmaculada Cortés Peña, Juan Pedro Monferrer Sala, *Estudios Árabes dedicados a D. Luis Seco de Lucena (En el XXV Aniversario de su muerte)* (Granada: Universidad de Granada, 1999): 107-117.

² Emilio Molina López, María Carmen Jiménez Mata, “La propiedad de la tierra en la Vega de Granada a finales del siglo XV. El caso del Alitaje”, *Anaquel de Estudios Árabes*, no. 12 (2001): 449-479.

³ María Dolores Rodríguez Gómez, “Emires, linajes y colaboradores: el traspaso de la tierra en la Vega de Granada (Alitaje, siglo XV)”, Ana Echevarría Arsuaga, Adela Fábregas García, *De la alquería a la aljama* (Madrid: UNED, 2016): 37-70.

⁴ María Dolores Rodríguez Gómez, “Alcaides, propiedades y patrimonio real en el Alitaje (Granada): otro documento árabe de la Catedral de Granada de 1473-1474”, Francisco Toro Ceballos, José Rodríguez Molina, *Estudios de frontera 9. Economía, derecho y sociedad en la frontera* (Jaén: Instituto de Estudios Giennenses: 2013): 691-709.

⁵ Carmen Trillo San José y Julio Navarro (eds.), *Almunias del Occidente islámico: poder, solaz y producción* (Granada, Universidad de Granada, en prensa)

⁶ Enrique Soria Mesa, “De la Conquista a la asimilación. La integración de la aristocracia nazarí en la oligarquía granadina. Siglos XV-XVII”, *Areas. Revista de Ciencias Sociales*, no. 14 (1992): 49-64.

⁷ Pedro Hernández Benito, “La ocupación territorial del Reino de Granada y el linaje de los Bobadilla Peñalosa”, *RCEHGR*, no. 9 (1995): 85-109.

⁸ José María Ruiz Povedano, “Oligarquización del poder municipal. Las elites de las ciudades del Reino de Granada (1485-1556)”, en *La historia del reino de Granada a debate: viejos y nuevos temas: perspectivas del estudio*, Málaga, eds. Manuel Barrios Aguilera y Angel Galán Sánchez (Málaga: Ed. Actas, 2004): 389-440.

⁹ Rafael Peinado Santaella, *Aristócratas nazaríes y principales castellanos* (Málaga: Diputación Provincial de Málaga, 2008).

de obras colectivas como las recientemente coordinadas por Fábregas García.¹ Esto evidencia la necesidad de realizar un estudio que englobe un marco geográfico amplio con la clara intencionalidad de dar a conocer las características y la funcionalidad de la propiedad aristocrática nazarí y la adaptación de la misma a las exigencias de los dominadores castellanos.

FUENTES Y METODOLOGÍA

La tesis doctoral empleará una metodología “mixta”, que combine métodos, técnicas y conocimientos propios de diversas disciplinas históricas y arqueológicas.² Así, existen dos grandes bloques metodológicos, vinculados respectivamente a análisis históricos o arqueológicos. En este primer bloque, podemos encontrar la lectura bibliográfica, el análisis de documentación editada y el estudio de fuentes textuales inéditas, así como algunas técnicas vinculadas a la historia social y los estudios sobre “élites”. A su vez, el segundo bloque se ve encabezado por la prospección sistemática superficial del territorio, la recogida y estudio de material cerámico y la interpretación de redes hidráulicas.

Desde luego, se tendrán en cuenta todos los trabajos sobre el reino nazarí de Granada, así como las bibliografías más específicas, vinculadas a nuestro tema: élites, linajes y propiedades. Pero también se prestará atención a una bibliografía de carácter internacional que sirva para establecer comparaciones con otras regiones del Islam medieval. Junto a este tipo de textos, se consultarán como vimos fuentes editadas, entre las que cabe destacar libros de viajeros de la época como los de Jerónimo Münzer³ o Andrea Navagero⁴, u obras nazaríes traducidas, como la *Historia de los Reyes de la Alhambra* de Ibn al-Jatib⁵.

Más allá de estas lecturas imprescindibles, debemos centrarnos en documentos inéditos, tanto medievales como modernos. Encontraremos numerosas fuentes en el Archivo General de Simancas, el Archivo Histórico Nacional, el Archivo Histórico Provincial de Granada, el Archivo Municipal de Granada o el Archivo de la Real Chancillería de Granada, entre otros. Algunas tipologías documentales de especial relevancia serán las cartas de merced, los contratos de compra-venta, o los Libros de Apeo y Repartimiento, que aún siendo tardíos (s.XVI), ofrecen una imagen de la propiedad y el poblamiento granadino de gran interés para nuestro análisis.

Acercándonos ya al bloque arqueológico, debemos hablar brevemente de la prospección arqueológica sistemática superficial. Se trata de una herramienta imprescindible para detectar yacimientos en superficie y marcar su extensión, aún de forma relativa, sin tener que recurrir a la excavación.⁶ Asimismo, permite abarcar

¹ Adela Fábregas García y Flocel Sabaté i Curull, coords., *Power and rural communities in Al-Andalus: Ideological and Material Representations* (Turnhout: Brepols, 2015) y Adela Fábregas García y Ana Echevarría Arsuaga, coords., *De la alquería a la aljama* (Madrid: UNED, 2016).

² Debo agradecer a la Dr. Trillo San José y al Dr. Ordóñez Frías su gran ayuda en el perfeccionamiento metodológico y la comprensión de nuevas técnicas.

³ Jerónimo Münzer, Viaje por España y Portugal en los años 1494 y 1495, Julio Puyol (ed.), *Boletín de la Real Academia de la Historia*, no. 84 (1924): 32-119.

⁴ Antonio Fabié (trad. y ed.), *Viajes por España de Jorge de Eginghen, del Baron de Rosmithal de Blatna, de Francisco Guiccardini y de Andrés Navajero* (Madrid: Librería de los bibliófilos, 1879).

⁵ Ibn al Jatib, *Historia de los Reyes de la Alhambra: el resplandor de la luna llena acerca de la dinastía nazarí (Al-Lamha al-badriyya fi l-dawlat al nastiyya)*. Molina López, Emilio; Casciaro Ramírez, María (trads.) (Granada: Universidad de Granada, 2010).

⁶ Sobre esta cuestión se pueden consultar diversos trabajos realizados como el de Teresa Chapa Brunet et. all., “Propuesta metodológica para una prospección arqueológica sistemática: el caso del Guadiana Menor (Jaén, España), *Trabajos e Prehistoria*, no 60 (2003): 11-34 o Teresa Angulo Sáenz y Fernando Porres Castillo, “Inventario arqueológico: metodología, procedimientos y nuevas tecnologías”, *Berceo*, no. 151 (2006): 87-105 o para una visión más genérica: Leonardo

mayores áreas de superficie y situar, gracias a esa detección física, algunos yacimientos cuyo nombre aparecía tanto en las fuentes como en la toponimia local, y no obstante no habían sido localizados. Es por ello que, en una primera fase, antes del trabajo de campo en sí, se realizará un análisis de la toponimia de Granada y su Vega. También en esta fase previa, se observarán mapas históricos, parcelarios, fotografías aéreas e imágenes LIDAR que permitan detectar algunos yacimientos desde gabinete, y que mejorarán por tanto la planificación de la posterior prospección. Durante la misma se llevará a cabo una recogida selectiva de material cerámico que permita la datación de los diversos yacimientos. Por tanto, tendrán especial relevancia los bordes, las bases y los elementos decorados. Asimismo, la arqueología hidráulica se encuentra estrechamente vinculada a la prospección, pues es mediante esta técnica cuando realmente podemos rastrear las redes de acequias nazaríes y distinguir con mayor precisión la red original de añadidos posteriores.¹

Por último, recurriremos al análisis de la historia social², concretamente el de las élites. Dichas “élites” como concepto y grupo social serán claves en este proyecto, en el que se pueden englobar determinados individuos por sus características socioeconómicas y redes familiares, su ligazón con el Estado, determinada riqueza material o una clara relación con antiguos linajes prestigiosos. En un segundo nivel conceptual, cobrará importancia el acercamiento a familias concretas como miembros de este grupo privilegiado, gracias a los lazos de parentela. Dicha aproximación propiciará un mejor conocimiento sobre sus recursos económicos y el papel que jugó la propiedad en su ascenso social, su mantenimiento en el poder e influencia sobre la Vega granadina.

ESTRUCTURA DEL TRABAJO

Al tratarse de una investigación aún en su fase inicial, la estructura propuesta es necesariamente teórica y proclive a la modificación y extensión. No obstante, hay algunos apartados esenciales que figurarán sin duda, como el tratamiento de las fuentes y la metodología. También se insertará una aproximación geográfica-histórica sobre la Vega de Granada y un contexto histórico del Reino de Granada, como marco de partida. En un primer bloque, se avanzará sobre un acercamiento a las élites en el Islam medieval y concretamente, en el reino nazarí, para pasar posteriormente a un análisis de la naturaleza de las almunias y la propiedad “aristocrática” en el Islam. Ya después, nos centraremos en las almunias granadinas, realizando una división entre aquéllas de propiedad real y las que pueden partir de otro origen (aristocracia local, élite administrativa). En otro apartado incluiremos distintos tipos de propiedad pertenecientes a grupos de élite, más allá de las almunias: huertas, cármenes o elementos constructivos de orientación productiva (molinos, almazaras, etc.).

En un segundo bloque, nos acercaremos a la conquista castellana y el traspaso de propiedades, haciendo especial hincapié en el papel de los Reyes Católicos como “herederos” del patrimonio real nazarí, las mercedes cedidas por los monarcas y la norma de compra preferente. Veremos aquí el grado de acumulación territorial de esta nobleza castellana. Nos interesa especialmente dedicar otro punto a la continuidad de la propiedad aristocrática, para ver en qué se transforma una vez tomado el reino granadino. Ofreciendo finalmente un registro detallado de toda la propiedad aristocrática que encontramos, tanto a nivel documental como material. Reiteramos, sin embargo, que se trata de una presunción teórica de la estructura del trabajo.

García Sanjuán, *Introducción al reconocimiento y análisis arqueológico del territorio* (Barcelona: Ariel, 2005).

¹ Véase por ejemplo: Helena Kirchner y Carmen Navarro, “Objetivos, métodos y práctica de la arqueología hidráulica”, *Arqueología y Territorio Medieval*, no.1 (1994): 159-182.

² Podemos reincidir en autores ya citados como Soria Mesa, Ruiz Povedano, Hernández Benito o Rafael Peinado (Notas 32-15).

HIPÓTESIS DE PARTIDA Y JUSTIFICACIÓN

Nuestra hipótesis fundamental reside en la idea, manifiesta claramente en el proyecto I+D “La propiedad aristocrática en la Granada nazarí y su traspaso a la sociedad castellana después de la conquista (siglos XIII-XVI)” de que las áreas periurbanas de las ciudades andalusíes, y concretamente nazaríes, son sumamente complejas a nivel de propiedad y poblamiento. Entre todos los elementos que constituyen el territorio del reino nazarí, debemos destacar al menos tres grandes formas de propiedad: tierras y otros bienes directamente vinculados al Patrimonio Real y/o al Tesoro Público; tierras que pertenecen a propietarios privados, que pueden ser tanto vecinos de alquerías como de grandes ciudades y, por último, bienes de habices, una particular forma de legados píos/piadosos. Para nuestro análisis, la forma más relevante de propiedad es aquella vinculada a los bienes privados de la familia real y todas las élites socioeconómicas que podamos encontrar en la sociedad nazarí, inclusive aquellas tierras pertenecientes a altos cargos administrativos y militares.

Hemos podido observar cómo, dentro de las numerosas tipologías de propiedades, destacan las almunias junto a otras fincas de menor entidad, como pueden ser los famosos cármenes granadinos. Creemos, siguiendo las hipótesis del proyecto susodicho, que el análisis de estas propiedades es factible no solo gracias a la documentación que ha pervivido hasta nuestros días, sino también a los restos materiales que aún se conservan. Tenemos, por ejemplo, algunos monumentos conservados y bien conocidos como el Generalife, frente a otras estructuras más alteradas como el Alcázar Genil, de origen almohade, o Darabnaz, entre Granada y La Zubia. A esto, cabe sumarle el registro arqueológico que se verá incrementado gracias a la prospección superficial del territorio.

Después de la conquista, la propiedad aristocrática del período nazarí presenta una aparente continuidad en la monarquía castellana y los nobles que ocupan la tierra de la Vega tras la conquista. Partimos tanto de los mecanismos de recompensa que emplean los Reyes Católicos para retribuir la ayuda prestada durante este proceso, así como del afán de ascenso social y económico de muchos miembros de la baja, mediana y alta nobleza, lo cual lleva en numerosas ocasiones a la adquisición fraudulenta de bienes. Comprobaremos, sobre todo en el caso de las propiedades rurales, si existe la probabilidad de mantenimiento de estructuras de hábitat y cultivos en condiciones semejantes al reino nazarí durante los primeros años del siglo XVI, respetando de forma general los usos y costumbres de la población local, para, paulatinamente, adaptarse mejor a las necesidades de los nuevos dominadores.

Con ello, gracias al conocimiento de estos dos grupos sociales (la aristocracia nazarí y castellana) junto a sus propiedades, podemos encontrar no solo reflejos de las formas de explotación agraria en manos de aristócratas nazaríes en textos castellanos, sino también los cambios que tuvieron lugar durante este período de tránsito a nivel agrario como en las formas de aprovechamiento del espacio construido. Del mismo modo, arrojará nueva luz sobre la persistencia de las viejas élites nazaríes y su afán de integración en la nueva monarquía, adoptando la religión cristiana y manteniendo su influencia sobre el territorio, pudiendo dar continuidad a su nivel de vida gracias a instituciones castellanas, como el mayorazgo.

Dicho estudio se justifica ante la notoria ausencia de un análisis profundo, sistemático y amplio sobre la propiedad aristocrática durante el dominio nazarí en la región granadina, que resulta crucial para un mejor conocimiento de la realidad socioeconómica tanto de éste como del nuevo Reino de Granada, bajo mandato castellano. El análisis conjunto de elementos arquitectónicos, territoriales y documentales arrojará una visión mucho más clara sobre la génesis y el crecimiento de localidades que aún perviven hoy, así como de las familias más influyentes que las habitaron durante estos siglos bajomedievales y primeros años de la Edad Moderna. Del mismo modo, al centrarnos principalmente en la Vega, se dará otro paso adelante para la necesaria reivindicación y revalorización histórica de un territorio que ha sufrido una

rápida transformación urbanística durante las últimas décadas y cuyo rico patrimonio se ha de preservar ante su inminente destrucción.